



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE ARQUITECTURA E PLANEAMENTO FÍSICO

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

PLANEAMENTO URBANO (Ramo B)

ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA: O CASO DA CIDADE DE MAPUTO

Dissertação para obtenção do grau de Mestrado de

Elton Paulino Balate

Nº 20225457

Maputo

21 de Fevereiro de 2025



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE ARQUITECTURA E PLANEAMENTO FÍSICO

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

PLANEAMENTO URBANO (Ramo B)

ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA: O CASO DA CIDADE DE MAPUTO

Dissertação para obtenção do grau de Mestrado de

Elton Paulino Balate

Nº 20225457

Supervisor:

Prof.º Doutor Luís E. da S. Lage, Arq.

Maputo

21 de Fevereiro de 2025

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que este conteúdo nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre, da Universidade Eduardo Mondlane.

ELTON PAULINO BALATE

(Elton Paulino Balate)

Termo de Aprovação

Elton Paulino Balate

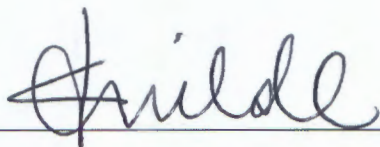
Índice de Qualidade de Vida

O caso da Cidade de Maputo

Dissertação submetida ao Júri, designada pelo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planeamento Regional e Urbano – Planeamento Regional (Ramo A).

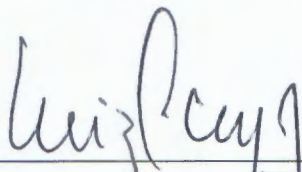
Dissertação aprovada em: Maputo, 29 de Abril de 2025.

Por:



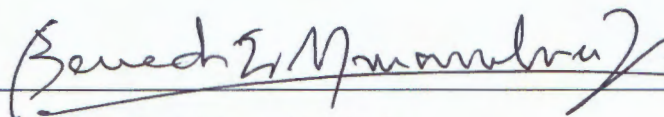
Prof. Doutor Carlos T. G. Trindade, Arq.

Universidade Eduardo Mondlane



Prof. Doutor Luís E. Da S. Lage, Arq.

Universidade Eduardo Mondlane



Doutor Benedito J. Murambire Júnior

Universidade Eduardo Mondlane

Dedicado à Deus, pois sem Ele nada seria possível; e aos meus pais pela confiança e ajuda para avançar e para lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a Deus, que guiou cada passo ao longo deste processo e me concedeu a força e inspiração necessárias para concluir esta dissertação. Sua orientação divina foi a luz que iluminou meu caminho.

Ao meu pai, manifesto minha gratidão pelo constante apoio moral e financeiro ao longo do meu percurso académico. O seu investimento no meu desenvolvimento foi um pilar essencial para minha jornada.

Quero expressar minha profunda apreciação à minha mãe, cujo papel foi vital em todo esse processo. Sua habilidade em mobilizar e coordenar minha equipe para a realização do questionário, e suas palavras de encorajamento foram essenciais para alcançar os resultados desejados. Obrigado por ser minha inspiração.

A minha mais profunda gratidão à Igreja Ministério do Impacto do Evangelho Cristão, em especial ao Nelson Cumbane, pela contribuição inestimável na realização da aplicação do questionário físico junto aos cidadãos da cidade de Maputo. Sua liderança e apoio foram fundamentais para o sucesso dessa etapa, e sua dedicação é digna de reconhecimento especial.

Agradeço de maneira especial ao meu orientador Prof. Luís Lage, cuja orientação, *feedback* e encorajamento foram indispensáveis durante todas as fases da pesquisa e da escrita. Suas valiosas sugestões moldaram a qualidade deste trabalho e tornaram-no mais coeso e fundamentado. Agradeço também ao Prof. Domingos Macucule pelas valiosas sugestões durante a fase inicial desta pesquisa.

Não posso deixar de reconhecer o apoio constante dos meus irmãos. Seu incentivo constante e amor incondicional sempre me motivaram a perseguir meus sonhos. Expresso minha gratidão ao Edson Balate e à Eva Balate, por seu constante estímulo que me impulsionou a continuar. Ao Paulino Balate Jr., à Lúcia Cumbula, Becky Macário e à Génesis Enoque, crianças que são fontes de inspiração, minha gratidão por serem exemplos motivadores em minha jornada académica.

Agradeço sinceramente ao Programa de Investigação Multisectorial Integrado (PIMI) pelo financiamento do respectivo curso de Mestrado por meio da bolsa. A oportunidade concedida não apenas aliviou o peso financeiro, mas também reforçou minha dedicação à pesquisa e ao conhecimento.

A todos os que participaram de alguma forma nessa jornada, seja por meio de discussões enriquecedoras, trocas de experiências ou simplesmente pelo incentivo constante, expresso meu profundo reconhecimento. Cada interação, cada palavra de apoio contribuiu para moldar este trabalho e minha jornada académica como um todo.

ÍNDICE DE TÍTULOS

RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	III
SÍMBOLOS.....	V
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJECTIVOS	5
2.1. Geral.....	5
2.2. Específicos.....	5
3. CONTRIBUIÇÃO	6
4. PROBLEMA.....	8
5. HIPÓTESE	10
6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
6.1. Qualidade de Vida	12
6.1.1. <i>Enquadramento Histórico</i>	<i>12</i>
6.1.2. <i>Análise de Domínios e Dimensões de Avaliação de Qualidade de Vida.....</i>	<i>16</i>
6.2. Desenvolvimento Urbano da Cidade De Maputo.....	31
6.3. Pré-Independência	33
6.4. Pós-Independência	35
6.5. Instrumentos de Planeamento do Território.....	36
7. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	38
7.1. Direito Urbanístico e a Qualidade de Vida.....	38
7.1.1. <i>Princípio de Igualdade e Justiça Social.....</i>	<i>38</i>
7.1.2. <i>Princípio do Pluralismo Jurídico.....</i>	<i>39</i>
7.1.3. <i>Princípio de Descentralização e Subsidiariedade</i>	<i>42</i>
7.1.4. <i>Princípio de Função Social da Propriedade.....</i>	<i>43</i>
7.1.5. <i>Princípio do Urbanismo como Função Pública.....</i>	<i>44</i>
8. METODOLOGIA	47
8.1. Processo e Planificação da Pesquisa.....	47
8.2. Natureza, Abordagem e Procedimentos Metodológicos.....	49
8.2.1. <i>Estrutura Metodológica</i>	<i>50</i>
8.2.2. <i>Abordagem Subjectiva.....</i>	<i>51</i>
8.2.3. <i>Abordagem Objectiva.....</i>	<i>55</i>
8.2.4. <i>Abordagem composta</i>	<i>56</i>
8.3. Instrumentos de Colecta de Dados	57
9. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	58
10. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
10.1. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva	59
10.1.1. <i>Amostra da Pesquisa</i>	<i>59</i>

10.1.2. <i>Análise dos Domínios</i>	61
10.1.3. <i>Índice Final na Abordagem Subjectiva</i>	75
10.1.4. <i>Confiabilidade</i>	80
10.2. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Objectiva	82
10.2.1. <i>Análise dos Domínios</i>	83
10.2.2. <i>Índice Final na Abordagem Objectiva</i>	93
10.3. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Composta	95
11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	96
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
12.1. Trabalhos Académicos e Científicos	99
12.2. Instituições do Estado e Internacionais	103
12.3. Legislação	104
12.4. Websites	105
ANEXO	VI
Anexo I: Estabelecimentos de Ensino da Cidade de Maputo, 2021	VI
Anexo II: Estabelecimentos de Saúde da Cidade de Maputo, 2021	VII
Anexo III: Espaço para actividade agrícola no Município de Maputo	VIII
Anexo IV: Área de Verde Arborizado Natural no Município de Maputo	IX
Anexo VIII: Verde Urbano de Parques e Jardins no Município de Maputo	X
Anexo V: Área Húmida e inundável (Mangais) no Município de Maputo	XI
Anexo VI: Área Alagável Susceptível a Inundações no Município de Maputo	XII
Anexo VII: Verde Urbano de Protecção no Município de Maputo	XIII
APÊNDICE	XIV
Apêndice I: Questionário de Avaliação de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo	XIV
<i>Secção 1: Informações Demográficas</i>	XIV
<i>Secção 2: Grau de satisfação em relação aos indicadores subjectivos de Qualidade de Vida</i>	XV
Apêndice II: Amostra da Pesquisa	XVII
Apêndice III: Resultados do Questionário de Avaliação do Bem-Estar na Cidade de Maputo	XX
Apêndice IV: Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva	XXII
Apêndice V: Estabelecimentos de Ensino, Saúde, e Crimes Reportados por Distrito Urbano na Cidade de Maputo	XXIV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição Populacional na Cidade de Maputo	32
Tabela 2 – Orçamento da Pesquisa	48
Tabela 3 – Satisfação do Domínio Ambiental, cidade de Maputo 2024.....	62
Tabela 4 – Satisfação do Domínio de Ambiente Físico, cidade de Maputo 2024	64
Tabela 5 – Satisfação do Domínio de Infraestrutura e Mobilidade, cidade de Maputo 2024	66
Tabela 6 – Satisfação do Domínio Social, cidade de Maputo 2024	69
Tabela 7 – Satisfação do Domínio Psicológico, cidade de Maputo 2024.....	72
Tabela 8 – Satisfação do Domínio Económico, cidade de Maputo 2024.....	73
Tabela 9 – Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva, 2024	75
Tabela 10 – Variância Amostral e Coeficiente Alfa de Cronbach	81
Tabela 11 – Domínio Ambiental.....	83
Tabela 12 – Domínio Físico.....	85
Tabela 13 – Domínio de Infraestrutura e Mobilidade.....	88
Tabela 14 – Domínio Social	91
Tabela A 1 – Amostra da Pesquisa	XVII
Tabela A 2 – Resultados do Questionário de Avaliação do Bem-Estar na Cidade de Maputo.....	XX
Tabela A 3 – Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva	XXII
Tabela A 4 – Densidade de Estabelecimentos de Ensino, Saúde, e Crimes Reportados por Distrito Urbano na Cidade de Maputo, 2021	XXIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Linha de tempo da evolução histórica do conceito de Qualidade de Vida	14
Figura 2 – Heptágono de Domínios de Qualidade de Vida Urbana.....	19
Figura 3 – Planta Regional de Maputo.....	31
Figura 4 – Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição	33
Figura 5 – Esquema do Modelo da Organização Espacial da Cidade de Maputo em Anéis Concêntricos	34
Figura 6 – Perfil Habitacional da Cidade Cimento e Cidade do Caniço.....	35
Figura 7 – Linha de Tempo da Perspectiva Histórica do Desenvolvimento Urbano da Cidade de Maputo	37
Figura 8 – Ocupação Inadequada sobre um Área de Protecção Ambiental em Maputo	45
Figura 18 – Síntese Territorial da Avaliação do Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva por Distritos Municipal de Maputo, 2024	77
Figura 19 – Identificação de Padrões Espaciais em Relação ao Índice de Qualidade de Vida por Bairros na Cidade de Maputo, 2024	79
Figura A 1 – Estabelecimentos de Ensino da Cidade de Maputo, 2021	VI
Figura A 2 – Estabelecimentos de Saúde da Cidade de Maputo, 2021.....	VII
Figura A 3 – Espaço para actividade agrícola no Município de Maputo.....	VIII
Figura A 5 – Área de Verde Arborizado Natural no Município de Maputo	IX
Figura A 8 – Verde Urbano de Parques e Jardins no Município de Maputo	X
Figura A 4 – Área Húmida e inundável (Mangais) no Município de Maputo	XI
Figura A 6 – Área Alagável Susceptível a Inundações no Município de Maputo	XII
Figura A 7 – Verde Urbano de Protecção no Município de Maputo	XIII

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Populacional na Cidade de Maputo.....	32
Gráfico 2 – Variáveis da Pesquisa.....	60
Gráfico 3 – Domínio Ambiental	63
Gráfico 4 – Domínio de Ambiente Físico.....	65
Gráfico 5 – Domínio de Infraestrutura e Mobilidade	68
Gráfico 6 – Domínio Social	71
Gráfico 7 – Domínio Psicológico.....	73
Gráfico 8 – Domínio Económico.....	74
Gráfico 9 – Abordagem Subjectiva: Índice de Qualidade de Vida por Domínios na Cidade de Maputo	78
Gráfico 10 – Abordagem Objectiva: Índice de Qualidade de Vida por Domínios na Cidade de Maputo	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Atributos do Conceito de Qualidade de Vida	16
Quadro 2 – Análise de Abrangência de Domínio Ambiental nos Índices Globais de Qualidade de Vida	20
Quadro 3 – Análise de Abrangência de Domínio Físico nos Índices Globais de Qualidade de Vida	21
Quadro 4 – Análise de Abrangência de Domínio de Infraestrutura e Mobilidade nos Índices Globais de Qualidade de Vida	22
Quadro 5 – Análise de Abrangência de Domínio de Social nos Índices Globais de Qualidade de Vida	23
Quadro 6 – Análise de Abrangência de Domínio de Psicológico nos Índices Globais de Qualidade de Vida	26
Quadro 7 – Análise de Abrangência de Domínio de Económico nos Índices Globais de Qualidade de Vida	27
Quadro 8 – Análise de Abrangência de Domínio de Político nos Índices Globais de Qualidade de Vida	29
Quadro 9 – Plano da Pesquisa	48
 Quadro A 1 – Questionário.....	 XV

ÍNDICE DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Processo da Pesquisa	47
Fluxograma 2 – Estrutura da Metodologia	51

ÍNDICE DE EQUAÇÕES

Equação 1 – Normalização dos Valores de Indicadores de Qualidade de Vida	52
Equação 2 – Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva	52
Equação 3 – Tamanho da Amostra.....	53
Equação 4 – Média Dimensional	55
Equação 5 – Peso dos Indicadores	56
Equação 6 – Índice de Qualidade de Vida Dimensional	56
Equação 7 – Índice de Qualidade de Vida Final.....	56
Equação 8 – Índice de Qualidade de Vida da Composto	57
Equação 9 – Variância Amostral	80
Equação 10 – Alfa (α) de Cronbach	80

Balate, Elton Paulino (2024). *Índice de Qualidade de Vida: O Caso da Cidade de Maputo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Maputo.

RESUMO

Este estudo tem como objectivo principal determinar o Índice de Qualidade de Vida da cidade de Maputo, analisando os factores que influenciam as condições de vida urbana e como podem ser optimizados para melhorias mensuráveis. O problema central reside na avaliação das desigualdades e desafios enfrentados pelos cidadãos, incluindo acesso desigual à infraestrutura, serviços básicos, oportunidades económicas e condições habitacionais. Além disso, busca-se compreender a relação entre Qualidade de Vida e desenvolvimento urbano, fornecendo subsídios para políticas públicas eficazes e sustentáveis. A metodologia adoptada baseia-se em três abordagens: objectiva, subjectiva e composta. A abordagem objectiva avalia condições mensuráveis como infraestrutura, habitação e meio ambiente, enquanto a subjectiva analisa a percepção dos moradores sobre sua Qualidade de Vida. A abordagem composta integra as duas dimensões, resultando em um indicador mais abrangente. Os resultados revelaram um índice de 0.363 na abordagem objectiva, evidenciando deficiências significativas, sobretudo no domínio ambiental (0.028), físico (0.037) e infraestrutural (0.113). A abordagem subjectiva apresentou um valor de 0.349, indicando percepção de insatisfação generalizada. A abordagem composta resultou em um índice de 0.356, classificando a cidade como tendo "Baixa Qualidade de Vida". Conclui-se que há uma relação significativa entre os indicadores de Qualidade de Vida e o desenvolvimento urbano, demonstrando que estratégias de planeamento urbano integradas podem gerar avanços substanciais. A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas focadas na redução das disparidades regionais, ampliação da infraestrutura, sustentabilidade ambiental e promoção do desenvolvimento urbano mais equitativo e inclusivo, garantindo melhores condições para a população e para o futuro.

Palavras-chave: Qualidade de Vida; Maputo; Indicadores Urbanos; Planeamento Urbano; Análise Composta; Políticas Públicas.

Balate, Elton Paulino (2024). *Quality of Life Index: The Case of Maputo City* (Master's Thesis). Eduardo Mondlane University, Faculty of Architecture and Physical Planning, Maputo.

ABSTRACT

This study aims to determine the Quality of Life Index for the city of Maputo, analyzing the factors that influence urban living conditions and how they can be optimized for measurable improvements. The central problem lies in evaluating the inequalities and challenges faced by urban dwellers, including unequal access to infrastructure, basic services, economic opportunities, and housing conditions. Furthermore, the study seeks to understand the relationship between Quality of Life and urban development, providing insights for effective and sustainable public policies. The adopted methodology is based on three approaches: objective, subjective, and composite. The objective approach assesses measurable conditions such as infrastructure, housing, and the environment, while the subjective approach analyzes residents' perceptions of their Quality of Life. The composite approach integrates both dimensions, resulting in a more comprehensive indicator. The results revealed an index of 0.363 in the objective approach, highlighting significant deficiencies, particularly in the environmental (0.028), physical (0.037), and infrastructural (0.113) domains. The subjective approach showed a value of 0.349, indicating a perception of widespread dissatisfaction. The composite approach resulted in an index of 0.356, classifying the city as having "Low Quality of Life." It is concluded that there is a significant relationship between Quality of Life indicators and urban development, demonstrating that integrated urban planning strategies can lead to substantial progress. The research emphasizes the need for public policies focused on reducing regional disparities, expanding infrastructure, promoting environmental sustainability, and fostering more equitable and inclusive urban development, ensuring better living conditions for the population and future.

Keywords: Quality-of-Life; Maputo; Urban Indicators; Urban Planning; Composite Analysis; Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
AMGM	Área Metropolitana de Grande Maputo
CMM	Conselho Municipal de Maputo
CRM	Constituição da República de Moçambique
d.C.	Depois de Cristo
DEA	<i>“Data Envelopment Analysis”</i> (Análise de Envoltória de Dados)
DM	Distrito Municipal
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ESESP	Escola de Serviço Público do Espírito Santo
GDP	<i>“Gross Domestic Product”</i> (Produto Interno Bruto)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IQV	Índice de Qualidade de Vida
JRC	<i>“Joint Research Centre”</i> (Centro Comum de Pesquisa)
km	Quilómetro
Max.	Valor Máximo
Min.	Valor Mínimo
MZN	Meticais
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	<i>“Organization for Economic Cooperation and Development”</i> (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PD	Planos Distritais de Uso da Terra
PE	Planos de Estrutura Urbana
PEAMM	Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo
PECM	Plano de Estrutura da Cidade de Maputo
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PEUMM	Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo

PGU	Planos Gerais de Urbanização
PGULM	Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques
PIB	Produto Interno Bruto
PIDT	Planos Interprovinciais de Desenvolvimento Territorial
PLM	Planta de Lourenço Marques
PNDT	Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial
PNT	Política Nacional de Terras
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Planos de Pormenor
PPDT	Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial
PPU	Planos Parciais de Urbanização
QV	Qualidade de Vida
QVU	Qualidade de vida Urbana
RLOT	Regulamento da Lei do Ordenamento do Território
RSU	Regulamento do Solo Urbano
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
Un.	Unidade
WHOQOL	<i>“World Health Quality of Life”</i> (Qualidade de Vida da Saúde Mundial)

SÍMBOLOS

%	Porcentagem
$\bar{x}$	Média dos Escores
E_0	Erro Amostral Tolerável
IQV_c	Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Composta
IQV_o	Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Objectiva
IQV_s	Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva
K	Tamanho de Itens
M_d	Média da Dimensão
n	Número de Observações
n_0	Primeira Aproximação do Tamanho da Amostra
n_i	Quantidade de Indicadores
P	Peso Atribuído
S^2	Variância Amostral
V_i	Variância dos Itens
V_t	Variância das Pessoas
X	Valor Observado
x	Valores dos Escores
X'	Valor Normalizado
X'_d	Valor Normalizado da Dimensão
X_{max}	Valor Máximo
X_{min}	Valor Mínimo
α	Alfa de Cronbach

1. INTRODUÇÃO

As cidades, como organismos vivos em constante mutação, representam o palco onde se desenrolam os anseios e desafios da humanidade. No centro desse debate, reside a busca incessante por um desenvolvimento urbano sustentável que garanta a Qualidade de Vida (QV) para todos os seus habitantes. Esse desafio é especialmente marcante em cidades africanas, onde as contradições do crescimento urbano acelerado convivem com desigualdades históricas que afectam as condições de vida da população.

Maputo, capital de Moçambique, emerge como um microcosmo das contradições e aspirações inerentes ao desenvolvimento urbano no continente africano. A ausência de estratégias coordenadas intensifica disparidades na distribuição de recursos, marcada pela coexistência de áreas formais e informais. Este cenário é agravado pela ausência de políticas urbanas eficazes e pela falta de uma estratégia coordenada para o ordenamento do território. As zonas periféricas da cidade de Maputo apresentam características de marginalização, com a precarização da habitação e uma oferta insuficiente de serviços essenciais como saúde, educação, transporte e infraestrutura básica. Ao mesmo tempo, o acesso desigual a essas condições de vida digna, somado a uma alta concentração de riqueza e oportunidades nas áreas centrais da cidade, intensifica o desafio do desenvolvimento urbano. Além disso, o acelerado crescimento populacional e a presença de características rurais dentro do perímetro urbano tornam ainda mais urgente a necessidade de repensar as políticas e estratégias de urbanização.

É nesse cenário de contrastes e desafios que o direito à cidade se apresenta como um princípio fundamental. A ideia de garantir o direito à cidade implica em assegurar o acesso universal a condições de vida digna, possibilitando o desenvolvimento de uma cidade mais justa e sustentável, onde todos possam usufruir de igual maneira dos benefícios do crescimento urbano. Dessa forma, o planeamento urbano de Maputo não pode ser apenas reactivo, mas deve ser proactivo e orientado por estratégias que promovam a inclusão social e o bem-estar da população.

Porém, para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável, é necessário compreender e otimizar os factores que influenciam a QV na cidade. Contudo, o processo desta investigação foi influenciado por algumas limitações. Primeiramente, as restrições de tempo e recursos afectaram a extensão da análise. Além disso, o formato do instrumento de colecta de dados (questionário com respostas fechadas) restringiu a profundidade das respostas dos participantes, limitando a exploração de aspectos mais complexos da QV em Maputo. A escassez de dados detalhados por Distritos Municipais (DM) ou bairros também dificultou a análise granular, prejudicando uma compreensão mais precisa das condições de vida em diferentes áreas da cidade.

A motivação desta pesquisa surge da necessidade premente de compreender, de forma crítica e aprofundada, as oportunidades e os desafios inerentes ao desenvolvimento urbano de Maputo, particularmente no que concerne à QV da população, com ênfase na optimização dos indicadores de QV. A questão central que guia a pesquisa é:

"De que maneira os indicadores de QV em Maputo podem ser estrategicamente optimizados para impulsionar melhorias mensuráveis no ambiente urbano?"

O objectivo principal desta pesquisa é analisar a QV na cidade de Maputo por meio da construção de um Índice de Qualidade de Vida (IQV), utilizando uma abordagem composta que integra tanto dados objectivos quanto as percepções subjectivas dos residentes. A QV é um conceito multidimensional que envolve diversos aspectos da realidade urbana, incluindo factores económicos, sociais, culturais, ambientais e de infraestrutura. Portanto, a análise do IQV permitirá uma avaliação abrangente, capaz de revelar tanto as condições materiais de vida dos habitantes de Maputo quanto suas percepções sobre essas condições. Este estudo procurará não apenas entender as condições objectivas de vida, como também reflectir sobre como os cidadãos experienciam e interpretam essas condições no seu dia a dia.

De maneira mais específica, este trabalho visa investigar a variação do IQV entre os distritos municipais de Maputo. A cidade de Maputo, composta por diferentes zonas com características sociais, económicas e urbanísticas distintas, apresenta uma diversidade de contextos que influenciam as condições de vida dos seus habitantes. A pesquisa procurará identificar quais factores específicos, como acesso à educação, saúde, transporte, habitação e serviços urbanos, mais influenciam a percepção da QV nas diferentes áreas da cidade. Assim, será possível comparar e contrastar os diferentes níveis de satisfação e bem-estar da população nas diversas regiões, oferecendo uma visão mais detalhada das desigualdades socioeconómicas presentes no contexto urbano de Maputo.

Além disso, este estudo visa explorar a inter-relação entre indicadores objectivos de QV, como a renda média, o acesso a serviços públicos essenciais e a infraestrutura urbana, e as percepções subjectivas dos cidadãos. As percepções dos cidadãos nem sempre estão alinhadas com as realidades objectivas, o que pode gerar divergências entre a avaliação técnica da QV e a avaliação pessoal dos residentes. A análise comparativa entre essas duas dimensões ajudará a entender a complexidade das condições de vida na cidade, considerando tanto os dados quantitativos quanto as experiências e visões subjectivas dos moradores. Esse enfoque não apenas enriquece a avaliação da QV, mas também pode fornecer informações valiosas sobre a eficácia das políticas públicas na melhoria do bem-estar da população.

A importância e utilidade desta pesquisa são evidentes, pois ela visa oferecer contribuições práticas para a formulação de políticas públicas mais eficazes e orientadas para a melhoria das condições de vida da população. A pesquisa tem também um potencial significativo para a alocação estratégica de recursos e para a implementação de intervenções práticas baseadas em dados concretos, que possam de facto melhorar a QV em Maputo.

A originalidade deste estudo reside na criação de um índice específico de QV para Maputo, que considera tanto indicadores objectivos quanto subjectivos, oferecendo uma análise mais completa da realidade da cidade. Esse índice será um instrumento poderoso para o planeamento urbano, não só em Maputo, mas também como modelo para outras cidades com características urbanas semelhantes. Ademais, a combinação de conhecimentos provenientes do planeamento urbano, da geografia e da sociologia contribui para uma abordagem interdisciplinar que enriquece o conhecimento nessas áreas e confere relevância internacional ao estudo.

Portanto, para além de compreender, esta pesquisa visa também moldar positivamente o futuro do desenvolvimento urbano nesta região. A implementação de políticas integradas de desenvolvimento urbano sustentável, combinadas com a participação

activa da população, é postulada como uma abordagem viável para melhorias mensuráveis no IQV da Cidade de Maputo. A metodologia proposta, que combina a abordagem integrada e participativa, permitirá envolver os cidadãos no processo de desenvolvimento urbano, fortalecendo a base democrática e a legitimidade das políticas adoptadas. Esta pesquisa apresenta uma abordagem pertinente ao desenvolver o IQV da cidade de Maputo como um instrumento analítico fundamental.

O presente estudo segue uma estrutura organizada e fundamentada de acordo com as directrizes da Pós-Graduação. A obra inicia com o capítulo introdutório, que tem como objectivo apresentar a pesquisa de maneira clara e contextualizada, explicando as razões que motivaram o estudo e os aspectos que o tornam relevante. Nesse capítulo, são apresentados os objectivos geral e específicos da pesquisa, os quais visam analisar o IQV na cidade de Maputo a partir de uma abordagem tanto objectiva quanto subjectiva. A introdução também detalha o problema de pesquisa, discutindo as questões centrais que norteiam o trabalho, bem como os desafios e as limitações encontradas ao longo da investigação. Além disso, enfatiza-se a originalidade e a importância do estudo, tanto para o campo académico quanto para o planeamento urbano na cidade de Maputo.

No segundo capítulo, a dissertação dedica-se à revisão bibliográfica, apresentando uma análise detalhada da evolução histórica do conceito de QV. Explora-se a definição desse conceito em suas múltiplas dimensões, destacando as diversas correntes teóricas que abordam o tema e discutindo as principais abordagens utilizadas para mensurar a QV. Nesse contexto, examina-se a inter-relação entre os indicadores objectivos e subjectivos de QV, além de se aprofundar na análise das dimensões que compõem a QV, como saúde, educação, habitação e segurança, entre outras. O capítulo também faz uma análise do desenvolvimento urbano da cidade de Maputo, destacando as transformações ocorridas ao longo da história, especialmente nos períodos pré e pós-independência. É dada especial atenção aos processos urbanísticos e aos instrumentos de planeamento territorial utilizados na cidade, os quais têm impacto directo na QV dos seus habitantes.

No terceiro capítulo, aborda-se o enquadramento teórico da pesquisa, que está fundamentado na relação entre o direito urbanístico e a QV. O capítulo explora como as políticas de ordenamento urbano e os instrumentos legais, como o plano director e as normas de uso do solo, influenciam a QV nas cidades, especialmente em Maputo. Esse enquadramento teórico oferece a base necessária para compreender a interacção entre as estruturas jurídicas e o planeamento urbano na construção de uma cidade mais sustentável e com uma melhor QV para seus cidadãos.

A metodologia adoptada na pesquisa é detalhada no quarto capítulo, onde se apresentam as escolhas metodológicas que orientaram o desenvolvimento do estudo. O capítulo descreve o tipo de pesquisa realizada, abordando os procedimentos adoptados para a colecta e análise de dados, bem como as técnicas e os instrumentos utilizados para obter informações pertinentes sobre os indicadores de QV em Maputo. São também discutidas as limitações da pesquisa, incluindo aspectos relacionados ao acesso e à precisão dos dados utilizados, bem como as possíveis influências externas que podem ter afectado os resultados.

Os resultados da pesquisa são apresentados no quinto capítulo, com a devida análise quantitativa e qualitativa dos dados colectados. A discussão dos resultados é feita à luz das teorias revisadas, comparando-se os indicadores de QV encontrados na cidade de Maputo

com outros estudos similares. A abordagem utilizada para calcular o IQV na cidade é discutida, explorando as diferentes perspectivas objectivas, subjectivas e compostas. A discussão dos resultados permite uma avaliação crítica da eficácia dos actuais processos de planeamento urbano em Maputo e das políticas públicas voltadas para a melhoria da QV.

Finalmente, o último capítulo da dissertação apresenta as conclusões e as recomendações. Este capítulo resume os principais achados da pesquisa, relacionando-os directamente aos objectivos propostos e discutindo suas implicações para o planeamento urbano na cidade de Maputo. A dissertação propõe, com base nos resultados obtidos, acções estratégicas para melhorar a QV da população maputense, destacando as áreas que necessitam de maior atenção e intervenção. As recomendações visam contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, baseadas em dados objectivos e na percepção subjectiva dos cidadãos. Ao final, são apresentadas as referências bibliográficas que sustentam a pesquisa, garantindo a credibilidade e a profundidade do estudo.

2. OBJECTIVOS

O IQV, enquanto indicador composto, permitirá uma análise mais completa e holística, reflectindo as complexidades da vida urbana e os múltiplos aspectos que influenciam o bem-estar da população. Ao focar em Maputo, o estudo pretende ser uma contribuição valiosa para o entendimento das dinâmicas de QV na cidade, uma vez que aborda as dimensões socioeconómicas, urbanísticas e pessoais de forma integrada.

2.1. Geral

- Determinar o IQV como uma ferramenta crucial para compreender os diversos factores que moldam as condições de vida na cidade de Maputo.

2.2. Específicos

- Analisar a relação entre o desenvolvimento urbano em Maputo e a QV, destacando suas particularidades.
- Analisar os indicadores de QV pertinentes em Maputo por meio de abordagens objectivas.
- Investigar as percepções subjectivas da população visando capturar as experiências individuais e o impacto emocional dos diversos factores que reflectem as condições de vida na cidade de Maputo.

3. CONTRIBUIÇÃO

O cenário urbano contemporâneo, marcado pelo rápido crescimento populacional e pelas profundas transformações socioeconómicas, impõe desafios cada vez mais complexos para as cidades em todo o mundo. No contexto africano, onde a urbanização ocorre de maneira acelerada e, muitas vezes, desordenada, torna-se essencial compreender os impactos desse fenómeno sobre as condições de vida da população. Maputo, como capital e principal centro económico de Moçambique, não está imune a essas dinâmicas e enfrenta desafios significativos relacionados à distribuição desigual de recursos, infraestrutura deficiente e vulnerabilidades sociais. A diversidade cultural, económica e social da cidade acentua ainda mais a necessidade de aprofundar o conhecimento científico sobre a QV na região, superando a fragmentação dos estudos existentes e construindo uma visão holística e integrada do problema.

A presente pesquisa surge como resposta a essa necessidade premente, concentrando-se no desenvolvimento de um índice específico para a cidade como um instrumento analítico fundamental, considerando suas particularidades. Esse índice busca capturar as especificidades locais, diferenciando-se de modelos padronizados que muitas vezes não reflectem a complexidade das cidades africanas. A relevância do estudo reside na identificação e compreensão dos desafios específicos enfrentados por Maputo, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades da população.

Diferente das abordagens convencionais, este estudo não se limita a métricas quantitativas e indicadores puramente objectivos. Ao incorporar as percepções e experiências subjectivas dos cidadãos, ele permite uma compreensão mais abrangente da QV, garantindo que as preocupações e aspirações da população sejam integradas no processo de planeamento urbano. Dessa forma, a pesquisa transcende o campo académico e assume um carácter prático e aplicado, contribuindo directamente para a sociedade. Ao fornecer informações detalhadas sobre os desafios enfrentados pelos habitantes de Maputo, este estudo pode influenciar decisões governamentais e incentivar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

A inclusão de uma abordagem participativa, destacando as vozes dos cidadãos, fortalece a democracia participativa e aumenta a legitimidade das acções governamentais. A alocação estratégica de recursos, baseada em dados concretos e em evidências robustas, é um dos aspectos centrais deste estudo. A pesquisa enfatiza que a melhoria da QV em Maputo requer soluções integradas e sustentáveis, alinhadas às dinâmicas sociais e económicas da cidade. Assim, ao adoptar uma perspectiva holística, este estudo oferece um olhar abrangente sobre as disparidades internas de Maputo, evidenciando a heterogeneidade das experiências urbanas dentro da cidade.

A contribuição académica desta pesquisa é igualmente significativa. Ao mapear os determinantes e as dinâmicas que influenciam o bem-estar da população, este estudo proporciona um entendimento mais refinado da QV em contextos urbanos africanos. O desenvolvimento de um índice específico para Maputo não apenas permite uma avaliação mais precisa e contextualizada, mas também estabelece um modelo que pode ser replicado em outras cidades com características semelhantes. Dessa forma, a pesquisa tem o potencial

de servir como referência para outros territórios urbanos que enfrentam desafios semelhantes, contribuindo para um conhecimento mais universal sobre os processos de urbanização e suas implicações na QV.

A abordagem interdisciplinar adoptada neste estudo, ao articular conceitos e metodologias oriundos do planeamento urbano, da geografia e da sociologia, não apenas amplia a compreensão sobre a QV na cidade de Maputo, mas também contribui para o avanço epistemológico dessas áreas do conhecimento. A intersecção entre essas disciplinas possibilita uma leitura mais abrangente e integrada do espaço urbano, favorecendo um diálogo profícuo entre distintas áreas do saber.

Ademais, ao destacar a interconexão entre os factores objectivos e subjectivos na avaliação da QV, a pesquisa oferece novas perspectivas sobre a interação entre os elementos físicos e sociais do ambiente urbano. Esse enfoque também contribui para o aprofundamento das discussões académicas sobre sustentabilidade, equidade e justiça social no contexto do planeamento urbano contemporâneo.

4. PROBLEMA

O desenvolvimento urbano é um fenómeno complexo que envolve uma interacção intrincada entre uma variedade de factores urbanos, socioeconómicas, culturais e ambientais. Segundo Rosa (2014, p.10), a relação intrínseca entre o desenvolvimento urbano e a QV está directamente ligada ao cidadão, abrangendo tanto o seu direito à cidade quanto as transformações intensas no espaço urbano. Contudo, em contextos de crescimento desordenado, a urbanização pode intensificar desigualdades e comprometer o bem-estar da população.

A cidade de Maputo emerge como um cenário dinâmico de notável crescimento urbano, que em grande parte, conforme respaldado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2023b, p.8), é impulsionado pelo significativo influxo de migrantes, tanto nacionais quanto internacionais, que buscam oportunidades económicas. O aumento da densidade populacional em determinadas áreas na cidade de Maputo, pode resultar em pressões sobre os recursos urbanos, como habitação, infraestrutura e serviços essenciais.

A inexistência de uma coordenação eficaz entre o crescimento urbano e a provisão de serviços essenciais, aliada à insuficiência de recursos financeiros, técnicos e institucionais para a implementação de mudanças estruturais, agrava significativamente as dificuldades enfrentadas na gestão do espaço urbano. Esse descompasso manifesta-se na proliferação de assentamentos informais, na sobrecarga das infraestruturas existentes, na proliferação de doenças, na degradação ambiental, na precarização do acesso a bens e serviços fundamentais, como habitação, transporte, saneamento e saúde, ampliando as desigualdades sociais e espaciais na cidade. Ademais, as barreiras políticas e sociais, frequentemente marcadas por interesses divergentes, burocracias excessivas e limitações na governança participativa, dificultam a formulação e execução de políticas públicas eficazes e sustentáveis.

Essa realidade de disparidades socioeconómicas aprofundam a segregação urbana e restringem as oportunidades de desenvolvimento individual e colectivo, o que compromete os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004, artigo 11) sobre a “promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional, assim como a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos”.

Maputo caracteriza-se pela “dualidade urbana, ruralidade no urbano, informalidade, e crescimento demográfico”, conforme respalda Maloa (2019b, p.1). Esse padrão de desenvolvimento desigual, segundo Ribeiro (2019, p.9-10), reflecte a ausência de estratégias coordenadas e sustentáveis de planeamento urbano, intensificando a segregação espacial e a distribuição desigual de recursos e oportunidades.

Diante desse cenário, a problemática da pesquisa se insere no debate mais amplo sobre como o planeamento urbano, quando aliado a uma análise criteriosa dos indicadores de QV, pode transformar positivamente as condições de vida nas cidades, ao identificar não apenas os problemas existentes, mas também as soluções viáveis e sustentáveis.

Ao focar nos indicadores de QV, a pesquisa busca entender como esses elementos podem ser monitorados e otimizados para influenciar o planeamento e as decisões políticas na cidade. Isso implica uma avaliação profunda dos factores que impactam directamente os

habitantes, como a infraestrutura, o acesso a serviços essenciais, a segurança, a qualidade do ambiente urbano e as condições socioeconómicas. A busca por soluções eficazes para a problemática da QV em Maputo exige uma abordagem abrangente e multidimensional, que considere as diversas variáveis interligadas que afectam as condições de vida na cidade.

A mensuração da QV é um desafio em si, devido à subjectividade do conceito e à multiplicidade de factores que o influenciam. A escolha dos indicadores adequados para a realidade de Maputo é crucial para a realização de um estudo preciso e confiável. A utilização de indicadores quantitativos e qualitativos, combinada com a participação da comunidade, pode contribuir para a construção de um IQV abrangente e relevante para a cidade.

A cidade de Maputo, sendo o epicentro deste estudo, configura-se como um laboratório dinâmico para análise crítica dos desafios e oportunidades do desenvolvimento urbano. Isso estabelece o palco para a formulação da seguinte questão central da pesquisa:

“De que maneira os indicadores de QV em Maputo podem ser estrategicamente otimizados para impulsionar melhorias mensuráveis no ambiente urbano?”

5. HIPÓTESE

A investigação dos factores que influenciam a QV no contexto de Maputo envolve uma análise multifacetada, considerando as interacções complexas entre factores urbanos, socioeconómicos, culturais e ambientais. No entanto, é essencial testar as relações que podem existir entre o desenvolvimento urbano e a QV, dado que a urbanização acelerada da cidade tem gerado desafios significativos no acesso a serviços, infraestrutura e acesso a moradia.

A hipótese deste estudo postula que os indicadores de QV em Maputo podem ser estrategicamente otimizados por meio de um planeamento urbano integrado e coordenado, resultando em melhorias mensuráveis no ambiente urbano. No entanto, a falta de um planeamento eficiente, caracterizado pela fragmentação do planeamento, pela desarticulação das políticas públicas e pela distribuição desigual de recursos, limita o impacto das intervenções urbanísticas na melhoria das condições de vida. Tal cenário perpetua desigualdades sócioespaciais e impede transformações estruturais significativas.

O crescimento urbano em países em desenvolvimento frequentemente leva à expansão descontrolada de assentamentos informais e ao agravamento das condições de vida, ao invés de melhorias estruturais significativas. Essa realidade é respaldada por Davis (2006, p.27-29) ao argumentar que "em todo o Terceiro Mundo, a escolha de moradia é um cálculo difícil de trocas confusas. [...] Para todos, a pior situação é uma localização ruim e cara, sem serviços municipais ou segurança de posse". Assim sendo, a escolha habitacional nos centros urbanos do Sul Global, não se dá em função de oportunidades reais de inclusão socioeconómica, mas sim de um jogo de perdas e compensações que perpetua a exclusão e a vulnerabilidade.

Pesquisas como de Jenkins (2000) e Maloa (2019b), sugerem que o desenvolvimento urbano em contextos africanos como a cidade de Maputo, tem ocorrido de forma fragmentada, sem uma política eficaz de integração social e planeamento territorial coeso. A falta de coordenação nas políticas de desenvolvimento e a ausência de uma abordagem integrada para o planeamento urbano frequentemente resultam em uma distribuição desigual dos recursos e serviços urbanos. A fragmentação da gestão urbana pode levar à segmentação do espaço, dificultando o acesso equitativo a serviços essenciais como saúde, educação, transporte público e saneamento. Isso contribui para o agravamento das desigualdades e o aumento da segregação social, além de reduzir a eficácia das políticas públicas voltadas à melhoria da QV. Comungando com essa realidade, Jenkins (2000, p.145, tradução nossa) afirma:

“A dura realidade da situação, sem qualquer assistência efectiva do Estado, tanto do lado da oferta quanto da demanda, para a grande maioria dos residentes de baixa renda, fundamenta o acesso real à terra para habitação. Este acesso é predominantemente informal (75% do acesso) e, embora os pagamentos sejam feitos, estes não representam o custo real da terra e dos serviços conforme estimado pelo Estado, muito menos os do sector privado.” (JENKINS, 2000, p.145, tradução nossa)¹

¹ “The stark reality of the situation, without any effective state assistance either on the supply or demand side for the vast majority of low-income residents, underpins the actual access to land for housing. This is predominantly informal (75 per cent of access) and, although payments are made, these do not represent the

O Governo de Moçambique (2025, p.52) enfatiza a necessidade de um desenvolvimento urbano integrado e sustentável através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE). A implementação de políticas de planeamento integradas é vista como essencial para elevar as condições de vida da população, promovendo um crescimento inclusivo e competitivo.

Evidências empíricas demonstram que políticas urbanas bem estruturadas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da resiliência socioeconómica da cidade, demonstrando que investimentos na infraestrutura urbana, incluindo saneamento, transporte público e habitação social, têm um impacto directo sobre os índices de QV. Nesse âmbito, a UN-Habitat (2020, p.242, tradução nossa) destaca que cidades com governança limitada não conseguem aproveitar plenamente os benefícios de investimentos infraestruturais para o desenvolvimento socioeconómico ao afirmar:

“O investimento em infraestrutura económica, ambiental e social nas cidades é essencial para reduzir a pobreza e fortalecer a resiliência às mudanças climáticas e a eventos naturais extremos. Para os países em desenvolvimento, o investimento em infraestrutura é indispensável para o desenvolvimento económico e a redução da pobreza. No entanto, muitas cidades não conseguem se beneficiar plenamente desses investimentos devido a sistemas de planeamento fracos e capacidades de governança limitadas.” (UN-HABITAT, 2017 apud UN-HABITAT, 2020, p.242, tradução nossa)²

Em consonância, Turok (2016, p.38) aponta que políticas urbanas eficazes podem mitigar desigualdades e ampliar o acesso a serviços essenciais, elevando, assim, os níveis de QV. Dessa forma, a interdependência entre desenvolvimento urbano e QV em Maputo sublinha a necessidade de estratégias de planeamento urbano sustentáveis e equitativas. A implementação de políticas que promovam a distribuição equilibrada de recursos, a densificação planeada e a expansão de infraestrutura pode resultar em avanços concretos na qualidade do ambiente urbano e no bem-estar da população.

Dessa forma, a urbanização, quando dissociada de uma estratégia de planeamento equitativo e sustentável, torna-se um vector de perpetuação das desigualdades sócioespaciais, em vez de um instrumento de transformação estrutural. Nesse âmbito, torna-se necessário superar barreiras estruturais e adoptar abordagens que enfrentem as desigualdades na distribuição de infraestrutura e serviços, promovendo uma gestão urbana mais equitativa e sustentável. Corroborando com essa realidade, autores como Parnell e Robinson (2012, p.6, tradução nossa)³ reforçam que “é essencial teorizar a mudança urbana de forma que ressoe com desafios universais de ameaças aos recursos naturais, a distribuição desigual de riqueza, a gestão sustentável de infraestrutura e a erosão na qualidade de vida”.

real cost of the land and services as estimated by the state, let alone those of the private sector.” (JENKINS, 2000, p.145)

² “Investment in economic, environmental and social infrastructure in cities is essential to reducing poverty and strengthening resilience to climate change and extreme natural events. For developing countries, infrastructure investment is indispensable for economic development and poverty reduction. However, many cities fail to fully benefit from these investments due to weak planning systems and limited governance capacities. (UN-HABITAT, 2017 apud UN-HABITAT, 2020, p.242)

³ “It is essential to theorize urban change in ways that resonate with universal challenges of natural resource threats, the uneven distribution of wealth, sustainable infrastructure management, and erosion in the quality of life.”

6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

6.1. Qualidade de Vida

A QV é um conceito amplamente usado em várias esferas do cotidiano humano, e sua definição, de acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p.15), apresenta uma complexidade significativa. Pereira, Teixeira e Santos (2012, p.241) ressaltam a dificuldade em compreender a QV, destacando a necessidade de delimitações para sua aplicação em análises científicas.

Segundo Pereira, Teixeira e Santos (2012, p.241), a palavra "qualidade" tem sua origem no latim "*qualis*", significando o modo característico de algo, podendo assumir características positivas ou negativas. Quando relacionada à vida, conforme o mesmo autor (SANTIN, 2002 apud PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p.242), geralmente refere-se a algo bom, digno e positivo.

É ressaltada a falta de consenso na definição do conceito de QV, pois existem várias perspectivas. Alguns exemplos de perspectivas amplamente difundidas é a que a Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta, concebendo-o como sendo “a percepção individual da posição na vida em relação a objetivos, expectativas e valores” (THE WHOQOL GROUP, 1995 apud FLECK, 2000, p.34). No estudo de Pereira, Teixeira e Santos (2012, p.241), a QV é abordada como sinónimo de saúde, felicidade, satisfação, condições de vida, estilo de vida, entre outros.

O rápido crescimento populacional e o desenvolvimento urbano demandam a integração do conceito de QV em pesquisas relacionadas ao Ambiente Natural e Construído. Dessa forma, a QV pode ser compreendida como a manifestação da relação dinâmica entre o ser humano, o meio ambiente e o espaço construído, reflectindo as condições ambientais, sociais e económicas que influenciam o bem-estar da população. A interacção entre esses elementos torna-se fundamental para a formulação de políticas e estratégias de planeamento urbano que promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Embora não exista uma definição padrão para o conceito de QV, há consenso entre os pesquisadores de que ela “é um construto multidimensional, englobando esferas subjectivas e objectivas que abrangem vários aspectos da experiência de vida”, conforme McCrea et al. (2006 apud AL-QAWASMI, et al. 2021, p.1, tradução nossa)⁴.

6.1.1. Enquadramento Histórico

A evolução do conceito de QV é um processo intrinsecamente ligado a diferentes disciplinas e contextos históricos. Desde as reflexões filosóficas da antiguidade até as preocupações contemporâneas com o bem-estar social e a sustentabilidade, a QV foi moldada e redefinida por diferentes épocas, movimentos intelectuais e avanços sociais.

Segundo Yadav e Gupta (2021, p.1), as raízes da QV podem ser rastreadas até o período clássico da Grécia Antiga (séculos VI a.C. – IV d.C.). Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles já se preocupavam com a busca pelo bem-estar individual e social,

⁴ “[...] is a multidimensional construct that comprises subjective and objective dimensions which cover various aspects of life experience.” (2006 apud AL-QAWASMI, et al. 2021, p.1)

incluindo a eudaimonia (felicidade) como parte fundamental desse conceito. A vida virtuosa, a participação na vida política e a busca pelo conhecimento também eram elementos importantes para uma boa QV na época.

No contexto da Europa medieval (séculos V – XV), a QV estava profundamente enraizada nas doutrinas religiosas, especialmente no Cristianismo. Os ensinamentos da Igreja Católica Romana moldavam as concepções de bem-estar, enfatizando a busca da salvação e a vida virtuosa como fundamentais para uma boa QV. A vida após a morte era frequentemente vista como mais significativa do que a vida terrena.

Conforme respalda N. Rosa (2023), durante o Renascimento e Iluminismo, entre os séculos XIV e XVII, o pensamento humanista e racionalista emergiram, colocando ênfase na dignidade humana, liberdade e racionalidade. Nesse contexto, filósofos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau contribuíram para uma compreensão secular da QV. Segundo Martins (2015, p.2), para Locke, o governo só é legítimo se tiver o consentimento dos governados. Essa ideia contribuiu para a construção de sociedades mais participativas, onde os cidadãos têm voz activa nas decisões que afectam suas vidas. Conforme C. Reis (2010, p.12), Rousseau defendia a ideia de que a “vontade geral”, isto é, o que é melhor para a comunidade como um todo, deve ser o guia das decisões políticas. Essa visão influenciou o desenvolvimento de políticas públicas que visam o bem-estar social e a justiça.

Com o avanço do pensamento político e científico no século XVII, as questões relativas à QV emergiram como um tema de relevância, impulsionando reflexões sobre os factores determinantes do bem-estar humano. Tal fenómeno foi impulsionado pelo rápido crescimento desordenado das cidades, conforme respaldado por M. Rosa (2014, p.25).

A ideia de medir a actividade económica de um país foi refinada no século XX com o advento do Produto Interno Bruto (PIB) como um dos principais indicadores de progresso e bem-estar. Seus responsáveis incluem economistas como Simon Kuznets, que o desenvolveu para um relatório do Congresso dos Estados Unidos em 1934, conforme respaldado por *Gross Domestic Product* (GDP, 2022). O PIB também é atribuído ao Richard Stone, que, segundo Ott (2018), fez contribuições significativas para o desenvolvimento do Sistema de Contas Nacionais (SCN) em 1953, que é a base uniforme internacional para medir o PIB.

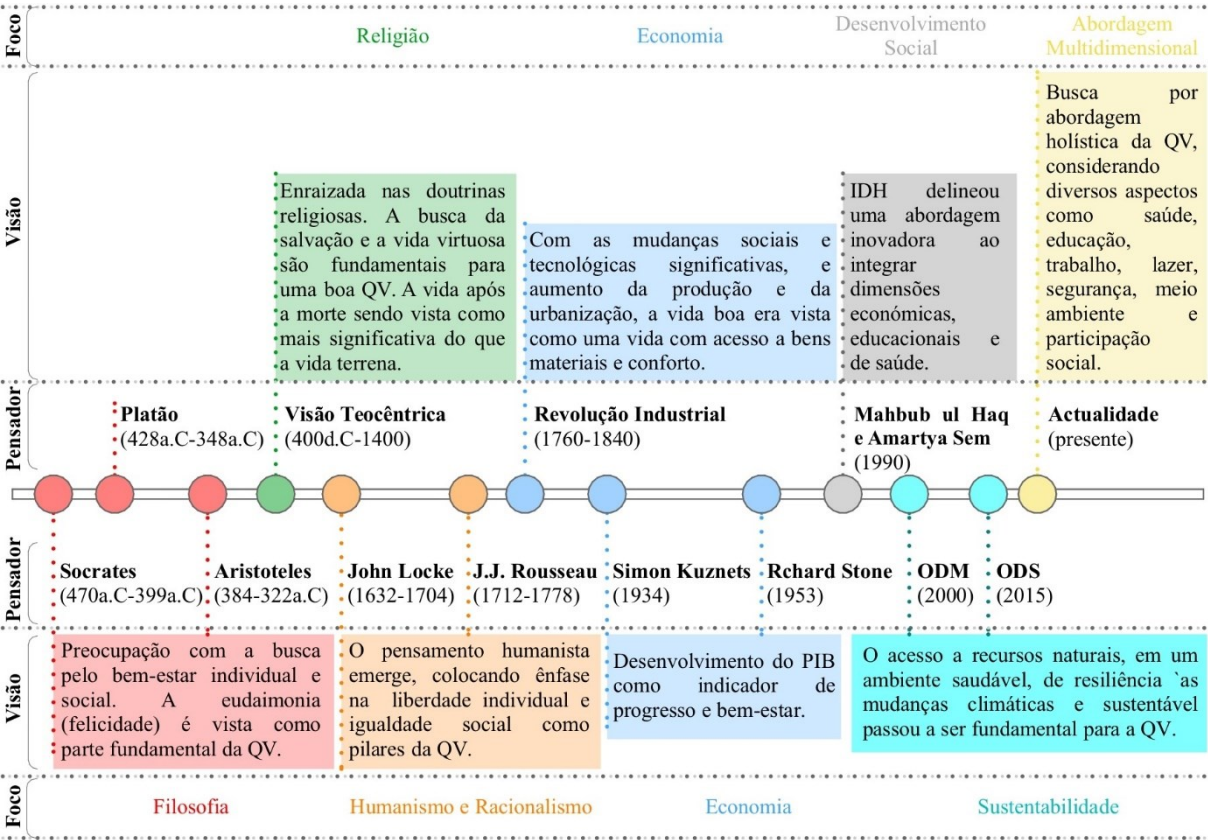
Segundo Campetti (2020, p.10), o PIB foi criticado ao longo do tempo por sua incapacidade de capturar completamente a complexidade da QV, uma vez que se concentra principalmente na produção de bens e serviços, negligenciando aspectos como distribuição de renda, qualidade ambiental e bem-estar social. Nesse contexto, conforme Chappelow (2020) a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, começou a considerar a QV como parte dos direitos humanos, promovendo o desenvolvimento humano como um indicador de progresso social.

Ao longo das décadas, a abordagem multidisciplinar da QV diversificou-se, o que evidencia a falta de consenso no uso do termo. Yadav e Gupta (2021, p.1) salientam que a preocupação com a QV expandiu-se, abrangendo aspectos sociais, vida comunitária, relacionamentos familiares e qualidade ambiental. O reconhecimento da interconexão entre saúde pessoal, bem-estar colectivo e saúde do planeta vista nos tempos contemporâneos, tem levado a abordagens mais integradas e sustentáveis para promover a QV.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram estabelecidos em 2000 com metas específicas para reduzir a pobreza global até 2015 (ODM, 2018). Embora seu foco principal fosse a erradicação da pobreza extrema, seu impacto também se estendeu a outras áreas que afectam directamente a QV, como saúde, educação e igualdade de género.

Sucessores dos ODM, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adoptados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 (UNITED NATIONS, 2018), são uma resposta à crescente preocupação com questões como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas e degradação ambiental. Eles destacam a importância de promover um desenvolvimento sustentável que não comprometa as necessidades das gerações futuras, alinhando-se assim com uma visão contemporânea de QV que inclui a sustentabilidade ambiental.

Figura 1 – Linha de tempo da evolução histórica do conceito de Qualidade de Vida



Legenda: Qualidade de Vida (QV); Produto Interno Bruto (PIB); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM); Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em Yadav e Gupta (2021, p.1-2); Martins (2015, p.2); C. Reis (2010, p.12); Campetti (2020, p.10); N. Rosa (2023); GDP (2022); Chappelow (2020); ODM (2018); e, United Nations (2018)

Esta análise histórica destaca a importância de reconhecer não apenas as dimensões objectivas, mas também a importância da avaliação subjectiva. Assim, torna-se obsoleto vincular a QV exclusivamente às condições económicas, defendendo-se a necessidade de abarcar a equidade na distribuição de direitos e incorporar conceitos de sustentabilidade do desenvolvimento humano, conforme proposto por Souza (1984 apud M. ROSA, 2014, p.25).

Autores como Ragab, El-Badrawy e Elsayyad (2023, p.2544), Santos e Martins (2002, p.4), Pereira, Teixeira e Santos (2012, p.245), Taqi, Farid, Mohamed e Radwan (2021, p.59 e 61), Angur e Widgery (2004 apud LOTFI 2011, p.234), e Yadav e Gupta (2021, p.5), também ressaltam que a introdução da QV em uma cidade requer a consideração de indicadores objectivos, assim quanto subjectivos para que se obtenha uma compreensão mais completa do conceito.

Os indicadores objectivos concentram-se em medidas tangíveis e mensuráveis da QV, abordando aspectos materiais e concretos que geralmente são expressos em números ou dados estatísticos. Os indicadores subjectivos, segundo Santos e Martins (2002, p.4), reflectem a satisfação particular dos indivíduos, e a apreciação das condições materiais e imateriais, podendo envolver os aspectos individuais e colectivos.

Enquanto os aspectos individuais, conforme respaldado por Santos e Martins (2002, p.4), são relacionados a elementos que afectam directamente cada indivíduo, os aspectos colectivos estão ligados ao bem-estar e à QV da sociedade como um todo.

Os aspectos materiais referem-se às necessidades humanas básicas, como habitação, alimentação, acesso à educação, saúde e lazer, enquanto os aspectos imateriais incluem questões ambientais, património cultural e bem-estar (SANTOS e MARTINS, 2002, p.10-11). Comungando com M. Rosa (2014, p.63), ambos servem de fonte de informação importante para determinar a QV.

Segundo Lora et al. (2010 apud AL-QAWASMI et al., 2021, p.1, tradução nossa):

“A percepção subjectiva é importante porque aspectos cruciais da vida das pessoas, como a qualidade do ambiente urbano, sentimentos de segurança ou solidariedade social, apego sentimental e qualidade das relações de vizinhança, são difíceis de medir por meio de indicadores objectivos”. (Lora et al. 2010 apud AL-QAWASMI et al., 2021, p.1, tradução nossa)⁵

Nessa linha de pensamento, “alguns acreditam que a cidade é um fenómeno de múltiplos aspectos e, por isso, a QV deve ser medida em relação a todas as diferentes dimensões” (LOTFI, 2011, p.234, tradução nossa)⁶.

Em suma, comungando com Sétien (1993, apud RAMÍREZ e TOVAR 2002, apud BELBUTE, et al. 2008, p.378), as abordagens de avaliação de QV podem ser sintetizadas em três grandes perspectivas de análise: objectivas e subjectivas, aspectos materiais e imateriais, e, aspectos individuais e colectivos. Essas três esferas de avaliação estão interligadas, estabelecendo uma dialéctica evidenciada pela forma e caracterização dos dados colectados.

⁵ “Subjective perception of the QOL is important because many crucial sides of people’s lives, such as the quality of the urban environment, feelings of security or social solidarity, sentimental attachment, and the quality of neighborhood relationships, are hard to measure through objective indicators” (2010 apud AL-QAWASMI et al., 2021, p.1)

⁶ “Some believe that city is a multi-aspects phenomena and so the quality of life must be measured in respect to the all different dimensions.” (LOTFI, 2011, p.234)

Quadro 1 – Atributos do Conceito de Qualidade de Vida

	Aspectos Individuais	Aspectos Colectivos
Aspectos Objectivos / Aspectos Materiais	Condições socioeconómicas mensuráveis, incluindo nível de escolaridade, taxa de literacia, rendimento, acesso a bens e serviços essenciais, condições de habitação e status funcional.	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde pública e desempenhos das políticas públicas, disponibilidade de bens e serviços públicos, desempenho dos sistemas de segurança social, nível de desemprego.
Aspectos Subjectivos / Aspectos Imateriais	Percepções sobre a própria vida e seus condicionalismos (por exemplo a satisfação, a felicidade, as percepções de saúde e bem-estar)	Percepções sociais sobre a comunidade e o grau de participação e capacidade de influenciar as decisões sobre os desígnios de cada Comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Taqi; Farid; Mohamed; Radwan (2021, p.62) e Hancock (2000 apud FERRÃO e GUERRA 2004, p.26)

6.1.2. *Análise de Domínios e Dimensões de Avaliação de Qualidade de Vida*

Uma estrutura conceitual proposta por Yadav e Gupta (2021, p.5) oferece uma abordagem hierárquica para compreender a Qualidade de Vida Urbana (QVU), abrangendo quatro níveis distintos: Domínios; Dimensões; Indicadores; e, Caixa de Ferramentas de Medição de QV.

Os Domínios representam categorias amplas que abrangem diferentes aspectos da vida humana, incluindo condições objectivas de vida, satisfação com essas condições e metas pessoais. Cada Domínio é subdividido em Dimensões específicas que detalham aspectos mais específicos da vida humana. Por sua vez, cada Dimensão é detalhada por meio de Indicadores de QV, que são ferramentas específicas para analisar e medir o desempenho de cada aspecto. Finalmente, cada Indicador possui uma Caixa de Ferramentas de Medição, que compreende métodos e instrumentos específicos para colectar informações e realizar a medição adequada do desempenho de uma Dimensão.

A construção de um instrumento abrangente de avaliação de QVU requer uma revisão criteriosa da literatura existente, como indicado pelo “*Handbook on Constructing Composite Indicators*” (Manual sobre a Construção de Indicadores Compostos) da *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD)⁷ e *Joint Research Centre* (JRC)⁸, conforme destacado por Nardo et al. (2005). Essa revisão é crucial para identificar domínios, dimensões e indicadores relevantes que impactam significativamente os contextos urbanos, fornecendo uma base teórica sólida para a construção de ferramentas de avaliação de QV.

A análise de indicadores desempenha um papel fundamental no entendimento e avaliação da QVU, sendo uma prática que remonta à econometria onde a mensuração de fenómenos económicos concretos ganhou destaque, conforme aponta Gheno (2009, p.29). Na esfera social e urbana, os indicadores tornaram-se instrumentos capazes de traduzir conceitos abstractos em medidas operacionais e mensuráveis, fornecendo parâmetros para a leitura, descrição e avaliação de diversas situações urbanas.

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

⁸ Centro Comum de Pesquisa

Segundo Al-Qawasmi (2020, p.73), a análise de cobertura contribui para a selecção de uma lista apropriada e abrangente de indicadores de QV para a nova ferramenta em desenvolvimento. Ao priorizar indicadores, dimensões ou domínios com base na frequência de uso em ferramentas existentes, garante-se uma abordagem empírica, fortalecendo a validade e a relevância do índice proposto.

Nesse contexto, o presente estudo destaca seis índices globais como ferramentas cruciais para a compreensão abrangente dessa temática. Esses índices representam a evolução do conceito de QVU ao longo do tempo, desde uma perspectiva mais focada em aspectos económicos até uma visão mais holística, cobrindo uma variedade de domínios e dimensões fundamentais para a QVU.

O ponto de inflexão, de acordo com Yadav e Gupta (2021, p.6) e Dana (2017), ocorreu em 1990 com o advento do IDH, concebido pelo economista Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Adoptado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH delineou uma abordagem inovadora ao integrar dimensões económicas, educacionais e de saúde, proporcionando uma métrica mais abrangente para avaliar o progresso global dos países, conforme descrito por Espon (2020, p.6). Sua relevância reside na capacidade de oferecer uma visão geral do desenvolvimento humano, sendo fundamental para a compreensão do contexto socioeconómico de uma área urbana.

Simultaneamente, segundo Carrasco (2012), a OMS desenvolveu em 1990 o índice de Qualidade de Vida da Saúde Mundial (*“World Health Quality of Life”* - WHOQOL) marcando uma transição crucial para considerações mais holísticas. Conforme Espon (2020, p.7), este índice avalia o bem-estar individual em quatro domínios distintos: saúde física, psicológica, social e ambiental, reconhecendo a interconexão desses elementos na experiência de QV. Adaptado ao contexto urbano, podendo se relacionar com indicadores como qualidade do ar, suporte social disponível, satisfação com as relações pessoais e sociais, e sentimento de pertencimento à comunidade.

Conforme Espon (2020, p.33) o Inquérito de Qualidade de Vida da Mercer (*“Mercer Quality of Living Survey”*), iniciado em 1994, conduz pesquisas anuais sobre a QV em várias cidades ao redor do mundo, fornecendo uma perspectiva sobre aspectos políticos e sociais, económicos, socioculturais, de saúde, de educação, de recreação, de bens de consumo, de habitação, e de ambiente natural. Cada ano da pesquisa fornece uma actualização sobre as condições de vida em diferentes áreas urbanas.

O Índice de Prosperidade da Legatum (*“Legatum Prosperity Index”*), desenvolvido em 2007 pelo Instituto Legatum, é um índice anual que mede a prosperidade de uma nação com base em vários factores, incluindo o domínio económico, político, ambiental, entre outros, conforme destaca Espon (2020, p.10).

Conforme Yadav e Gupta (2021, p.6) o surgimento do o Índice de Melhor Vida (*“Better Life Index”*) em 2011 pela OECD permite uma avaliação da QV com base em prioridades e valores da população. O disposto se alinha com a crescente compreensão de que a QVU não é homogénea e varia de acordo com as preferências individuais. Este índice cobre áreas como habitação, emprego, comunidade, educação, meio ambiente, governança, saúde, satisfação de vida e equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

O Índice de Progresso Social (“*Social Progress Index*”) de 2013, enfatizou a satisfação das necessidades sociais e ambientais dos cidadãos, indo além das métricas tradicionais, segundo Espon (2020, p.13).

Essa evolução sugere uma conscientização crescente sobre a complexidade e interconexão dos diferentes aspectos que influenciam a QV. A importância de combinar esses índices reside na necessidade de uma avaliação mais abrangente da QVU. A convergência de diferentes perspectivas oferece uma compreensão mais completa dos desafios e oportunidades enfrentados pelas áreas urbanas, permitindo a formulação de políticas e estratégias mais eficazes.

É importante salientar que diferentes sistemas de avaliação podem ter variações na categorização e inclusão de elementos específicos, dependendo do contexto e dos objectivos da avaliação em cada um dos índices. Portanto, conforme salientado por Al-Qawasmi (2020, p.73), a aplicação integral ou parcial dos indicadores dependerá da capacidade de adaptação ao contexto urbano específico.

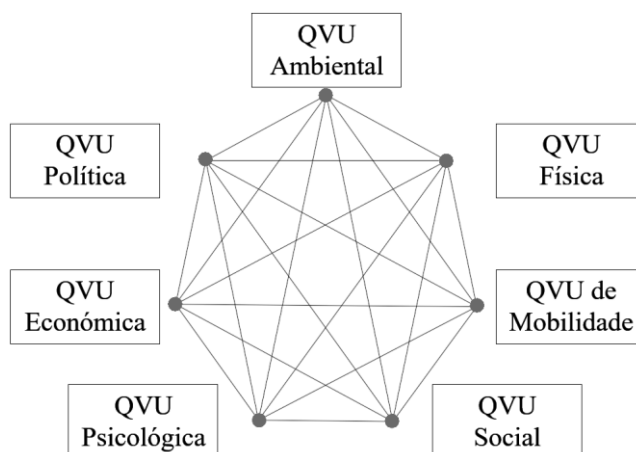
As dinâmicas e desafios enfrentados em áreas urbanas podem divergir significativamente dos contextos mais amplos abordados pelos índices tradicionais. Por exemplo, em uma cidade com altos níveis de poluição do ar, indicadores de qualidade do ar podem emergir como cruciais, enquanto em outra cidade com escassez de espaços verdes, a disponibilidade de áreas verdes pode ganhar maior importância. Portanto, a contextualização torna-se essencial na avaliação da importância de cada indicador.

6.1.2.1.Domínios Fundamentais na Qualidade de Vida Urbana

A busca por indicadores que mensurem a QV transcende um simples viés económico, demandando uma compreensão mais profunda das complexidades inerentes à experiência humana. Taqi, Farid, Mohamed e Radwan (2021, p.60) apresenta um modelo que sistematiza a análise da QVU a partir de sete domínios inter-relacionados, cada um com um papel crucial na compreensão integrada da experiência urbana. Os domínios identificados são: ambiental, físico, infraestrutura e mobilidade, social, psicológico, económico e político. Cada um desses domínios destaca aspectos específicos que influenciam a QVU.

O domínio ambiental remete às condições naturais que impactam directamente a QVU, incluindo poluição, áreas verdes e sustentabilidade. O domínio físico, por sua vez, refere-se ao estado das estruturas e espaços urbanos que afectam o bem-estar físico dos cidadãos, como habitação, saneamento e segurança. O domínio de mobilidade e infraestrutura aborda a conectividade e a acessibilidade nos espaços urbanos, com ênfase na eficiência e na inclusão dos sistemas de transporte e infraestrutura urbana. No que se refere ao domínio social, este engloba os aspectos das interações e relações humanas que influenciam a coesão social e a percepção de pertencimento no ambiente urbano. O domínio psicológico trata da saúde mental e emocional das populações urbanas, que pode ser afectada por factores como stress, sobrecarga sensorial e acesso a suporte social. Por outro lado, o domínio económico considera as condições financeiras e de emprego que moldam a QVU, incluindo acesso a oportunidades económicas e distribuição de riqueza. Finalmente, o domínio político enfatiza a importância da governança, da participação cidadã e da equidade na tomada de decisões que moldam a cidade.

Figura 2 – Heptágono de Domínios de Qualidade de Vida Urbana



Fonte: Taqi; Farid; Mohamed; Radwan (2021, p.61, tradução nossa)

A interconexão entre esses domínios, representada na Figura 2 pelo entrelaçamento das linhas, ressalta a interdependência das dimensões que compõem a QVU. Essa abordagem holística é essencial para compreender como os diferentes aspectos do ambiente urbano interagem e contribuem para o bem-estar geral da população. Assim, este modelo oferece uma ferramenta analítica robusta para a avaliação e planejamento urbano, permitindo uma compreensão integrada das dinâmicas complexas que moldam a vida nas cidades contemporâneas.

6.1.2.2. Análise de Abrangência dos Domínios e Dimensões nos Instrumentos Globais de Avaliação de Qualidade de Vida

Os indicadores específicos de QV podem variar significativamente de acordo com factores como cultura, política, economia e prioridades locais. A análise de abrangência dos domínios e dimensões entre os índices globais de QV oferece uma visão comparativa e estruturada das áreas que são comumente abordadas na avaliação de QV.

Na análise de abrangência das dimensões de QVU desenvolvida neste estudo, foram consideradas diferentes dimensões agrupadas sob os sete domínios propostos por Taqi, Farid, Mohamed e Radwan (2021, p.61), conforme mencionado nesta dissertação. Estes domínios oferecem uma estrutura compreensiva para a avaliação das diversas facetas que compõem a QV, desde aspectos ambientais, físicos, de infraestrutura e mobilidade, sociais, psicológicos até as esferas económicas, e políticas. Ao adotar essa classificação, buscou-se explorar de maneira sistemática como as diferentes dimensões interagem e contribuem para o bem-estar urbano, proporcionando uma visão holística das condições de vida nas cidades.

A análise desenvolvida neste estudo, evidencia a variabilidade e as semelhanças nos critérios utilizados por diferentes índices globalmente reconhecidos, como o IDH, o WHOQOL, o *Mercer Quality of Living Index*, o *Legatum Prosperity Index*, o *Better Life Index* e o *Social Progress Index*. Através da identificação dos domínios e das dimensões abrangidas por cada um desses índices, pode-se perceber que, apesar das variações metodológicas e de foco, há uma convergência significativa em torno de aspectos centrais

da QVU. Essa análise proporciona uma estrutura ampla que pode ser adaptada e expandida conforme necessário para reflectir as características e desafios específicos de diferentes contextos urbanos.

A) Domínio Ambiental

A análise da abrangência do Domínio Ambiental nos principais índices globais de QV evidencia a diversidade de critérios adoptados para mensurar aspectos ambientais. Este domínio abarca dimensões fundamentais como qualidade do ar, recursos hídricos, biodiversidade, espaços verdes, segurança ambiental, mudanças climáticas e ruído ambiental. A presença dessas dimensões em diferentes índices revela variações nas prioridades e abordagens metodológicas.

Quadro 2 – Análise de Abrangência de Domínio Ambiental nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Ambiental						
Qualidade do ar			✓	✓		✓
Recursos hídricos			✓	✓		
Biodiversidade			✓	✓		✓
Espaços verdes			✓	✓		
Segurança ambiental			✓	✓		
Mudanças climáticas			✓	✓		
Ruído ambiental			✓	✓		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

A análise do Quadro 2 revela que a qualidade do ar é amplamente reconhecida como essencial para a saúde e o bem-estar, sendo incluída nos índices Mercer, *Legatum Prosperity* e *Social Progress*. No entanto, sua ausência no IDH, WHOQOL e *Better Life* indica que esses índices priorizam outros aspectos, sem avaliar directamente a poluição atmosférica.

A disponibilidade e a qualidade da água são consideradas pelos índices Mercer e *Legatum Prosperity*, destacando a relevância da água potável e da gestão hídrica.

A biodiversidade, presente nos índices Mercer, *Legatum Prosperity* e *Social Progress*, reforça a importância da preservação ecológica para a QV. Sua ausência no IDH, WHOQOL e *Better Life* indica menor ênfase na interdependência entre conservação ambiental e bem-estar humano.

Os espaços verdes, reconhecidos apenas pelos índices Mercer e *Legatum Prosperity*, evidenciam a valorização de ambientes urbanos planeados para lazer e saúde mental. Sua exclusão nos demais índices sugere que esses podem considerar essa variável de forma indirecta.

A segurança ambiental, que avalia o risco de desastres naturais, aparece nos índices Mercer e *Legatum Prosperity*, reflectindo a preocupação com vulnerabilidades ambientais.

As mudanças climáticas, contempladas pelos índices Mercer e *Legatum Prosperity*, ressaltam a crescente preocupação com esse fenómeno global. Sua exclusão nos demais pode reflectir a dificuldade de mensuração directa desses impactos em metodologias tradicionais.

O ruído ambiental, relevante para a QV urbana, é incluído apenas nos índices Mercer e *Legatum Prosperity*, demonstrando preocupação com o conforto acústico, frequentemente negligenciado em outras abordagens de QV.

Essa análise demonstra que os índices Mercer e *Legatum Prosperity* são os que mais incorporam variáveis ambientais, sugerindo uma abordagem mais detalhada e sensível aos desafios ecológicos. O *Social Progress*, embora não seja tão abrangente quanto Mercer e *Legatum Prosperity*, incorpora aspectos ambientais essenciais como qualidade do ar e biodiversidade, reflectindo um compromisso com a sustentabilidade. Essa heterogeneidade metodológica evidencia a necessidade de complementaridade entre os diferentes índices para obter uma visão holística da QV, considerando não apenas os factores socioeconómicos, mas também a sustentabilidade ambiental como componente essencial do bem-estar humano.

B) Domínio de Ambiente Físico

A avaliação do Domínio do Ambiente Físico nos índices globais de QV revela uma abordagem centrada nas condições urbanas e infraestruturais que afectam directamente o cotidiano das populações. Este domínio engloba aspectos como condições da habitabilidade, limpeza urbana, estado de conservação das vias públicas e acessibilidade física, além da preservação dos locais históricos e culturais. A inclusão dessas dimensões em diferentes índices reflecte a diversidade metodológica e a ênfase em distintos elementos da qualidade urbana.

Quadro 3 – Análise de Abrangência de Domínio Físico nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Ambiente Físico						
Condições da habitabilidade		✓	✓		✓	
Limpeza urbana		✓	✓			
Estado de conservação das vias públicas e acessibilidade física		✓				
Estado de conservação dos locais históricos e culturais		✓				

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

As condições da habitabilidade, que abrangem a qualidade das moradias urbanas, incluindo espaço habitável, condições estruturais e segurança, estão presentes nos índices WHOQOL, Mercer e *Better Life*. Isso evidencia uma preocupação recorrente com a qualidade da habitação como factor essencial para o bem-estar da população. A ausência dessa dimensão no IDH, *Legatum Prosperity Index* e *Social Progress Index* sugere uma abordagem mais voltada para aspectos económicos ou de desenvolvimento humano, sem um foco específico na infraestrutura residencial.

A limpeza urbana, relacionada à higiene e manutenção dos espaços públicos, é considerada pelos índices WHOQOL e Mercer. Sua inclusão destaca a importância da salubridade do ambiente urbano na QV. No entanto, a ausência dessa dimensão em outros

índices sugere que a limpeza pode ser abordada de forma indirecta dentro de critérios mais amplos de infraestrutura ou bem-estar.

O estado de conservação das vias públicas e a acessibilidade física são contemplados apenas pelo índice WHOQOL, o que indica uma preocupação com a mobilidade urbana e a manutenção da infraestrutura viária como componentes essenciais da QV. Esse critério inclui a acessibilidade para pedestres, ciclistas e pessoas com mobilidade reduzida, enfatizando a importância de uma cidade bem planeada e inclusiva.

A preservação dos locais históricos e culturais, avaliada apenas pelo índice WHOQOL, sugere uma valorização da identidade cultural e do património histórico como factores que contribuem para a QVU. A ausência desse critério nos demais índices pode indicar uma abordagem mais centrada em aspectos económicos, ambientais ou sociais, sem uma ênfase explícita na preservação do património.

A análise do domínio ambiente físico revela que o índice WHOQOL se destaca por incluir todas as dimensões relacionadas à infraestrutura urbana e condições habitacionais. Já o Mercer e o *Better Life* incorporam alguns aspectos desse domínio, enquanto o IDH, *Legatum Prosperity Index* e *Social Progress Index* não apresentam uma abordagem explícita para esses elementos.

Isso demonstra que, enquanto alguns índices enfatizam o bem-estar urbano de forma detalhada, outros abordam a QV por meio de aspectos mais amplos, sem uma categorização específica do ambiente físico.

C) Domínio de Infraestrutura e Mobilidade

A análise da abrangência do domínio de infraestrutura e mobilidade nos principais índices globais de QV destaca a relevância desses factores na promoção do bem-estar urbano. Este domínio engloba aspectos como transporte público, conectividade digital, infraestrutura básica e congestionamento de tráfego, reflectindo a influência da acessibilidade e dos serviços urbanos na QV das populações.

Quadro 4 – Análise de Abrangência de Domínio de Infraestrutura e Mobilidade nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Infraestrutura e Mobilidade						
Transporte público		✓	✓			
Conectividade digital			✓			
Infraestrutura básica		✓	✓			✓
Congestionamento de tráfego		✓	✓			

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

A inclusão da dimensão “transporte público” nos índices WHOQOL e Mercer, demonstra uma preocupação com a eficiência e acessibilidade dos sistemas de transporte colectivo, fundamentais para reduzir desigualdades e melhorar a circulação nas cidades. No

entanto, a ausência dessa dimensão nos demais índices sugere abordagens que enfatizam outros aspectos do bem-estar urbano, sem um foco específico na mobilidade pública.

A conectividade digital aparece apenas no índice Mercer. Esse critério reflete a crescente importância da digitalização na QV moderna, incluindo acesso à *internet* de alta velocidade e cobertura móvel. A ausência dessa dimensão em outros índices pode indicar uma priorização de factores mais tradicionais de infraestrutura urbana.

A infraestrutura básica, que abrange serviços essenciais como abastecimento de água, saneamento, energia eléctrica e colecta de resíduos, está presente nos índices WHOQOL, Mercer e *Social Progress*. Isso evidencia uma preocupação significativa com a oferta de serviços urbanos essenciais para garantir condições de vida dignas.

Por fim, o congestionamento de tráfego é contemplado nos índices WHOQOL e Mercer, reflectindo a importância da fluidez urbana na QV dos cidadãos.

D) Domínio Social

A compreensão do Domínio Social é crucial para avaliar como as estruturas sociais urbanas afectam a vida cotidiana dos habitantes, reflectindo tanto a capacidade das cidades de atender às necessidades básicas dos cidadãos quanto a promoção de uma vivência harmoniosa e inclusiva.

Quadro 5 – Análise de Abrangência de Domínio de Social nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Social						
Saúde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Educação	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cultura e lazer		✓	✓			
Inclusão social		✓	✓	✓	✓	✓
Relações sociais		✓	✓	✓	✓	✓
Participação social		✓	✓	✓	✓	✓
Rede de apoio social		✓	✓	✓	✓	✓
Serviços sociais			✓	✓	✓	
Liberdade pessoal		✓	✓	✓	✓	✓
Acessibilidade à moradia			✓			
Segurança pública		✓	✓	✓	✓	✓
Acesso a informação			✓			
Bens de consumo			✓			

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

O Domínio Social da QVU abrange diversos factores essenciais para o bem-estar colectivo, destacando-se pela análise de aspectos que envolvem saúde, educação, cultura, inclusão social, relações interpessoais, e a acessibilidade aos serviços essenciais.

No que se refere à saúde, a avaliação do acesso a serviços médicos, a qualidade dos cuidados de saúde e os indicadores gerais de saúde da população são essenciais para medir

a QV nas cidades. Esta dimensão é abrangente nos índices IDH, WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. A presença desta variável nesses índices destaca a saúde como um dos pilares centrais da QV, sendo amplamente reconhecida como fundamental para o bem-estar dos cidadãos urbanos.

A educação, que engloba o acesso à educação formal, a qualidade das instituições educacionais e as oportunidades de aprendizado ao longo da vida, é abordada nos índices IDH, WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. A educação é uma das bases do desenvolvimento humano e social, reflectindo a capacidade de uma cidade de oferecer igualdade de oportunidades e fomentar o crescimento intelectual e profissional de seus cidadãos. A inclusão da educação nesses índices reforça a ideia de que uma sociedade educada e bem-instruída é crucial para a construção de um ambiente urbano próspero e de qualidade.

A cultura e o lazer, que se referem à disponibilidade e diversidade de actividades culturais, recreativas e de entretenimento na cidade, são variáveis presentes apenas no WHOQOL. Estas actividades são essenciais para o bem-estar social e psicológico dos residentes urbanos, proporcionando momentos de descontração, expressão artística e convivência social. A ausência desta variável nos demais índices pode ser vista como uma limitação, pois priorizam indicadores mais objectivos de desenvolvimento social.

A inclusão social, que avalia a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, promovendo a inclusão de grupos vulneráveis na vida urbana, é uma dimensão abordada nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. Esta variável reflecte a preocupação com a justiça social e a redução das desigualdades nas cidades, promovendo um ambiente inclusivo onde todos os cidadãos, independentemente de sua origem, classe social ou identidade, possam participar plenamente da vida urbana. A presença dessa dimensão nesses índices enfatiza sua relevância para a construção de cidades mais equitativas.

As relações sociais, que englobam a qualidade e a vitalidade das relações interpessoais e comunitárias, são abordadas nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. A qualidade das interacções sociais dentro das comunidades urbanas é um factor fundamental para o senso de pertencimento e coesão social. A presença dessa variável nesses índices destaca a importância de um tecido social forte e saudável para a criação de um ambiente urbano de alta qualidade.

A participação social, que se refere ao engajamento dos cidadãos na vida pública, incluindo a participação em processos de tomada de decisão e em associações cívicas, é uma variável presente nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. A capacidade de os cidadãos influenciarem activamente as políticas públicas e a direcção das suas cidades é uma demonstração de cidadania activa e do fortalecimento da democracia local, reflectindo uma cidade que valoriza a contribuição dos seus habitantes para a sua própria governança.

A rede de apoio social, que avalia a disponibilidade e eficácia dos sistemas de apoio social, incluindo assistência social, cuidados com idosos e protecção à infância, é uma dimensão abordada nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. Uma rede de apoio social eficaz é vital para garantir que os cidadãos em situação

de vulnerabilidade tenham acesso aos recursos necessários para a sua sobrevivência e bem-estar, sendo um componente-chave para a QVU.

A avaliação dos serviços sociais, que engloba a qualidade e o acesso a serviços públicos essenciais, como creches, assistência social, habitação e transporte, é abordada nos índices Mercer, *Legatum Prosperity* e *Better Life*. A qualidade e a acessibilidade desses serviços determinam directamente a capacidade de uma cidade de oferecer condições de vida dignas a todos os seus habitantes, especialmente os mais vulneráveis.

A dimensão da liberdade pessoal, que se refere aos direitos individuais e liberdades civis garantidos aos habitantes urbanos, abordada nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*.

A acessibilidade à moradia, presente no índice Mercer, avalia a disponibilidade e condições de habitação nas cidades, considerando factores como custo, qualidade da infraestrutura e proximidade de serviços essenciais. Garantir moradia acessível é um aspecto fundamental para evitar a marginalização urbana e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos habitacionais.

O acesso à informação, também considerado no índice Mercer, avalia a disponibilidade e liberdade de acesso a meios de comunicação, incluindo internet, jornais e televisão, bem como a transparência de informações públicas. O livre fluxo de informações é essencial para a formação de uma sociedade informada e activa na tomada de decisões.

Os bens de consumo, considerados no índice Mercer, referem-se à acessibilidade e variedade de produtos necessários para o dia a dia dos cidadãos, como alimentos, vestuário e electrónicos. A facilidade de acesso a esses bens impacta directamente o conforto e bem-estar da população.

A segurança pública, que engloba a prevenção e combate à criminalidade, garantindo a segurança dos cidadãos, é abordada nos índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*. A segurança pública e a liberdade pessoal são cruciais para garantir que os cidadãos possam viver de forma segura e com seus direitos respeitados.

E) Domínio Psicológico

O Domínio Psicológico da QVU é um aspecto fundamental que reflecte o bem-estar mental, emocional e espiritual dos habitantes, influenciando directamente a forma como eles experienciam a cidade.

As variáveis analisadas dentro deste domínio abordam questões como bem-estar emocional, saúde mental, percepção de segurança, desenvolvimento pessoal e espiritualidade, e religiosidade. Cada uma dessas dimensões reflecte a interacção dos indivíduos com a cidade, moldando suas experiências e satisfação com o ambiente urbano, e são abordados de maneira diferente pelos índices globais de QV.

Quadro 6 – Análise de Abrangência de Domínio de Psicológico nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Psicológico						
Bem-estar emocional		✓			✓	
Saúde mental		✓		✓		
Percepção de segurança		✓				✓
Desenvolvimento pessoal		✓				✓
Espiritualidade e religiosidade		✓				✓

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

O bem-estar emocional, que se refere ao estado geral de felicidade, satisfação e equilíbrio emocional dos residentes urbanos, é uma dimensão presente em dois dos índices analisados: WHOQOL e *Better Life*. Este factor destaca a importância de uma vida equilibrada e positiva para os cidadãos, sendo essencial para a QV. Em muitas pesquisas, o bem-estar emocional é visto como um indicador chave de saúde mental, com estudos apontando que um bom estado emocional é necessário para suportar os desafios da vida urbana moderna.

A ausência da dimensão de bem-estar emocional no IDH, *Legatum Prosperity* e *Social Progress* pode ser atribuída ao facto de que esses índices focam mais em indicadores objectivos de desenvolvimento e bem-estar material, sem considerar a saúde emocional como um critério central. A saúde mental, por sua vez, avalia a prevenção, o tratamento e o suporte para problemas de saúde mental na população, sendo abordada por dois índices: WHOQOL e *Legatum Prosperity*. Com o aumento dos transtornos mentais nas cidades, a saúde mental se torna um pilar crucial para uma vida urbana saudável e sustentável.

A saúde mental é um componente vital para o bem-estar das populações urbanas, especialmente em contextos onde a urbanização acelerada e os desafios sociais podem levar ao aumento de transtornos emocionais. A inclusão desta dimensão em dois índices reflecte uma preocupação crescente com a saúde mental como um factor determinante para uma vida urbana saudável e de qualidade.

A percepção de segurança, que engloba a sensação de segurança e protecção dos residentes em relação a crimes e violência, é uma variável relevante no WHOQOL e no *Social Progress*. A sensação de segurança nas cidades é um factor psicológico importante, pois uma percepção negativa da segurança pode afectar o bem-estar emocional e social dos indivíduos. A presença dessa variável em dois índices destaca a relevância de ambientes urbanos seguros para a QV, mesmo que a questão da segurança não seja abordada de forma abrangente em todos os índices analisados.

O desenvolvimento pessoal, que se refere ao acesso a oportunidades de educação, crescimento e realização pessoal, está presente apenas no WHOQOL. Este factor é essencial para a construção de uma vida urbana satisfatória, pois o acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal é um dos pilares do bem-estar psicológico. A ausência dessa dimensão em outros índices, como o IDH, *Legatum Prosperity* e *Better Life*, pode reflectir

o foco desses modelos em factores mais objectivos de prosperidade e desenvolvimento humano, sem priorizar o impacto psicológico do desenvolvimento pessoal.

A espiritualidade e religiosidade, que avalia o papel das práticas espirituais e religiosas na vida urbana, incluindo o acesso a locais de culto e apoio espiritual, é uma variável presente apenas no WHOQOL. A importância da espiritualidade na vida dos indivíduos urbanos é um factor que pode influenciar profundamente o bem-estar psicológico e emocional. A presença desta dimensão em apenas um índice sugere que, embora nem todos os índices considerem a religiosidade como um aspecto significativo da QV, ela é reconhecida como relevante para uma parcela significativa da população.

F) Domínio Psicológico

O Domínio Económico constitui um pilar fundamental na avaliação da QVU, abrangendo aspectos essenciais como renda, emprego, custo de vida, estabilidade financeira, oportunidades de crescimento e acesso a serviços financeiros. A inclusão dessas variáveis dentro deste domínio evidencia a importância da saúde económica das cidades para a QV. A renda per capita e a acessibilidade aos serviços financeiros são aspectos determinantes no padrão de vida e nas perspectivas de progresso dos habitantes urbanos.

Quadro 7 – Análise de Abrangência de Domínio de Económico nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Económico						
Renda e riqueza	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Emprego		✓	✓	✓	✓	✓
Custo de vida/inflação		✓	✓	✓	✓	
Estabilidade económica		✓	✓	✓	✓	
Oportunidades de crescimento económico		✓	✓	✓	✓	
Acesso a serviços financeiros		✓	✓	✓	✓	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

A análise dos principais índices globais evidencia um consenso quanto à centralidade da renda e riqueza na aferição da QV, sendo esta dimensão contemplada de forma unânime nos seis índices analisados. Esse dado revela a importância transversal da distribuição e dos níveis de riqueza e desigualdade económica para a compreensão do bem-estar urbano.

A dimensão de emprego apresenta uma relevância quase unânime, sendo considerado por cinco dos seis índices globais, com excepção do IDH. Esse dado reflecte o facto de que o IDH prioriza variáveis mais amplas, como saúde e educação, deixando de avaliar directamente a estrutura do mercado de trabalho. Os índices WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity*, *Better Life* e *Social Progress*, por outro lado, incorporam essa variável, demonstrando que a empregabilidade e a qualidade do mercado de trabalho são aspectos incontornáveis para a aferição da QV em contextos urbanos.

O custo de vida e a inflação são considerados por quatro dos seis índices, não sendo contemplados pelo IDH e pelo *Social Progress*. A ausência desse critério no IDH pode ser justificada pelo seu foco em indicadores de longo prazo, enquanto o *Social Progress*, por se concentrar em aspectos sociais e ambientais, pode não priorizar directamente a variação do custo de vida. No entanto, a sua inclusão nos demais índices reflecte a importância de monitorar os impactos da inflação e do acesso a bens e serviços básicos na QVU.

A estabilidade económica, entendida como a capacidade das cidades de manter um ambiente seguro e previsível para investimentos e crescimento sustentável, é igualmente considerada por quatro índices (WHOQOL, Mercer, *Legatum Prosperity* e *Better Life*). A sua ausência no IDH e no *Social Progress* sugere uma abordagem mais estrutural desses índices, que não necessariamente avaliam a conjuntura económica e seus riscos, mas enfatizam aspectos de desenvolvimento humano e social. Ainda assim, a inclusão dessa variável nos demais índices sublinha a relevância da estabilidade económica para a manutenção da QV no ambiente urbano.

As oportunidades de crescimento económico, que envolvem factores como inovação, investimentos e desenvolvimento sustentável das cidades, também são abordadas por quatro dos seis índices, reforçando a interligação entre crescimento económico e QV. Assim como nos casos anteriores, a ausência dessa variável no IDH e no *Social Progress* sugere que esses índices não priorizam indicadores de expansão económica, mas sim elementos estruturais e sociais do desenvolvimento humano. No entanto, a ênfase dada pelos demais índices reforça a importância de um ambiente propício à geração de oportunidades económicas como elemento essencial para o bem-estar urbano.

Por fim, o acesso a serviços financeiros, como crédito, bancos e instrumentos de financiamento, também é incorporado por quatro dos seis índices analisados, indicando a centralidade do sistema financeiro no suporte ao desenvolvimento urbano e na garantia de inclusão económica. Esse factor está ausente no IDH e no *Social Progress*, o que pode ser justificado por suas abordagens mais voltadas ao desenvolvimento humano e social. No entanto, a presença desse indicador nos demais índices sugere que a disponibilidade de serviços financeiros é um componente relevante para a viabilidade económica e o acesso a oportunidades em contextos urbanos.

G) Domínio Político

O Domínio Político desempenha um papel crucial na avaliação da QV nas cidades, reflectindo a interacção entre os cidadãos e os processos de governança, bem como a protecção dos direitos civis e políticos fundamentais.

Quadro 8 – Análise de Abrangência de Domínio de Político nos Índices Globais de Qualidade de Vida

Domínio / Dimensões	Índice					
	IDH	WHOQOL	Mercer	Legatum Prosperity	Better Life	Social Progress
Político						
Participação cidadã			✓	✓		✓
Eficácia da governança			✓	✓		
Direitos civis e políticos			✓	✓		✓
Capacidade de gestão pública			✓	✓		
Segurança jurídica e política			✓	✓		
Corrupção			✓	✓		✓
Liberdade política			✓	✓		✓

Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESPON (2020, p.6;7;9;10;13; e, 33)

A análise dos índices globais de QV revela diferentes enfoques e ênfases nas variáveis políticas que impactam a vivência urbana. O Quadro 8 aborda uma série de dimensões políticas, como a participação cidadã, a eficácia da governança, os direitos civis e políticos, a capacidade de gestão pública, a segurança jurídica e política, a corrupção e a liberdade política.

A participação cidadã, referida como o envolvimento activo dos habitantes nas decisões políticas e nos processos de governança local, é um componente presente em dois dos seis índices analisados: Mercer e *Social Progress*. A ausência dessa variável nos índices IDH, WHOQOL, *Better Life* e *Legatum Prosperity* pode ser atribuída ao facto de que esses indicadores focam em questões de desenvolvimento humano e prosperidade económica, sem dar destaque directo à participação política. Contudo, a sua inclusão em dois índices aponta para a relevância da capacidade dos cidadãos em influenciar a gestão pública e as políticas locais como um elemento essencial para a QV nas cidades.

A eficácia da governança, entendida como a eficiência, transparência e responsabilidade dos órgãos governamentais na prestação de serviços públicos e na tomada

de decisões, é avaliada apenas pelos índices Mercer e *Legatum Prosperity*. A ausência desta dimensão nos restantes instrumentos de avaliação de QV sugere que a eficácia da governança pode não ser medida de forma explícita nesses modelos, mas a presença dessa variável nos índices considerados destaca a importância da gestão pública de qualidade na promoção do bem-estar urbano. A eficiência governamental, como um factor-chave, influencia directamente os serviços públicos oferecidos aos cidadãos, o que impacta a QV na cidade.

Os direitos civis e políticos, que englobam a protecção das liberdades individuais e a garantia dos direitos fundamentais, são considerados por Mercer, *Legatum Prosperity* e *Social Progress*. A ausência desta dimensão no IDH, WHOQOL e *Better Life* pode ser explicada pela natureza desses índices, que não priorizam directamente as liberdades civis e políticas. A sua inclusão nos outros índices, no entanto, reforça a ideia de que a protecção e garantia dos direitos civis e políticos são fundamentais para a QVU, oferecendo aos cidadãos um ambiente de liberdade e segurança.

A capacidade de gestão pública, que se refere à habilidade dos órgãos públicos de administrar os recursos urbanos de maneira eficaz e eficiente, é contemplada por Mercer e *Legatum Prosperity*. A gestão pública eficiente é crucial para garantir a implementação de políticas públicas eficazes, adequadas às necessidades da população urbana, e sua ausência nos outros índices destaca um enfoque mais amplo de desenvolvimento, com menos ênfase na avaliação específica da capacidade administrativa.

A segurança jurídica e política, que avalia a estabilidade e segurança do ambiente jurídico e político da cidade, garantindo a manutenção do estado de direito e a protecção dos direitos dos cidadãos, é outro indicador relevante, considerado por Mercer e *Legatum Prosperity*. Este factor é essencial para criar um ambiente seguro e previsível para os cidadãos, evitando instabilidades que possam prejudicar a vida urbana. A ausência dessa variável nos outros índices pode reflectir a priorização de outras dimensões do desenvolvimento humano e social em detrimento de aspectos mais ligados à estabilidade política.

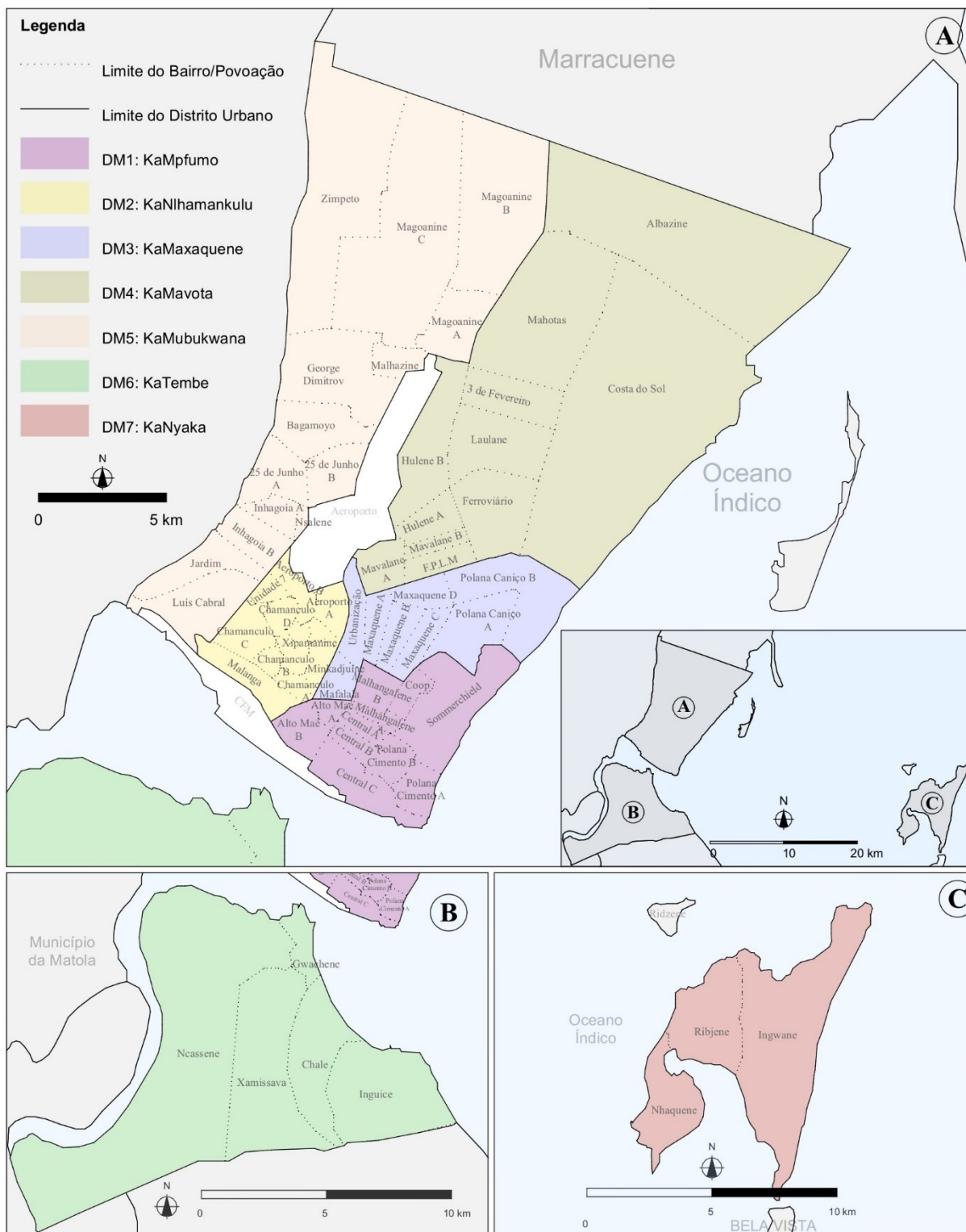
A corrupção, que mede o nível de práticas corruptas e as medidas de combate a essa problemática nos sectores público e privado, é um factor importante para a governança urbana, sendo avaliado por Mercer, *Legatum Prosperity* e *Social Progress*. A presença dessa variável nesses índices indica a conscientização de que a corrupção prejudica a QV ao desviar recursos públicos e enfraquecer as instituições, afectando directamente a confiança e o bem-estar dos cidadãos. A ausência dessa variável no IDH, WHOQOL e *Better Life* pode ser explicada por seu foco em outros aspectos, como desenvolvimento humano e prosperidade económica, que não analisam a corrupção de maneira directa.

A liberdade política, que envolve a liberdade de expressão, associação e participação política dos cidadãos, é considerada por Mercer, *Legatum Prosperity* e *Social Progress*. Essa dimensão destaca a importância de um ambiente político livre, onde os cidadãos possam exercer seus direitos de forma plena, sem repressão. A ausência dessa variável nos outros índices pode reflectir o facto de que nem todos os modelos de QVU abordam directamente as liberdades políticas, enfatizando mais os aspectos socioeconómicos ou de desenvolvimento humano.

6.2. Desenvolvimento Urbano da Cidade De Maputo

Segundo Pimentel (2013, p.46), a cidade de Maputo, localizada no sudeste de Moçambique, tem uma área de 346.77 km² e está a 120 km da fronteira com África do Sul e a 80 km da fronteira com a Suazilândia.

Figura 3 – Planta Regional de Maputo

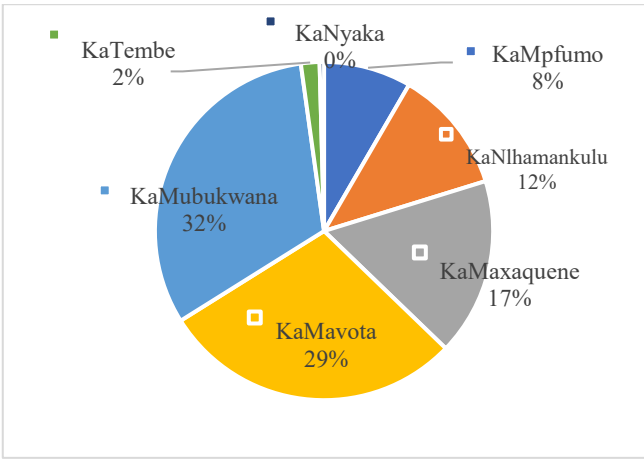


Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a Figura 3 anterior, a cidade compreende 61 bairros distribuídos em 7 DM: Kampfumo, KaNlhamankulu, KaMavota, KaMaxakeni, KaMubukwana, KaTembe, e KaNyaka.

Segundo as Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, dos Distritos da Cidade de Maputo: 2007 – 2040 (INE, 2010, p.39), Maputo compreende uma população total de 1,385,075 habitantes para o ano de 2024. A análise da população por DM mostra que Kamubukwana e Kamavota são os distritos mais populosos, com uma população de 31,73% e 28,93% respectivamente, totalizando mais de 60% da população de Maputo. Por outro lado, distritos centrais como KaMpfumu e KaNhlamankulu possuem populações consideráveis, mas significativamente menores, representando juntos apenas 20,15% da população total. Em contraste, Kanyaka, com apenas 0,42% da população, é o distrito menos populoso, o que sugere uma área com baixa densidade.

Gráfico 1 – Distribuição Populacional na Cidade de Maputo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em INE (2010, p.39)

A Tabela 1 apresenta a distribuição da população por género em cada DM, revelando uma leve predominância feminina, com 52% de mulheres em comparação aos 48% de homens, totalizando uma população de 1.385.075 habitantes.

Tabela 1 – Distribuição Populacional na Cidade de Maputo

Designação	Local	Homem		Mulher		Total	
		Un.	(%)	Un.	(%)	Un.	(%)
DM1	KaMpfumu	55,030	48	59,832	52	114,862	100
DM2	KaNhlamankulu	79,075	48	85,202	52	164,277	100
DM3	KaMaxakeni	113,889	48	121,506	52	235,395	100
DM4	Kamavota	190,195	47	210,460	53	400,655	100
DM5	Kamubukwana	207,807	47	231,614	53	439,421	100
DM6	Katembe	11,921	48	12,696	52	24,617	100
DM7	Kanyaka	2,890	49	2,958	51	5848	100
Total	Cidade de Maputo	660,807	48	724,268	52	1,385,075	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base em INE (2010, p.39)

Maputo testemunhou uma evolução urbana complexa e multifacetada ao longo dos anos, que moldou não apenas a estrutura física da cidade, mas também as dinâmicas sociais, económicas e políticas que influenciam directamente a QV dos seus habitantes.

6.3. Pré-Independência

Maputo apresenta uma formação relativamente recente. “No período colonial, a cidade chama-se Lourenço Marques em homenagem ao navegador das naus da Índia, que fez o reconhecimento geográfico e económico da Delagoa Bay, em 1544” (MALOA e NASCIMENTO, 2018, p.15).

Nesse período, a cidade era marcada por profundas disparidades sociais, resultado da colonização portuguesa e das políticas urbanas discriminatórias. Segundo Nhapulo (2023), no século XVIII a cidade foi marcada pela construção da fortaleza da Nossa Senhora da Conceição, que desempenhou um papel fundamental na sua organização inicial. Desde então, a cidade tem experimentado uma série de transformações significativas, impulsionadas pelo rápido crescimento populacional e pelas demandas decorrentes da urbanização.

Figura 4 – Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Fernandes (2021)

O período anterior à independência de Moçambique foi caracterizado por um crescimento desigual e acelerado, que trouxe tanto oportunidades económicas quanto desafios sociais, incluindo segregação e desigualdade.

A estrutura política da cidade durante este período influenciou directamente a QV dos seus habitantes. O regime colonial impôs políticas de segregação racial e segregação espacial que exacerbaram as disparidades sociais e limitaram o acesso aos recursos urbanos básicos para a maioria da população. A falta de participação política e representação democrática também contribuiu para a marginalização social e económica das comunidades locais.

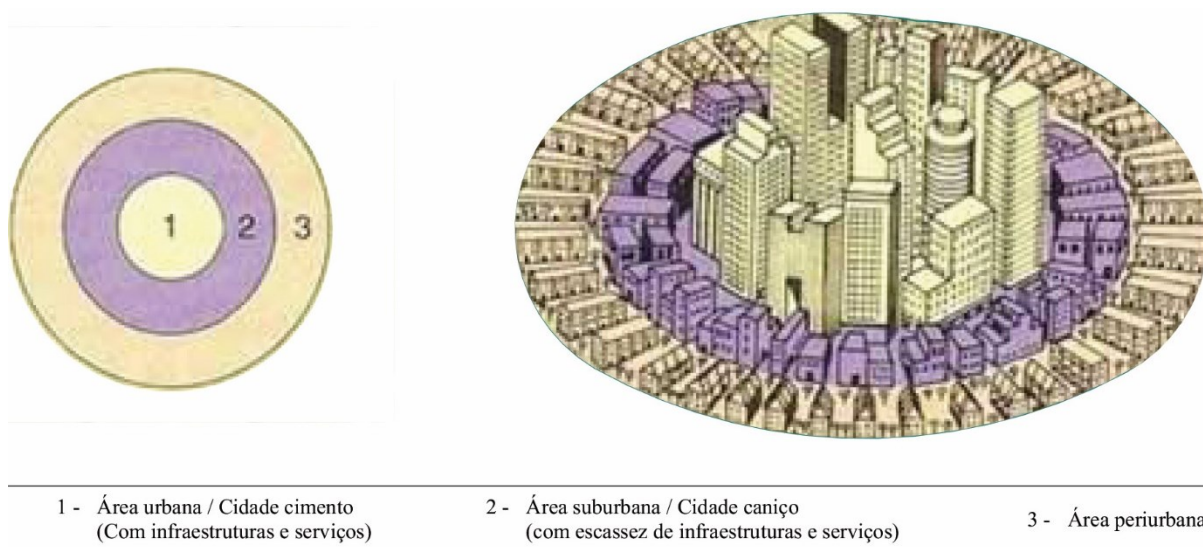
Nesse período, conforme destaca Fanon (2005, p.28-29), evidenciava-se uma segregação socioespacial que resultou em uma urbanização dual. Conforme apontam Fernandes e Mendes (2012, p.4) e Maloa (2016a, p.24), no campo da geografia urbana

moçambicana, a urbanização dual é denominada pelo binómio “cidade do cimento” versus “cidade do caniço” coexistindo no mesmo espaço urbano, em que era vivenciada pelos “colonos” e os “colonizados”. Durante esse período, segundo Macucule (2010, p.75-77), a expansão urbana da cidade de Maputo foi caracterizada por uma tipologia de anéis concêntricos.

Segundo Guevane (2020, p.3), “os contrastes entre o centro urbano e a periferia, sobretudo dentro desta, são produto de uma expansão urbana extensiva activada por um mercado de terras informal”. Daqui resulta a valorização de novos espaços à custa de habitações de padrão diferenciado no meio suburbano e periurbano. Evidências empíricas mostram que a expansão urbana extensiva da capital da República de Moçambique, como parte da intensificação do processo global de urbanização, continuou a manter o essencial da tipologia colonial, tanto nos seus aspectos assimétricos infraestruturais como socio-espaciais.

Segundo Maloa (2016a, p.4), em meados do século XX, precisamente de 1930 a 1970, houve uma intensificação da dualidade urbana colonial, em que as cidades moçambicanas se desenvolveram bastante de forma horizontal e vertical. A estrutura urbana da cidade de Maputo, reflectia as desigualdades socioeconómicas, com bairros segregados e infraestrutura precária nas áreas habitadas pela maioria da população indígena. Por outro lado, áreas privilegiadas como a Baixa e a Polana desfrutavam de melhores condições de vida, com infraestrutura moderna e serviços básicos bem desenvolvidos.

Figura 5 – Esquema do Modelo da Organização Espacial da Cidade de Maputo em Anéis Concêntricos



Fonte: Adaptado de Mandich (2019, p.4) pelo autor

A economia da cidade também desempenhou um papel significativo na determinação da QV dos seus habitantes antes da independência. Maputo era um importante centro comercial e portuário, ligado ao *hinterland* através de rotas comerciais estabelecidas durante o período colonial. No entanto, a economia baseada na exploração de recursos naturais e na agricultura de subsistência contribuiu para a marginalização de vastas parcelas da população urbana, que enfrentavam desemprego, pobreza e condições de vida precárias.

6.4. Pós-Independência

O período pós-independência marcou uma fase de transformação significativa no desenvolvimento urbano da cidade de Maputo. Com a conquista da independência em 1975, surgiram novas dinâmicas políticas, económicas e sociais que influenciaram directamente a configuração urbana e a QV dos seus habitantes.

Uma das mudanças mais marcantes foi a implementação de políticas de desenvolvimento urbano voltadas para a promoção da equidade social e da inclusão. O novo governo assumiu o compromisso de enfrentar as desigualdades hereditárias deixadas pelo regime colonial, buscando criar uma cidade mais justa e acessível para todos. De acordo com Maloa (2016a, p.240-241), isso se reflectiu em programas de habitação social, infraestrutura básica e serviços públicos destinados a melhorar as condições de vida das comunidades marginalizadas.

No entanto, o desenvolvimento urbano pós-independência também enfrentou desafios significativos. Segundo Graham et al. (1991, p.62) e Araújo (2003, p.172-173), o adensamento populacional de refugiados da guerra civil nos primeiros cinco anos da década de 1980 ocasionou o aumento da divisão administrativa urbana do país, com a integração de novos espaços urbanos periféricos, o que deu origem a implosão urbana.

Em decorrência desses fenómenos, a cidade de Maputo ainda manifesta uma dualidade urbana marcante. Seu processo de urbanização caracteriza-se, por um lado, pela densificação e, por outro, pela rápida expansão dos bairros periféricos. Nesse contexto, observa-se a predominância da autoconstrução em áreas desordenadas, muitas vezes à margem das regulamentações urbanísticas, reflectindo tanto a insuficiência de políticas habitacionais inclusivas quanto a forte demanda por moradia acessível.

Figura 6 – Perfil Habitacional da Cidade Cimento e Cidade do Caniço



Fonte: MMFF (2019 Apud STACCIARINI e CHAVEIRO, 2022, p.4;) e Give (2016, p.47)

Segundo Macucule (2010, p.11-12), a rápida urbanização e o crescimento populacional exacerbaram as pressões sobre os recursos urbanos e a infraestrutura existente, levando a questões como congestionamento, poluição e falta de moradia adequada. Além disso, a instabilidade política e os períodos de conflito civil interromperam os esforços de desenvolvimento e deixaram cicatrizes na paisagem urbana e na vida das pessoas.

A economia da cidade também passou por mudanças substanciais após a independência. A transição para uma economia pós-colonial enfrentou desafios de ajuste

estrutural, desindustrialização e dependência de ajuda externa. Isso teve impactos directos no desenvolvimento urbano, com a redução de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, bem como o surgimento de bolsões de pobreza e desigualdade em meio à urbanização descontrolada.

Evidências empíricas apontam para um fenómeno híbrido na estrutura urbana de Maputo, em que se encontram mesclados os espaços rurais e urbanos. Segundo Maloa (2019b, p.8), esse fenómeno configura a “linguagem, práticas, formas urbanas e percepções do uso e organização do espaço urbano”. Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs (2016, p.58, tradução nossa)⁹ observam que essa característica é comum em países africanos ao afirmar:

A urbanização na África faz parte de processos universais e muito actuais: expansão desordenada, loteamentos nas bordas das metrópoles e cidades secundárias, inclusão de áreas agrícolas nos limites geográficos das aglomerações urbanas, fusões em diferentes escalas de aglomerações. (MORICONI-EBRARD, HARRE e HEINRIGS, 2016, p.58, tradução nossa)

Essa realidade resulta na adaptação de hábitos rurais na vida urbana, criando o fenómeno de "ruralidade no urbano" (MALOA, 2019b, p.1) ou "ruralização do urbano" (ARAÚJO, 2003, p.167).

6.5. Instrumentos de Planeamento do Território

O desenvolvimento urbano da cidade de Maputo passou por várias fases, cada uma delas marcada por diferentes planos urbanísticos que reflectem a evolução das políticas urbanas desde o período colonial até o presente, destacando os esforços para enfrentar os desafios de crescimento urbano e promover o bem-estar da população.

Conforme pontua CMM (2008 apud GIVE, 2016, p.15-16), no período pré-independência, o planeamento urbano de Maputo foi caracterizado por uma sucessão de planos e projectos, como a Planta de Lourenço Marques (PLM) de 1876, Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (PGULM) de 1887, Plano Aguiar de 1952, e o Plano Azevedo ou Plano Director de 1969. A implementação desses instrumentos reflectiu tentativas de resolver questões geográficas e estruturais da época pré-independência.

Desde a revolução urbanística marcada pela elaboração da planta da vila com o projecto do pântano até à introdução do Plano Aguiar, a cidade experimentou um crescimento significativo. CMM (2008 apud GIVE 2016) respalda que a chegada da expedição de Obras Públicas e a construção dos caminhos-de-ferro trouxeram novas dinâmicas, resultando na elevação de Maputo à categoria de cidade em 1887. Contudo, o desenvolvimento urbano não foi isento de desafios, como a necessidade de elaboração de planos mais abrangentes para acompanhar a expansão da cidade, culminando na criação do Plano Director de 1969, que se destacou pela sua abrangência e detalhe.

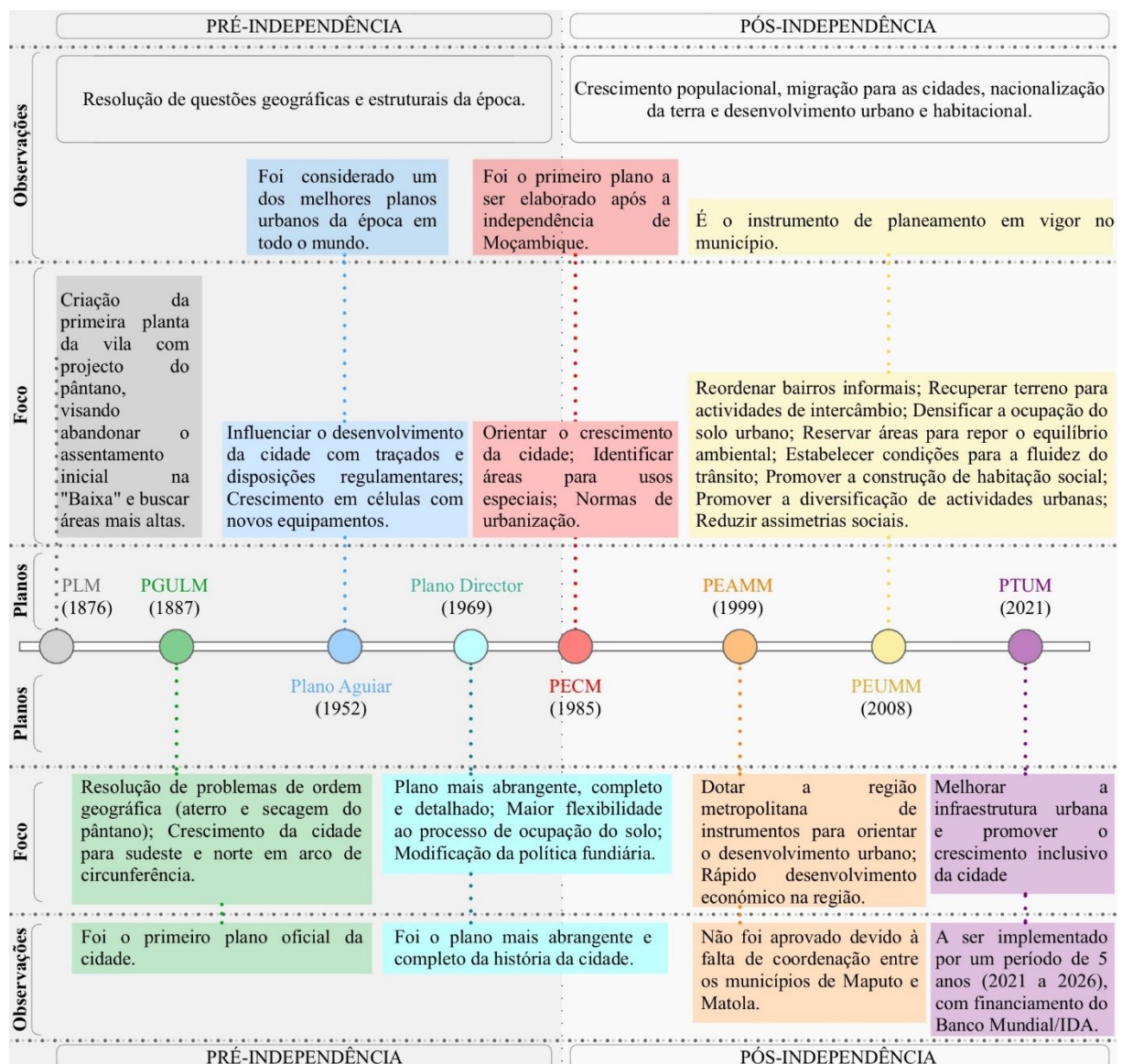
CMM (2008 apud GIVE 2016, p.17-18) respalda que a implementação de instrumentos de planeamento urbano, como o Plano de Estrutura da Cidade de Maputo

⁹ “L’urbanisation en Afrique participe donc de processus universels et très actuels : mitage, zones loties en bordure des métropoles et des villes secondaires, inclusion d’espaces agricoles dans les limites géographiques des agglomérations urbaines, coalescences à différentes tailles d’agglomérations” (MORICONI-EBRARD, HARRE e HEINRIGS, 2016, p.58)

(PECM) de 1985, Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo (PEAMM) de 1999, e o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo de 2008 (PEUMM, 2008) reflectem as estratégias de resolver as questões geográficas e estruturais da época pós-independência.

Após a independência, Maputo testemunhou uma intensa migração urbana e a implementação de projectos de desenvolvimento urbano e habitacional financiados por organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Estes projectos visavam não apenas resolver questões habitacionais, mas também promover o desenvolvimento económico e melhorar os serviços urbanos. Segundo CMM (2008 apud GIVE 2016, p.17-18), o PECM delineou directrizes para a expansão urbana e a reserva de áreas para usos especiais, enquanto o PEUMM definiu prioridades como a reordenação dos bairros informais e a habitação social.

Figura 7 – Linha de Tempo da Perspectiva Histórica do Desenvolvimento Urbano da Cidade de Maputo



Legenda: Planta de Lourenço Marques (PLM); Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (PGULM); Plano de Estrutura da Cidade de Maputo (PECM); Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo (PEAMM); Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM); Plano de Transformação Urbana de Maputo (PTUM); Associação Internacional de Desenvolvimento/ "International Development Association" (IDA).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CMM (2021, p.9) e CMM (2008 apud GIVE 2016, p.13-14)

7. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

7.1. Direito Urbanístico e a Qualidade de Vida

O Direito Urbanístico constitui um instrumento fundamental para o planeamento, organização e desenvolvimento das cidades, visando assegurar condições dignas de habitação, mobilidade, infraestrutura e serviços urbanos essenciais. Nesse contexto, a QV não se define apenas pela ausência de problemas estruturais, mas pela presença de factores que promovam o bem-estar físico, psicológico e social da população urbana. Assim, o Direito Urbanístico, ao regulamentar o uso do solo, a ocupação territorial e o acesso equitativo aos serviços urbanos, torna-se um pilar essencial para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo das cidades.

O urbanismo, enquanto disciplina e prática, busca orientar o crescimento das cidades de maneira equilibrada, mitigando desigualdades socioeconómicas e promovendo a justiça espacial. Alinhado a esse objectivo, o Direito ao Urbanismo não se limita à regulação da propriedade e da infraestrutura urbana, mas também à democratização do acesso ao espaço urbano e à garantia da participação cidadã na gestão territorial. Nesse sentido, o direito à cidade, conforme estabelecido em instrumentos internacionais como a Nova Agenda Urbana da ONU (HABITAT III, 2016, p.4), reforça o conceito de cidades sustentáveis, resilientes e acessíveis para todos.

No ordenamento jurídico moçambicano, a CRM (2004), revista em 2018, não menciona explicitamente o "Direito ao Urbanismo" como um direito autónomo, mas incorpora princípios fundamentais que regem a intervenção urbanística e garantem direitos fundamentais no contexto urbano. Esses princípios incluem:

7.1.1. Princípio de Igualdade e Justiça Social

O princípio da igualdade e da justiça social é essencial para a promoção da QV nos centros urbanos, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso equitativo aos serviços urbanos e oportunidades socioeconómicas. Esse princípio transcende a mera distribuição de recursos, abrangendo também a redução das desigualdades estruturais e a promoção da coesão social.

No contexto urbano, a igualdade refere-se à garantia de que nenhum indivíduo seja discriminado no acesso à moradia, infraestrutura, serviços públicos e oportunidades económicas, independentemente de sua origem étnica, género, idade, condição socioeconómica ou deficiência. Corroborando com o artigo 1º da Carta Mundial do Direito à Cidade, a legislação moçambicana estabelece que:

“Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política.” (CRM, 2004, Artigo 35)

A justiça social, por sua vez, refere-se à distribuição equitativa de recursos, protecção dos direitos fundamentais e promoção do bem-estar geral. O artigo 1 da CRM consagra Moçambique como um Estado democrático e de justiça social, comprometido em reduzir e eliminar as desigualdades sócioespaciais. No contexto da urbanização moçambicana, essas

desigualdades se manifestam em fenómenos como a segregação espacial e a expansão de assentamentos informais, onde as populações marginalizadas têm acesso limitado a serviços e infraestrutura urbana.

A interconexão entre o princípio da igualdade e a QV torna-se evidente ao se considerar que um ambiente urbano inclusivo não apenas atende às necessidades básicas da população, mas também promove um sentimento de pertencimento, segurança e dignidade. Uma cidade onde todos têm acesso a serviços, infraestrutura e participação activa nas decisões urbanísticas é uma cidade que potencializa o bem-estar e o desenvolvimento humano. Portanto, a adopção de políticas urbanas equitativas e inclusivas é essencial para a construção de espaços urbanos mais justos e sustentáveis.

Dessa forma, o Direito Urbanístico, ao estabelecer mecanismos para garantir a igualdade e a justiça social, desempenha um papel crucial na promoção da QV. Seu fortalecimento e aplicação eficaz podem contribuir significativamente para reduzir as desigualdades urbanas, transformar o espaço urbano em um ambiente inclusivo e garantir que o direito à cidade seja uma realidade para todos os cidadãos moçambicanos.

7.1.2. Princípio do Pluralismo Jurídico

O princípio do pluralismo jurídico é uma peça fundamental do Direito Urbanístico, que desempenha um papel significativo na moldagem da QV nas áreas urbanas. Esse princípio reconhece a coexistência de diferentes sistemas de normas e regulamentos jurídicos dentro do contexto urbano, indo além do sistema legal estatal para incorporar práticas e normas tradicionais, comunitárias e informais. Nesse âmbito, a CRM dispõe no artigo 4:

O Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana, na medida em que não contrariem os valores e os princípios fundamentais da Constituição. (CRM de 2004, artigo 4)

A influência do pluralismo jurídico na QV está directamente relacionada à capacidade de abordar as necessidades e preocupações específicas das diferentes comunidades e grupos dentro da cidade. Ao reconhecer os sistemas normativos diversos, as políticas urbanas podem ser adaptadas para acomodar práticas culturais, costumes e valores locais. Isso pode envolver a mediação de disputas de acordo com normas tradicionais, o reconhecimento legal de acordos comunitários e a criação de espaços públicos que respeitem a diversidade cultural.

É importante destacar que pluralismo jurídico também apresenta desafios. A interacção entre diferentes sistemas normativos pode resultar em tensões e conflitos, especialmente quando há contradições entre as normas estatais e as práticas comunitárias. Além disso, pode surgir a questão da igualdade perante a lei, já que certas práticas tradicionais podem ser discriminatórias, especialmente em relação às mulheres e grupos marginalizados. Portanto, encontrar um equilíbrio entre a preservação do pluralismo jurídico e a protecção dos direitos humanos é essencial.

Em termos de QV, o pluralismo jurídico pode contribuir para a criação de um ambiente urbano mais inclusivo, onde diferentes grupos se sentem representados e têm suas necessidades atendidas. Ao permitir a expressão das identidades culturais e a preservação das tradições locais, as pessoas podem se sentir mais conectadas e engajadas com a

comunidade ao seu redor. No entanto, é crucial que esse princípio seja aplicado com sensibilidade e consideração pelos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

No que tange aos diferentes sistemas normativos e de resolução de conflitos, diferentes instrumentos se relevam relevantes. A Política Nacional de Terras (PNT), aprovada pela Resolução nº 10/95, de 17 de Outubro, do Conselho de Ministros, é um dispositivo que define um leque de princípios fundamentais na componente do acesso e segurança na posse de terra. Esses princípios são resumidos na seguinte declaração: “assegurar os direitos do povo moçambicano sobre a terra e outros recursos naturais, assim como promover o investimento e o uso sustentável e equitativo destes recursos.” (Resolução nº 18, 2007, Cap. IV, nº 18)

Outro documento que versa sobre o Direito Urbanístico é a Política Nacional do Ordenamento do Território, aprovada pela Resolução nº 18/2007, de 30 de Maio, do Conselho de Ministros, versando sobre a Política de Ordenamento Territorial. Esse dispositivo objectiva contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais e humanos do país, através da compatibilização das políticas sectoriais e da coordenação das acções de planeamento nas várias escalas geográficas, entre os diversos níveis da administração pública, para o melhoramento da QV dos cidadãos, assegurando a sustentabilidade dos recursos naturais.

A Política e Estratégia de Habitação exerce uma importância no conteúdo do Direito Urbanístico, versando sobre as estratégias públicas de habitação social, e os aspectos que relacionam o direito à habitação, assentando-se em princípios como habitação adequada conforme previsto na CRM (2004, artigo 91), criação prévia de infraestruturas básicas nos novos assentamentos urbanos e suburbanos.

A Lei de Terras, conforme disposto no artigo 2, estabelece os termos em que se opera a constituição, exercício, modificação, transmissão e extinção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), como um dos factores cruciais no Direito Urbanístico, pois o conhecimento, interpretação e aplicação correctas da legislação de terras assume uma importância fundamental no desenho da intervenção urbanística.

O DUAT, como um elemento de mitigação da crescente pobreza urbana nos assentamentos informais, contribui para a actualização e organização do cadastro das cidades e aglomerados urbanos. Segundo a CRM (2004, Cap. II, artigo 109), “a terra é propriedade do Estado”, e o artigo 111, no mesmo capítulo, a CRM estabelece que a terra pode ser adquirida “por herança ou por ocupação de terra, salvo havendo reserva legal ou se a terra tiver sido legalmente atribuída à outra pessoa ou entidade” (CRM, 2004, Cap. II, artigo 111). Entretanto, a crescente procura de terra urbana em Moçambique potencia o surgimento de um mercado informal de terra facilitado pelas inúmeras falhas em todo o processo de atribuição do DUAT, beneficiando a população que possui poder aquisitivo, em detrimento dos que não possuem, uma vez que a pobreza urbana é alta e grande parte da população em idade activa está desempregada. A forma informal mais usada é a transacção de pequenas infraestruturas erguidas no terreno utilizado para legitimar a transferência do DUAT.

Dessa análise, percebe-se que há uma insuficiência de instrumentos de ordenamento urbano para responder a essa crescente demanda de terra, resultando em desordenação urbana.

Conforme disposto nos artigos 22 e 23 da Lei de Terras, as competências para autorizar o pedido de DUAT são orientadas pelos critérios de área de solo pretendido para aquisição e a área geográfica em que se insere. Para tal, o Conselho de Ministros, Ministério da Agricultura e o Governo da Província apresentam-se como entidades responsáveis em áreas não cobertas por planos de urbanização, em contrapartida, cabe aos Governadores Distritais e aos Municípios a função de autorizar o pedido de DUAT em áreas cobertas por planos de urbanização.

O Regulamento do Solo Urbano (RSU) no Decreto nº 60/2006, prevê no artigo 24 as modalidades de aquisição do DUAT em zonas urbanizadas, das quais, o sorteio, hasta pública e a negociação particular, são modalidades que entram em desconformidade com a Lei de Terras e a CRM, uma vez que são inéditas.

Outra desconformidade em relação ao RSU é referente a imposição de uma condição para a aquisição do DUAT, limitando-o ao enquadramento no plano de Ordenamento, e por desconsiderar completamente as comunidades e normas costumeiras em contexto urbano, conforme disposto no artigo 29 do mesmo dispositivo, o que não condiz com o disposto no artigo 12 da Lei de Terras, que dispõe que o DUAT é adquirido por:

[...] ocupação por pessoas singulares e pelas práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição; ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos; autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida na presente Lei. (O RSU no Decreto nº 60/2006, artigo 12)

A Lei de Ordenamento do Território (LOT), aprovada pela Lei nº 19/2007, de 18 de Julho, é um dos principais diplomas que faz o enquadramento jurídico da Política de Ordenamento Territorial, estabelecendo as bases legais do regime dos instrumentos de ordenamento do território nacional.

Conforme a Lei nº 19/2007 de 18 de Julho, a Lei de Ordenamento do Território (LOT), apresenta como objectivos essenciais – o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a promoção da coesão nacional, a valorização dos diversos potenciais de cada região, a promoção da QV dos cidadãos, o equilíbrio entre a QV nas zonas rurais e zonas urbanas, o melhoramento das condições de habitação, das infraestruturas e dos sistemas urbanos, a segurança das populações vulneráveis a calamidades naturais ou provocadas.

Nesse sentido, o Regulamento da Lei do Ordenamento do Território (RLOT), aprovada pelo Conselho de Ministros no Decreto nº 23/2008 de 1 de Julho, prevê oito tipos de planos de ordenamento urbano, que se dividem em quatro âmbitos dispostos na Lei de Ordenamento do Território, no artigo 8 sobre níveis de intervenção:

- A nível nacional, tendo como instrumento de ordenamento urbano o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). Sendo estes de competência do Conselho de Ministros;
- A nível provincial, comporta os Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT), e os Planos Interprovinciais de Desenvolvimento Territorial (PIDT). Sendo os mesmos elaborados por iniciativa do Governo Provincial;
- A nível distrital e municipal, sendo servido de Planos Distritais de Uso da Terra (PD) que são elaborados por iniciativa do Governo Distrital;

➤ E a nível autárquico correspondem os Planos de Estrutura Urbana (PE), Planos Gerais de Urbanização (PGU), Planos Parciais de Urbanização (PPU), e os Planos de Pormenor (PP). Estes planos são elaborados por técnicos municipais, ou instituições externas, porém mandatados e aprovados pelas assembleias municipais, sob proposta da administração e do presidente do município.

Conforme é pontuado por Nhachungue e Samper (2015, p.31), a legislação preconiza que os instrumentos de ordenamento territorial obedecem a uma interdependência vertical, onde os instrumentos de nível superior são determinantes sobre os hierarquicamente inferiores. Está estatuído na legislação mencionada que na ausência de instrumentos de nível superior, nada obsta a elaboração dos instrumentos de nível inferior. Tal prerrogativa abre espaços para uma proliferação de Planos de Pormenores desligados de uma realidade macro, comprometendo a dotação de infraestruturas urbanas no geral.

7.1.3. Princípio de Descentralização e Subsidiariedade

O princípio de descentralização e subsidiariedade é um dos alicerces do Direito Urbanístico, desempenhando um papel essencial na definição da relação entre as estruturas de governança centralizadas e as comunidades locais.

A descentralização refere-se à delegação de autoridade e responsabilidade das esferas governamentais centrais para níveis mais próximos da comunidade, como os governos municipais e locais. Esse princípio reconhece que as decisões sobre questões urbanísticas e de planeamento podem ser mais eficazes e adequadas quando tomadas por aqueles que estão mais familiarizados com as necessidades e características específicas de uma determinada área. A descentralização permite uma participação mais activa dos cidadãos na tomada de decisões e ajuda a evitar a concentração excessiva de poder nas mãos de poucos.

A subsidiariedade, por sua vez, complementa a descentralização ao afirmar que as funções e responsabilidades devem ser exercidas no nível mais adequado e eficaz. Isso significa que questões que podem ser resolvidas de maneira eficiente em nível local devem ser tratadas pelas autoridades locais, enquanto questões que exigem coordenação em nível mais amplo podem ser abordadas pelas autoridades regionais ou nacionais. A subsidiariedade busca evitar a burocracia excessiva e garantir que as decisões sejam tomadas no nível mais próximo possível dos cidadãos afectados.

Moçambique se caracteriza pela unicidade de poder, havendo uma descentralização administrativa e o princípio de subsidiariedade, respeitando a autonomia dos órgãos de governação provincial, distrital e das autarquias locais. Esse princípio permite a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios das comunidades e promove o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano, conforme descrito nos artigos 8 e 263 da CRM.

Embora o Estado tenha o poder-dever em matéria urbanística, não significa que entre em contradição com o princípio de que o Urbanismo é função pública segundo os objectivos da descentralização dispostos no artigo 270 (disposto no nº 2 na alínea f) e 276 (disposto no nº 2 na alínea q) da CRM, e também não entra em conflito com o princípio da subsidiariedade.

O Estado tem o dever jurídico de actuar no campo do Direito Urbanístico, verificada a existência de interesse colectivo a tutelar, quer mediante a edição de normas disciplinadoras da actividade urbanística, quer pela implementação do planeamento urbanístico. Esta segunda modalidade de actuação é que poderá ser exercida pelos particulares, desde que o façam de forma adequada e suficiente. Portanto, o Urbanismo é uma função pública na medida em que se tem um poder exercido em nome do interesse público e que constitui um dever jurídico. Se os particulares não se interessarem ou não puderem desenvolver a actividade urbanística de modo satisfatório, fica o Poder Público obrigado a desenvolvê-la.

A influência do princípio de descentralização e subsidiariedade na QV é substancial. Ao permitir que as comunidades locais tenham um papel mais activo na definição de políticas urbanas e no planeamento do desenvolvimento, é mais provável que as decisões reflectam as necessidades reais dos residentes. Isso pode levar a um ambiente urbano mais adaptado às características locais, com serviços mais eficientes, infraestruturas melhor planeadas e maior envolvimento cívico.

Em termos de QV, a descentralização e subsidiariedade podem resultar em uma maior responsabilização das autoridades locais perante os cidadãos, uma vez que as decisões são tomadas em nível próximo e visível. Isso pode levar a um aumento da confiança na governança local e a uma maior participação da comunidade nas decisões que afectam directamente suas vidas. No entanto, para garantir resultados positivos, é necessário um equilíbrio cuidadoso entre a delegação de autoridade e a supervisão para evitar abusos de poder ou negligência.

7.1.4. Princípio de Função Social da Propriedade

O Princípio de Função Social da Propriedade afirma que a propriedade privada deve cumprir uma função social e não apenas servir aos interesses individuais do proprietário. Isso implica que a propriedade deve ser utilizada de maneira a contribuir para o bem-estar colectivo e o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. No contexto urbano, esse princípio é particularmente relevante, pois as decisões relacionadas ao uso da terra e à ocupação urbana têm impactos directos na vida das pessoas que habitam a cidade.

Nos artigos 55 e 82 da CRM, é garantido o direito de se deslocar ou fixar livremente em qualquer parte do território nacional com direito a propriedade, no entanto, sem que seja incondicional, havendo limites impostos a ele, sendo o principal a função social da propriedade, e as áreas de bens públicos do Estado dispostos no artigo 98 sobre “Propriedade do Estado e domínio público”.

A política adoptada é que a nova propriedade urbana, ao fazer parte de um plano, visa o interesse público e é nesse contexto que se determina o uso a ser dado ao solo urbano. Nesse sentido, a propriedade urbana que emerge do texto constitucional é o facto de que o contexto em que ela se acha inserida é muito mais amplo do que o interesse privado do seu titular, indo em conformidade com o princípio de função social da cidade e da propriedade, descrito no artigo 2 da Carta Mundial do Direito à Cidade.

Ainda, referente ao Direito Urbanístico, vê-se disposto no artigo 91 da CRM de 2004, que “todos os cidadãos têm o direito à habitação condigna”, sendo este, um dos direitos

económicos, sociais e culturais. No mesmo âmbito, é incumbido ao Estado a função de estimular a construção privada e cooperativa, bem como o acesso à casa própria, devendo ser acompanhado do direito ao ambiente, disposto no artigo 90, visando a protecção do meio ambiente como um todo, a preservação das espécies e a QV, o que promove um ambiente equilibrado, e ainda no artigo 117 sobre ambiente e QV, em que um dos seus principais objectivos seria de “promover o ordenamento do território com vista a uma correcta localização das actividades e a um desenvolvimento socioeconómico equilibrado”.

Como se vê, tal é a relevância e a extensão do princípio da função social da propriedade, irradiando-se por todo o campo de incidência das normas urbanísticas, sendo este um princípio fundamental, típico do Direito Urbanístico, verdadeira directriz a nortear toda a ordenação do território.

O Princípio de Função Social da Propriedade está directamente relacionado à QV, uma vez que busca evitar a especulação imobiliária descontrolada, o uso inadequado do solo urbano e a exclusão social resultante da falta de acesso à habitação adequada. Ao exigir que a propriedade seja utilizada para beneficiar a comunidade e atender às necessidades básicas dos cidadãos, esse princípio contribui para a criação de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

No entanto, a implementação do Princípio de Função Social da Propriedade também pode gerar desafios, como conflitos entre os interesses dos proprietários individuais e os objectivos colectivos de desenvolvimento urbano. Além disso, é necessário um sistema de governança eficaz para monitorar e fazer cumprir a função social da propriedade, a fim de evitar abusos e assegurar que a propriedade seja de facto usada para o benefício da sociedade.

7.1.5. Princípio do Urbanismo como Função Pública

A CRM consagra a organização do território como um fim a prosseguir pelos órgãos centrais do Estado, conforme descrito no artigo 139, número 2 (CRM, 2004, artigo 139, nº 2). Nesse sentido, o Urbanismo, como conjunto de medidas destinadas a organizar os espaços habitáveis, é uma função pública, visto estar-se diante de um poder voltado para o atendimento do interesse colectivo e cujo exercício consubstancia-se num dever jurídico.

A atribuição informal de DUAT tem enfraquecido a regulamentação e fiscalização das zonas de protecção, especialmente nas áreas urbanas, aumentando os riscos de desastres naturais. A ocupação dessas áreas viola normas de ordenamento territorial, comprometendo a sustentabilidade ambiental.

Figura 8 – Ocupação Inadequada sobre um Área de Protecção Ambiental em Maputo



Fonte: Extração de imagem do Google Earth pelo autor

A delimitação do espaço urbano por meio de zoneamentos rígidos tem sido alvo de críticas por não atender plenamente às necessidades de ordenamento territorial. Em muitos casos, essas divisões resultam na criação de áreas subutilizadas ou ocupadas irregularmente, sem integração ao mercado formal. Nesse sentido, Juergensmeyer e Robert (2007, apud BARRETO e HEIM, 2013, p.88) observam que:

O problema reside na questão dos zoneamentos definidos pelos gestores urbanos, que dividem a cidade em áreas específicas e restritas. Estas zonas às vezes não cumprem seu papel fundamental de ordenamento e acaba por criar bolsões urbanos que não interessam ao mercado formal, sendo subutilizados ou invadidos (JUERGENSMEYER e ROBERT, 2007 apud BARRETO e HEIM, 2013).

Essa fragmentação espacial não apenas compromete a eficiência do planeamento urbano, mas também acentua as desigualdades socioespaciais. Como consequência, populações de baixa renda são frequentemente empurradas para áreas ambientalmente frágeis, onde o interesse do mercado imobiliário e a acção do poder público são mínimos. Sobre essa dinâmica, Maricato (2000, apud BARRETO e HEIM, 2013, p.88) ressalta:

O que acontece é que esta dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos (invasões) em áreas ambientalmente frágeis, que, por esta condição de fragilidade, merecem legislação específica, não interessam ao mercado imobiliário e também não interessam ao poder público que é influenciado pelo mercado, mas são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população (MARICATO, 2000 apud BARRETO e HEIM, 2013, p.88).

O processo de formação da cidade não formal está atrelado a múltiplos factores, dentre os quais alguns estão directamente relacionados à actuação do poder público. Amadei (2006, apud BARRETO e HEIM, 2013, p.88) destaca que dois aspectos fundamentais contribuem para esse fenómeno: a formulação das leis urbanísticas e a fiscalização de seu cumprimento. A primeira diz respeito à rigidez e inadequação de certas normativas, que muitas vezes não consideram a realidade socioeconómica da população de baixa renda, dificultando seu acesso à moradia formal. A segunda está ligada à insuficiência ou ineficácia da fiscalização, que, ao ser falha ou selectiva, permite a consolidação de assentamentos informais e perpetua desigualdades no espaço urbano. Assim, observa-se que a produção irregular da cidade não é apenas um resultado espontâneo da acção dos indivíduos, mas também um reflexo das limitações e contradições das políticas públicas.

Neste caso, as irregularidades vistas na ocupação urbana do objecto de estudo denotam uma certa utopia das leis regentes, ou uma acentuada falha na fiscalização, o que se expressa nessa insuficiência de se garantir o cumprimento das leis em vigor. A isso, comungando com as ideias de Barreto e Heim (2013, p.88), “soma-se a omissão histórica do poder público no planeamento e execução de políticas habitacionais para os sectores de menor renda da sociedade, que não atingem o mercado imobiliário”.

O urbanismo como função pública exige que o crescimento das cidades seja regulado pelo interesse colectivo, priorizando acessibilidade, mobilidade sustentável, preservação ambiental, infraestrutura adequada e espaços públicos de qualidade, factores essenciais para a melhoria da QV. A participação cidadã é crucial nesse processo, garantindo que os residentes influenciem as decisões urbanas. A transparência e a responsabilidade na gestão são fundamentais para evitar favorecimentos indevidos e assegurar políticas urbanas justas e equitativas.

Contudo, a implementação desse princípio pode enfrentar desafios como a falta de recursos financeiros, capacidade institucional limitada e resistência a mudanças por parte de sectores que buscam benefícios pessoais em detrimento do interesse colectivo. Superar tais desafios requer uma combinação de vontade política, capacitação técnica e engajamento da sociedade civil.

8. METODOLOGIA

8.1. Processo e Planificação da Pesquisa

O ponto de partida desta pesquisa foi a clara delimitação do tema: “Índice de Qualidade de Vida: o caso da cidade de Maputo”. Esta escolha decorreu da necessidade de compreender os diversos aspectos que influenciam a QV dos habitantes de Maputo. Ao se identificarem as lacunas no conhecimento existente e questões não resolvidas relacionadas à QV em Maputo, tornou-se necessário problematizar o tema. A partir da problematização, foram definidas as hipóteses que orientaram a investigação, servindo como respostas provisórias à pergunta de pesquisa.

Os objectivos desta pesquisa foram delineados com precisão para direccionar os esforços. Na sequência, é apresentada uma reflexão sobre a relevância da pesquisa, enumerando as principais contribuições da pesquisa para o campo científico, académico e social. Tornou-se crucial uma leitura abrangente da literatura existente, sendo um passo essencial para fundamentar teoricamente a pesquisa. Esta revisão bibliográfica envolveu a exploração de trabalhos académicos, relatórios de organizações internacionais e estudos locais relacionados à QVU e suas medições.

Seleccionado o tipo de pesquisa e o método científico, foi delineado todo o processo de busca e colecta de dados. Foram aplicadas as estratégias de busca e colecta de dados e executado o estudo proposto, tabulando os dados obtidos para a formulação subsequente das conclusões. Ao fim, foram formuladas as conclusões com base em uma análise comparativa entre os resultados obtidos na pesquisa e as hipóteses levantadas.

A redacção da pesquisa foi elaborada de modo a seguir os padrões rigorosos de escrita académica, garantindo clareza, coesão e precisão. O conteúdo busca seguir uma estrutura lógica e argumentativa, com o intuito de apresentar uma narrativa fluida para guiar o leitor através do processo de pesquisa e de seus resultados. Por fim, serão divulgados os resultados desta pesquisa em conferências académicas, publicações científicas e outros fóruns relevantes, com o objectivo de compartilhar conhecimento e estimular o diálogo sobre questões urbanas importantes.

Fluxograma 1 – Processo da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

A presente pesquisa abrange dois anos, incluindo variadas actividades listadas no cronograma apresentado no Quadro 9 que se segue.

Quadro 9 – Plano da Pesquisa

	Actividades	Objectivos	Prazo Previsto
01	Reconhecimento do tema em estudo	Identificar as principais obras relacionadas à temática em estudo e mapear o estado da arte da pesquisa.	Até 01/2023
02	Revisão e interpretação do material bibliográfico	Verificar a relevância e o valor da pesquisa, identificar lacunas de conhecimento e formular hipóteses.	Até 03/2024
03	Elaboração e comunicação para o seminário	Seleccionar o tipo de pesquisa e método científico a serem seguidos, delinear todo o processo de busca e colecta de dados, e apresentar o projecto de pesquisa em seminário.	Até 03/2023
04	Levantamento de documentação e dados disponíveis	Colectar dados primários e secundários relevantes para a pesquisa: dados estatísticos, aplicação de questionários e outras formas de recolha	Até 04/2024
05	Tratamento de dados recolhidos	Sistematização da informação recolhida	Até 05/2024
06	Interpretação dos dados recolhidos	Leitura dos dados recolhidos	Até 06/2024
07	Participação em um evento científico	Divulgar os resultados parciais da pesquisa e receber orientações de especialistas.	Até 10/2023
08	Redacção final da dissertação	Redigir a dissertação de acordo com as normas da instituição, incluindo introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados, análise e discussão, conclusão e referências bibliográficas.	Até 07/2024
09	Entrega da provisória da dissertação	Fazer a entrega provisória	Até 07/2024
10	Entrega da versão final	Fazer a entrega final	Até 08/2024
11	Defesa da dissertação	Apresentação e defesa da dissertação	-

Fonte: Elaborado pelo autor

O orçamento da pesquisa considera os custos relacionados a materiais de consumo, serviços de terceiros, e comunicação. A Tabela 2 apresenta detalhes desse orçamento.

Tabela 2 – Orçamento da Pesquisa

Referência	Item	Quantidade	Preço Unitário (MZN)	Importância (MZN)
Material de Consumo	Bloco de notas A ₅	2	150.00	300.00
	Resma de papel A ₄	2	500.00	1,000.00
	Agrafador e agrafos	1	450.00	450.00
	Furador de papel	1	350.00	350.00
	Pasta de arquivos	3	45.00	135.00
	Prancheta A ₄	1	100.00	100.00
Serviços de terceiros (pessoas jurídicas)	Impressões - Preto e Branco	690	5.00	3,450.00
	Impressões - Coloridas	408	15	6,120.00
	Encadernação	4	15.00	60.00
Comunicação	Comunicação e internet	12	1,000.00	12,000.00
Total (MZN)				23,965.00

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste estudo foram dispensados os equipamentos e materiais permanentes próprios do pesquisador, como a máquina fotográfica digital, laptop, e GPS, bem como as despesas de viagens. Portanto, O custo total do presente projecto de pesquisa é de vinte e três mil e novecentos e sessenta e cinco meticais (23,965.00 Mzn).

8.2. Natureza, Abordagem e Procedimentos Metodológicos

O IQV da cidade de Maputo é o objectivo central dessa pesquisa, representando uma medida numérica que avalia a QV da população em relação aos aspectos urbanos. Ao combinar a abordagem quali-quantitativa, torna-se possível compreender tanto os aspectos objectivos da QV, relacionados a indicadores quantificáveis, como os aspectos subjectivos, que abrangem as percepções e experiências individuais dos moradores. Ao adoptar uma perspectiva integrada, que considera tanto os aspectos objectivos quanto os subjectivos da QV, é possível obter um panorama abrangente da realidade vivenciada pela população da cidade de Maputo.

Para desenvolver um instrumento de avaliação de QV que englobe tanto aspectos subjectivos quanto objectivos, tornou-se crucial considerar as características únicas de Maputo, incluindo sua cultura, história, dinâmica socioeconómica e desafios específicos. Ao optar por um conjunto de dimensões focado e adaptável, a avaliação da QVU em Maputo se mantém flexível e pronta para ajustes conforme novas prioridades emergem. Isso garante que a pesquisa seja adaptada às circunstâncias específicas da cidade e forneça informações relevantes e accionáveis para os tomadores de decisão.

A colecta de dados sobre certos domínios, como o domínio Político, por exemplo, apresenta desafios significativos dado o contexto político sensível, complexidade das dinâmicas governamentais, bem como pela falta de ferramentas adequadas de mensuração. Dimensões que envolvem questões politicamente sensíveis ou potencialmente controversas, podem comprometer a neutralidade da pesquisa e gerar resistência ou desconfiança entre os participantes, o que poderia dificultar a obtenção de dados. Portanto, para evitar interpretações tendenciosas ou imprecisas, e manter a integridade e credibilidade da pesquisa, optou-se por focar em áreas mais tangíveis e directamente mensuráveis da QV.

Optou-se por priorizar dimensões e indicadores práticos e de impacto directo na experiência diária dos cidadãos, evitando complexidades que não reflectem de forma imediata a percepção de QV. A decisão de priorizar essas dimensões práticas e directas, como Saúde, Educação e Infraestrutura Básica, baseou-se em estudos anteriores, como a apostila “Elaboração e Análise de Indicadores” da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP, 2019, p.30, 40, e 67). Ademais, análises empíricas demonstram sua forte correlação com o bem-estar e a QV dos residentes urbanos, tornando-os alvos mais relevantes e significativos para a pesquisa.

A exclusão de dimensões mais abstractas, como Espiritualidade e Religiosidade, por exemplo, foi motivada pela falta de consenso sobre como avaliar tais aspectos de forma objectiva e comparável. Embora possam desempenhar um papel importante na vida das pessoas, a mensuração de sua influência na QV pode ser susceptível a interpretações muito divergentes. Portanto, para garantir a consistência e confiabilidade dos resultados, optou-se por não incluir tais dimensões na avaliação, sendo mais produtivo focar em dimensões que

possam ser avaliadas de maneira mais uniforme e mensurável. Ademais, algumas dimensões poderiam gerar redundância, como a inclusão específica de Oportunidades de Crescimento Económico enquanto a dimensão Emprego já fornece uma avaliação da disponibilidade de oportunidades de emprego, taxas de desemprego e qualidade do mercado de trabalho na cidade. Evitar a sobreposição de indicadores assegura uma avaliação mais eficiente e focada.

Esta pesquisa assume uma natureza científica aplicada, visando fornecer conhecimento que possa ser aplicado para abordar desafios específicos da cidade de Maputo. A pesquisa bibliográfica é empregada como um procedimento técnico fundamental para explorar e compreender as teorias existentes relacionadas à QV em contextos urbanos, estabelecendo uma base teórica sólida para a pesquisa.

A abordagem metodológica adoptada é caracterizada pelo raciocínio indutivo e pelo uso de procedimentos estatísticos. Essa combinação proporciona um embasamento sólido para o estabelecimento de conclusões mais amplas e generalizáveis. A utilização do raciocínio indutivo implica em partir de observações específicas e, a partir delas, extrair conclusões gerais. Nesse sentido, a pesquisa envolve o estudo minucioso da QV na cidade de Maputo em casos concretos, possibilitando a colecta de dados empíricos e a análise detalhada das condições e aspectos urbanos que influenciam a QV.

A aplicação de procedimentos estatísticos é essencial para organizar e analisar os dados colectados de forma sistemática e objectiva. Esses procedimentos permitem realizar comparações e inferências estatísticas. Dessa forma, torna-se possível estabelecer conclusões mais robustas e embasadas nos dados, contribuindo para a compreensão mais aprofundada da QV e fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas e intervenções adequadas.

O presente estudo adopta a interpretação dos resultados da seguinte maneira: 0.00 a 0.20 (muito baixo IQV), 0.21 a 0.40 (baixo IQV), 0.41 a 0.60 (moderado IQV), 0.61 a 0.80 (alto IQV), e 0.81 a 1.00 (muito alto IQV).

A incorporação de técnicas de análise espacial à pesquisa enriquecerá significativamente a compreensão sobre a relação entre os aspectos urbanos e a QV na cidade de Maputo. Essa abordagem permitirá mapear padrões espaciais, identificar *clusters* de áreas com características semelhantes, indicando os *hotspots* (alto IQV) e *coldspots* (baixo IQV), possibilitando uma focalização mais precisa de políticas e intervenções em áreas de maior necessidade.

8.2.1. Estrutura Metodológica

A estrutura metodológica desta pesquisa é representada pelo Fluxograma 2, que apresenta o processo sistemático de avaliação da QV na cidade de Maputo. A metodologia está organizada de maneira a integrar abordagens objectivas e subjectivas, garantindo uma análise abrangente e multidimensional.

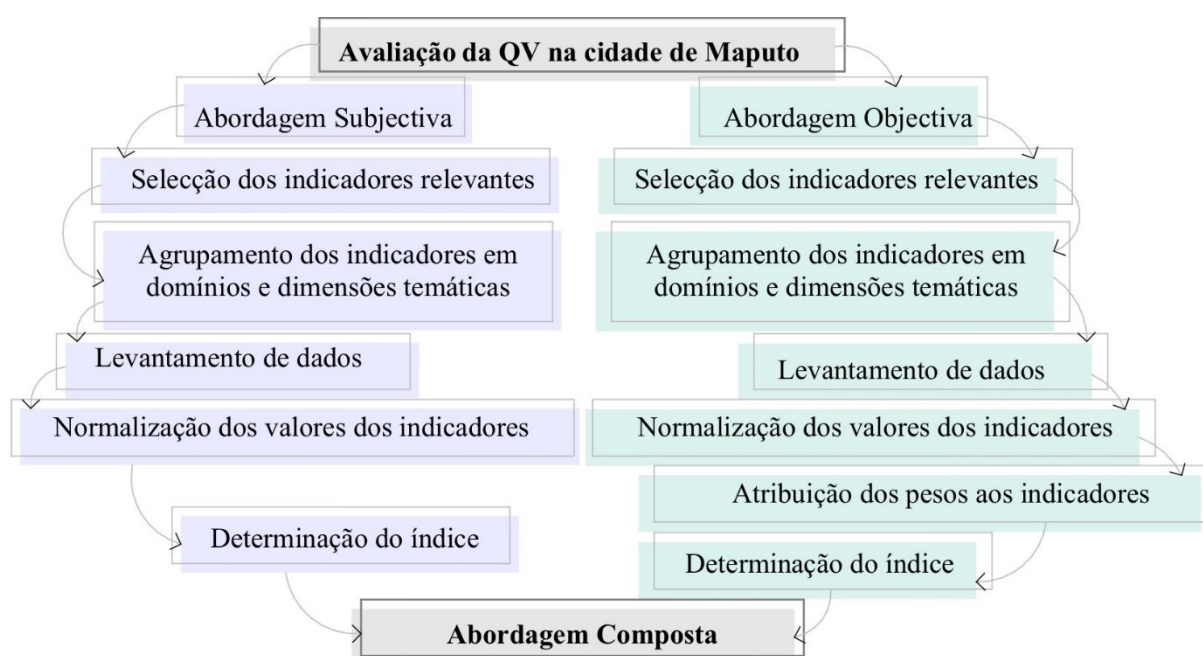
O processo inicia-se com a selecção de indicadores relevantes: na abordagem objectiva, baseiam-se em dados concretos e mensuráveis; na subjectiva, reflectem percepções individuais. Em seguida, esses indicadores são agrupados em dimensões e domínios temáticos, assegurando uma estrutura coerente.

Na etapa de levantamento de dados, fontes secundárias fornecem informações para a abordagem objectiva, enquanto questionários específicos são aplicados na subjectiva. Os indicadores são então normalizados para garantir comparabilidade e, posteriormente, ponderados conforme sua relevância na avaliação da QV.

Por fim, determina-se o índice composto, integrando ambas as abordagens e sintetizando os dados para uma avaliação representativa da QV em Maputo. Essa estrutura metodológica assegura rigor científico, equilíbrio analítico e confiabilidade dos resultados, proporcionando uma base sólida para decisões e intervenções informadas.

A estrutura metodológica apresentada demonstra um rigor científico consistente, permitindo a análise equilibrada e contextualizada dos factores objetivos e subjetivos que influenciam a QVU. Além disso, a integração dessas abordagens contribui para a robustez e confiabilidade dos resultados, oferecendo uma base sólida para intervenções e tomadas de decisão informadas.

Fluxograma 2 – Estrutura da Metodologia



Fonte: Elaborado pelo autor

8.2.2. Abordagem Subjectiva

A abordagem subjectiva adoptada neste estudo fundamenta-se na aplicação de questionários estruturados a uma amostra representativa da população, com o objectivo de captar percepções individuais sobre diferentes aspectos da QVU. Essa metodologia reconhece que a experiência da população em relação ao meio urbano não pode ser plenamente apreendida apenas por indicadores estruturais, sendo essencial considerar a avaliação subjectiva dos próprios residentes.

A utilização de questionários fechados contribui para a consistência nas respostas, pois as opções de resposta são padronizadas e limitadas, evitando interpretações subjectivas. Essa estratégia de pesquisa possibilita obter informações quantitativas por meio da tabulação

e análise dos dados fornecidos pelos participantes, e permite a reprodutibilidade dos resultados em diferentes contextos, validando as descobertas e proporcionando uma base para novas pesquisas. Além disso, a abordagem qualitativa é incorporada ao permitir que os participantes expressem suas percepções, experiências e expectativas em relação à QV na cidade.

Os questionários aplicados abrangem múltiplos domínios da QV, tais como ambiental, físico, infraestrutura e mobilidade, social, psicológico, e económico. As respostas foram registradas em uma escala ordinal de Likert¹⁰, onde as mesmas variam de 1 a 5 representadas qualitativamente pelos graus de satisfação da população amostral: “nada”, “pouco”, “moderadamente”, “muito”, e “completamente”, respectivamente, desta forma, permitindo a caracterização do contexto urbano do local. Os valores obtidos no questionário, foram posteriormente convertidos para uma escala padronizada de 0 a 1, permitindo a comparabilidade entre os diferentes indicadores. A normalização dos valores foi realizada por meio da Equação 1.

Equação 1 – Normalização dos Valores de Indicadores de Qualidade de Vida

$$X' = \frac{X - X_{min}}{X_{max} - X_{min}}$$

Onde: Valor Normalizado (X') | Valor observado (X) | Valor mínimo (Xmin) | Valor máximo (Xmax)

Fonte: Adaptado de Nardo, M. et al. (2005, p.20) pelo autor

A normalização permite uniformizar os dados e garantir que todos os indicadores sejam expressos na mesma escala, evitando distorções na agregação dos resultados.

Para a obtenção da medida geral do Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva (IQV_S), adoptou-se a média aritmética simples dos valores normalizados (X') dos diferentes indicadores avaliados (n_i), conforme a seguinte Equação 2:

Equação 2 – Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva

$$IQV_S = \frac{\sum X'}{n_i}$$

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa metodologia assegura que a medida final do índice subjectivo reflita a percepção média da população sobre a QV na cidade. Além disso, ao utilizar a normalização e a agregação dos resultados por meio da média aritmética, evita-se a sobrevalorização de aspectos específicos, garantindo que o índice seja representativo da experiência urbana como um todo.

¹⁰ Corroborando com Bueno (2018, p.72), é uma escala desenvolvida em 1932 por Rensis Likert para medir o nível de aceitação de uma pessoa acerca de um determinado assunto, conforme suas experiências e influências sociais.

A abordagem subjectiva, ao incorporar as percepções individuais dos residentes, complementa a análise baseada em dados estruturais, conferindo maior profundidade e sensibilidade ao estudo da QVU.

8.2.2.1. Amostragem

A amostra da pesquisa, compreendendo todos os sete distritos de Maputo, foi seleccionada de modo a garantir representatividade geográfica e demográfica. A aplicação de questionários presenciais nesta pesquisa, possibilita a inclusão de segmentos da população que poderiam ser sub-representados em métodos exclusivamente *online*, como idosos ou indivíduos com menor acesso à tecnologia. Dessa forma, a abordagem presencial assegura uma amostragem mais equitativa e reflecte a diversidade da população urbana.

A opção pela amostragem não-probabilística nesta pesquisa resulta de diversas considerações relacionadas à realidade específica da cidade e à complexidade do seu contexto. A desigualdade no crescimento urbano em Maputo, com áreas de expansão e desenvolvimento desiguais, torna as opções comuns de amostragem aleatória, estratificada, por conglomerados, sistemática ou por juízo, potencialmente inviáveis e monumentais devido à heterogeneidade espacial. A amostragem não-probabilística surge como uma escolha mais flexível para abranger essas diferenças, em detrimento das demais amostragens mencionadas, considerando as variações significativas de QV entre diferentes áreas urbanas.

A diversidade socioeconómica e cultural de Maputo apresenta um desafio adicional à amostragem estratificada, pois categorizar com precisão os estratos representativos dessas diversidades pode ser difícil. A amostragem não-probabilística por conveniência surge como uma solução prática, permitindo abordar pessoas em diferentes grupos socioeconómicos e culturais conforme sua disponibilidade e acessibilidade.

Apesar de escolher uma amostragem não-probabilística, a determinação do tamanho da amostra (n), conforme a Equação 3, segue um rigoroso critério de erro amostral¹¹ (E_0) aceitável de 4% de modo a garantir uma representatividade razoável, dada as circunstâncias.

Conforme Barbetta (2002, p.61), no caso em que o tamanho da população é muito grande, torna-se irrelevante se considerar o seu valor exacto, neste caso, o cálculo da primeira aproximação (n_0) já é suficiente para se determinar o tamanho da amostra (n). Portanto, a amostra mínima determinada de 625 pessoas, representando 0,045% da população total da pesquisa, é uma abordagem robusta, considerando os desafios inerentes à amostragem não-probabilística.

Equação 3 – Tamanho da Amostra

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \qquad n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

Onde: Primeira aproximação do tamanho da amostra (n_0) | Erro amostral tolerável (E_0) | Tamanho da população (N) | Tamanho da amostra (n)

Fonte: Barbetta (2002, p.60)

¹¹ Segundo Barbetta (2002, p.79), é “a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar”.

Essa escolha de amostragem não-probabilística acidental é uma abordagem pragmática e realista dadas as complexidades da pesquisa em um contexto diversificado e desigual como o de Maputo. A consideração cuidadosa do tamanho da amostra e do erro amostral é um esforço em mitigar os possíveis vieses e garantir resultados confiáveis.

8.2.2.2. Organização das Actividades para a Aplicação do Questionário

Para garantir a realização eficiente e abrangente da pesquisa foi necessário um planeamento detalhado e uma organização meticulosa das actividades relacionadas à aplicação dos questionários. A organização das actividades para a aplicação dos questionários envolveu várias fases, cada uma crucial para assegurar o sucesso da pesquisa. Essa etapa foi essencial para a obtenção de dados de alta qualidade, representativos e abrangentes, que reflectem as percepções e realidades dos diversos grupos sociais da cidade.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento da cidade de Maputo, identificando os 7 DM como áreas de interesse, definindo cada bairro como ponto de amostragem. Este processo garantiu uma cobertura geográfica abrangente e a inclusão de diferentes contextos urbanos e socioeconómicos, desde áreas mais centrais e desenvolvidas até as periferias menos favorecidas.

Com o mapeamento em mãos, foi elaborado um cronograma de actividades que incluía datas específicas para a aplicação dos questionários em cada DM. Esse cronograma foi planeado para otimizar a logística e garantir que todas as áreas fossem cobertas dentro do período estipulado para a colecta de dados. Foram considerados factores como a acessibilidade dos locais, o horário de maior movimento de pessoas e a disponibilidade dos participantes, garantindo assim uma abordagem eficaz e eficiente.

Para a aplicação dos questionários, foram organizadas equipas de campo compostas por pesquisadores treinados. Cada equipa foi designada para um DM específico, garantindo familiaridade e eficiência no processo de colecta de dados. As equipas continham cópias impressas dos questionários, dispositivos móveis para registro de dados (caso necessário).

8.2.2.3. Treinamento do Pessoal

O treinamento do pessoal envolvido na aplicação dos questionários foi uma fase fundamental da pesquisa, garantindo que os dados colectados fossem confiáveis e de alta qualidade. Os pesquisadores passaram por um programa de treinamento que abordou aspectos técnicos e éticos da colecta de dados. O treinamento incluiu instruções detalhadas sobre o objectivo da pesquisa, a importância da colecta de dados precisa e as melhores práticas para a abordagem e interacção com os participantes.

Além disso, foram discutidos os aspectos éticos da pesquisa, enfatizando a importância de obter o consentimento informado dos participantes, garantir a confidencialidade dos dados e respeitar os direitos dos entrevistados. Isso foi crucial para assegurar que a pesquisa fosse conduzida de maneira ética e responsável.

8.2.3. Abordagem Objectiva

A construção do Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Objectiva (IQVo), seguiu uma abordagem quantitativa rigorosa e fundamentada nas directrizes metodológicas da OECD conforme destacado por Nardo et al. (2005). Essa metodologia foi estruturada para assegurar a objectividade, a replicabilidade e a transparência dos resultados, ao mesmo tempo em que sintetiza informações complexas de diferentes áreas temáticas. O processo envolveu múltiplas etapas, desde a selecção de indicadores até a agregação final do índice, com cada etapa fundamentada em princípios estatísticos sólidos.

A selecção dos indicadores considerou aspectos teóricos e a disponibilidade de dados confiáveis provenientes de fontes oficiais e reconhecidas, as quais disponibilizam dados concretos e quantificáveis, garantindo a relevância e a representatividade para a avaliação da QV.

Os indicadores foram agrupados em dimensões temáticas, abrangendo múltiplos aspectos do bem-estar. Como os indicadores possuem diferentes unidades de medida, foi necessário aplicar uma técnica de normalização para trazê-los a uma mesma escala. Para esse fim, aplica-se o método de “reescalonamento” ou “normalização por min-max” (Equação 1) como a técnica que transforma os valores em uma escala entre 0 e 1, mapeando o valor mínimo ($X_{\min}$) do conjunto de dados para 0 e o valor máximo ($X_{\max}$) para 1, onde 0 representa o pior desempenho e 1 representa o melhor desempenho possível.

Após a normalização, foi realizada a agregação dos indicadores em suas respectivas dimensões temáticas. Para isso, calculou-se a média aritmética simples dos valores normalizados por dimensões (X'_d) de todos os indicadores dentro de cada dimensão, conforme descrito pela Equação 4:

Equação 4 – Média Dimensional

$$M_d = \frac{\sum X'_d}{n_i}$$

Fonte: Elaborado pelo autor

Em que M_d representa a média dimensional, e n_i é a quantidade de indicadores na dimensão.

A próxima etapa consistiu a ponderação dos dados, que envolve atribuir pesos aos diferentes indicadores com base em sua importância relativa para a QV. Essa etapa reflecte a priorização de certos aspectos sobre outros, levando em consideração as necessidades e preferências da população-alvo, bem como as especificidades do contexto urbano em questão. Para esse fim, adoptou-se a “*Data Envelopment Analysis*” (DEA), ou Análise de Envoltória de Dados, conforme as directrizes da OECD apontadas por Nardo et al. (2005, p.64). A DEA permite lidar de forma objectiva com dados multidimensionais, como economia, saúde, educação e infraestrutura. Essa técnica também permite calcular a eficiência relativa de cada indicador em relação aos outros, sem a necessidade de julgamentos subjectivos sobre a importância dos mesmos, o que é fundamental em contextos como o de Maputo, onde não há consenso claro sobre os pesos dos indicadores. A técnica

também se adapta bem ao processo de normalização dos dados, utilizando o método Min-Max para garantir uma comparação em uma escala comum, evitando distorções geradas por diferentes unidades de medida.

Dessa forma, os pesos foram determinados com base na soma dos valores normalizados de indicadores de cada dimensão específica (X'_d), dividida pela soma total de todos os valores normalizados de todas as dimensões (X'_t). A formulação utilizada para o cálculo dos pesos das dimensões é apresentada na Equação 5:

Equação 5 – Peso dos Indicadores

$$P = \frac{\sum X'_d}{\sum X'_t}$$

Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, o índice foi calculado como o produto entre o peso atribuído a dimensão e a sua média dimensional dos valores normalizados. A fórmula para o cálculo do IQV final é descrita pela Equação 6:

Equação 6 – Índice de Qualidade de Vida Dimensional

$$IQV_d = P * M_d$$

Fonte: Elaborado pelo autor

A medida geral do IQV nesta abordagem é determinada pela somatório total dos índices das dimensões, conforme descrita pela Equação 7:

Equação 7 – Índice de Qualidade de Vida Final

$$IQV_o = \sum IQV_d$$

Fonte: Elaborado pelo autor

8.2.4. *Abordagem composta*

A abordagem composta adoptada neste estudo visa integrar as dimensões objectiva e subjectiva da QVU, permitindo uma avaliação holística do fenómeno em análise. O pressuposto fundamental dessa metodologia reside na complementaridade entre métricas quantitativas e percepções individuais, uma vez que a QV não pode ser plenamente capturada apenas por indicadores estruturais ou percepções isoladas. Assim, a abordagem composta busca reduzir limitações inerentes a cada perspectiva ao combinar seus resultados em uma medida única e representativa.

Para a formulação do Índice de Qualidade de Vida Composto (IQV_C), utilizou-se um procedimento de agregação baseado na média aritmética simples dos índices previamente calculados para as abordagens objectiva (IQV_o) e subjectiva (IQV_s). A equação adoptada é expressa como:

Equação 8 – Índice de Qualidade de Vida da Composto

$$IQV_C = \frac{IQV_S + IQV_O}{2}$$

Fonte: Elaborado pelo autor

A adopção da média aritmética simples como método de agregação justifica-se pela necessidade de conferir pesos equivalentes às dimensões objectiva e subjectiva, evitando a predominância de uma perspectiva sobre a outra. Essa abordagem alinha-se às directrizes metodológicas de índices sintéticos em pesquisas sobre QVU, nos quais a ausência de evidências empíricas que justifiquem ponderações diferenciais leva à escolha de um método de agregação equitativo.

A abordagem composta, ao sintetizar as duas dimensões fundamentais da QV, confere maior robustez analítica ao índice, tornando-o um instrumento mais abrangente e sensível à complexidade da realidade urbana.

8.3. Instrumentos de Colecta de Dados

A colecta de dados é uma etapa crucial fundamentada em uma metodologia científica que utiliza diversos instrumentos para garantir uma avaliação precisa da QV em Maputo.

Os questionários são essenciais para captar percepções individuais, proporcionando representatividade e diversidade nos resultados. O Google Forms facilita a tabulação das respostas, permitindo uma análise ágil e organizada. O MSOffice Excel assegura precisão nos cálculos estatísticos, fornecendo uma base confiável para as análises. Para análises geoespaciais e imagens de satélite, utiliza-se o Google Earth, enriquecendo a compreensão da relação entre aspectos urbanos e QV. O Graphicsoft ArchiCad contribui na elaboração de mapas e análises espaciais, auxiliando na visualização da distribuição geográfica dos elementos estudados. Na organização e apresentação dos dados, o Microsoft Word desempenha um papel fundamental na criação de gráficos, tabelas e na redacção do documento final.

A integração desses instrumentos garante confiabilidade, profundidade e abrangência na análise dos dados, oferecendo uma base sólida para compreender os factores que impactam o IQV de Maputo.

9. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações identificadas neste estudo condicionaram a abrangência e a profundidade da análise sobre a cidade de Maputo, influenciando directamente os resultados obtidos. Dentre os principais desafios enfrentados, destaca-se a restrição temporal e a disponibilidade limitada de recursos, factores que, inevitavelmente, impuseram limites à extensão da investigação e à possibilidade de um levantamento de dados mais abrangente e detalhado.

Ademais, a estrutura do instrumento de colecta de dados, especialmente o questionário aplicado, representou um desafio metodológico. A natureza predominantemente fechada das perguntas restringiu a capacidade dos respondentes de fornecerem respostas mais elaboradas e contextualizadas, limitando, assim, a apreensão de aspectos qualitativos e dinâmicos que poderiam enriquecer a compreensão da QV na cidade. Essa característica do instrumento de pesquisa reduziu a margem para uma abordagem interpretativa mais profunda, restringindo-se à mensuração de aspectos previamente delimitados no estudo.

Outro obstáculo relevante foi a limitação na disponibilidade de dados secundários, fundamentais para a abordagem objectiva adoptada. Embora essas fontes forneçam informações quantitativas concretas sobre diversos indicadores de QV, observa-se que tais dados são, em sua maioria, apresentados de forma agregada para a cidade como um todo. A ausência de uma desagregação mais detalhada por distritos municipais ou bairros compromete a capacidade de se realizar uma análise mais precisa e segmentada, que permitiria captar nuances específicas da QV em diferentes áreas da cidade.

Por fim, um desafio adicional foi a limitação temporal dos dados disponíveis. A dificuldade no acesso a informações actualizadas e a restrição da abrangência temporal aos anos de 2023 ou 2024 comprometeram a capacidade da pesquisa de fornecer um retrato fidedigno e dinâmico da situação actual da cidade. A lacuna na disponibilidade de séries históricas mais extensas também restringiu a possibilidade de uma análise longitudinal mais robusta, limitando as inferências sobre tendências e evoluções ao longo do tempo.

Apesar dessas limitações, os resultados obtidos fornecem uma base sólida para compreender aspectos essenciais da QV em Maputo, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de aprimoramento nas fontes de informação e nas abordagens metodológicas futuras para um estudo mais abrangente e detalhado.

10. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos na avaliação do IQV na cidade de Maputo, com base nas abordagens objectiva, subjectiva e composta. A secção inicia com a exposição dos resultados individuais de cada abordagem, seguida de uma comparação crítica e da discussão das implicações dos achados para o planeamento urbano e formulação de políticas públicas.

10.1. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva

Para avaliar a QV em Maputo a partir de uma perspectiva subjectiva, foi realizada uma pesquisa de opinião através de questionários direccionados aos residentes da cidade. Essa abordagem buscou envolver a população local na identificação dos factores que influenciam a vida urbana, com o objectivo de captar suas percepções sobre a QV na cidade.

A aplicação dos questionários foi realizada com sucesso, sem intercorrências ou problemas significativos. Todos os questionários foram preenchidos completamente, sem perguntas sem resposta, garantindo a integridade e a completude dos dados colectados. A adesão dos participantes foi alta, reflectindo o interesse e a relevância da pesquisa para os residentes de Maputo. A colecta de dados foi concluída dentro do cronograma previsto, permitindo uma análise robusta e abrangente das percepções e condições de vida na cidade.

A análise dos dados colectados por meio de questionários de satisfação permitiu a construção de uma avaliação detalhada de seis domínios principais que afectam directamente o bem-estar dos habitantes: ambiental, físico, infraestrutura e mobilidade, social, psicológico e económico. A interpretação das respostas forneceu uma visão clara das prioridades e necessidades de melhoria, bem como das áreas em que a cidade apresenta um desempenho satisfatório do ponto de vista dos seus residentes. Cada domínio foi traduzido em uma série de tabelas, que ilustram o grau de satisfação de diferentes grupos populacionais em relação às condições de vida em Maputo.

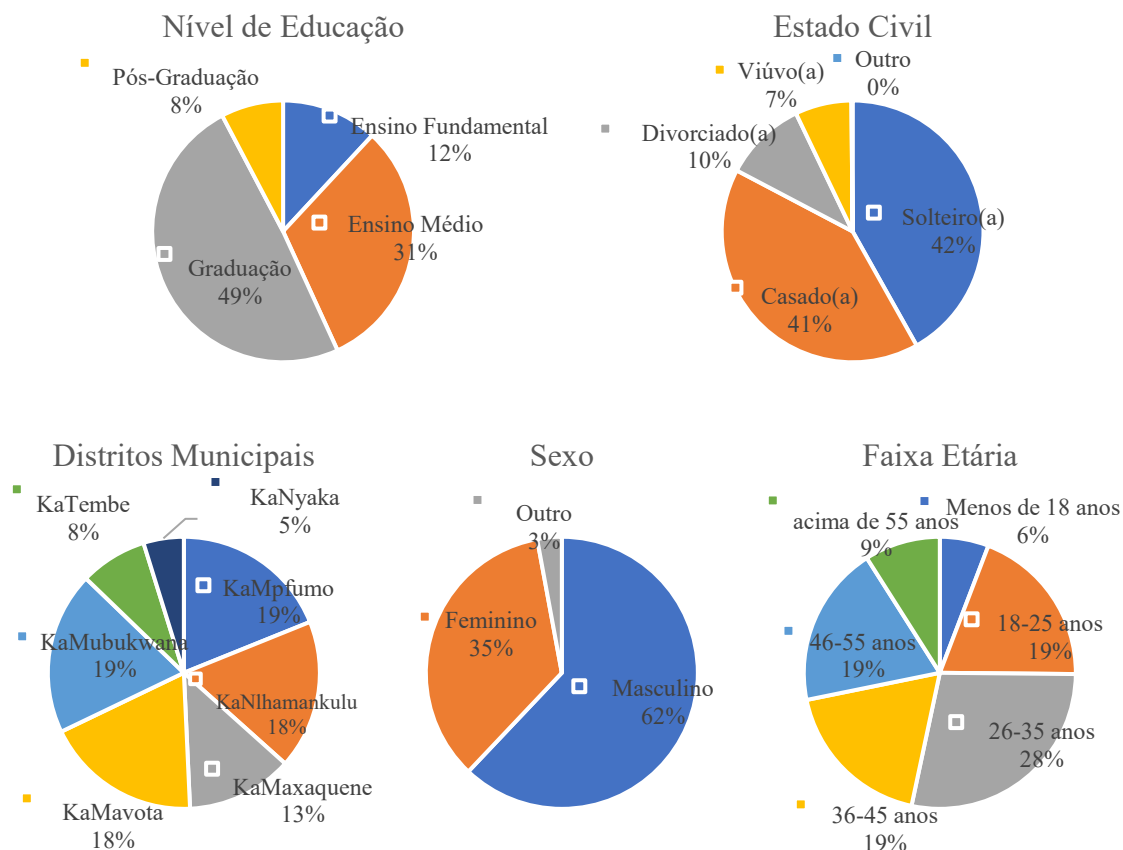
O índice final gerado pela abordagem subjectiva reflecte uma síntese dos diferentes graus de satisfação nos diversos domínios, permitindo uma comparação clara com a abordagem objectiva. Essa combinação de dados subjectivos e objectivos oferece uma compreensão mais rica e precisa da QV na cidade, sendo uma ferramenta valiosa para orientar políticas públicas mais sensíveis às necessidades reais dos cidadãos. Além disso, a análise das variáveis e a construção do índice subjectivo são complementadas pela avaliação da confiabilidade dos dados, utilizando o coeficiente alfa de Cronbach, que assegura a consistência e validade da pesquisa.

10.1.1. Amostra da Pesquisa

A amostra da pesquisa abrange 688 pessoas, que representa 0.050% do universo da pesquisa (1,385,075 pessoas), ou seja, 0.005% a mais do previsto. As 688 pessoas da amostra foram distribuídas de forma a reflectir a diversidade da população da cidade. A amostra é representativa de diversos DM, garantindo uma visão abrangente das diferentes realidades locais. A variedade em termos de distribuição geográfica, género, faixa etária, nível de

educação e estado civil assegura uma compreensão ampla e profunda das diversas realidades e percepções dos residentes, permitindo uma análise rica e informativa que pode influenciar positivamente as políticas públicas e o planejamento urbano na cidade.

Gráfico 2 – Variáveis da Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio Autor

Quanto ao tamanho da amostra da pesquisa, a análise do Gráfico 2 anterior revela que os distritos KaMpfumo e KaMubukwana destacam-se com 19% cada, seguidos por KaNhamankulu e KaMavota com 18% cada. KaMaxaquene contribui com 13%, enquanto KaTembe e KaNyaka representam 8% e 5% respectivamente. Essa distribuição assegura que as percepções sobre a QV são captadas de todas as partes significativas da cidade, desde áreas centrais e densamente povoadas até regiões mais periféricas e menos desenvolvidas.

Em relação ao sexo dos participantes, a maioria é composta por homens (62% da amostra). As mulheres constituem 35%, enquanto 3% dos participantes se identificam com outros gêneros. Essa análise é crucial para entender as diferentes experiências de QV entre os gêneros, incluindo as nuances que influenciam o bem-estar na cidade.

A diversidade etária também é significativa, oferecendo uma visão completa das diferentes fases da vida e suas implicações na percepção da QV. A maior parte dos participantes (28%) está na faixa etária de 26 a 35 anos, uma idade em que muitos estão a construir suas carreiras e a estabelecer suas famílias. Grupos de 18 a 25 anos e de 36 a 45 anos representam cada um 19% da amostra, refletindo uma boa distribuição entre jovens adultos e pessoas em uma fase mais avançada de suas vidas profissionais. Participantes com

mais de 55 anos constituem 9% da amostra, proporcionando informações valiosas sobre as expectativas e necessidades de uma população mais velha. Além disso, 6% dos participantes são menores de 18 anos, oferecendo uma perspectiva sobre a juventude e suas visões sobre a cidade.

O nível de educação dos participantes é outro factor essencial para a análise, com uma predominância de pessoas com graduação, que representam 49% da amostra. Aqueles com ensino médio constituem 31%, enquanto 12% completaram apenas o ensino fundamental. Pessoas com pós-graduação são 8% da amostra, trazendo uma visão informada e crítica que pode influenciar a compreensão da QV. Essa variedade educacional permite captar as diferentes perspectivas e expectativas que diferentes níveis de escolaridade podem ter em relação à QV em Maputo.

Quanto ao estado civil, a amostra é composta por 42% de pessoas solteiras e 41% de casadas, reflectindo uma combinação equilibrada de indivíduos com e sem vínculos conjugais. Pessoas divorciadas representam 10% da amostra, enquanto que pessoas viúvas representam 7% da amostra, oferecendo uma visão das experiências e desafios únicos enfrentados por esses grupos. A consideração da variedade de estados civis é importante para entender como as diferentes circunstâncias pessoais influenciam a percepção da QV.

10.1.2. Análise dos Domínios

O presente estudo estruturou a análise subjectiva da QV em seis domínios fundamentais: ambiental, ambiente físico, infraestrutura e mobilidade, social, psicológico e económico. Esses domínios reflectem dimensões essenciais da vivência urbana e foram analisados com base em questionários aplicados a uma amostra representativa da população de Maputo. As respostas obtidas foram tratadas estatisticamente para garantir uma interpretação rigorosa dos dados, permitindo identificar padrões espaciais e territoriais das percepções dos cidadãos.

A abordagem adoptada possibilitou uma leitura detalhada das percepções individuais e colectivas, evidenciando discrepâncias entre diferentes distritos municipais e grupos populacionais. Além disso, os resultados obtidos permitiram verificar a existência de factores subjectivos que impactam directamente a satisfação dos cidadãos, como a segurança, a acessibilidade aos serviços básicos, a percepção de justiça social e a estabilidade financeira. Esses elementos, muitas vezes subestimados em análises estritamente quantitativas, demonstram ser determinantes na construção de um espaço urbano mais equitativo e funcional.

O uso de indicadores normalizados e a metodologia aplicada garantem a transparência, precisão e comparabilidade dos dados, sendo essenciais para as políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável da cidade.

A seguir, uma análise detalhada de cada domínio envolvido na avaliação da QV na cidade de Maputo, baseada nos dados das tabelas apresentadas. Cada domínio reflecte áreas críticas que afectam o bem-estar da população e influenciam as condições de vida urbanas.

10.1.2.1. *Domínio A: Ambiental*

O domínio ambiental avalia os recursos naturais e a sustentabilidade do espaço urbano, com ênfase na gestão do uso do solo e na preservação de áreas verdes. A Tabela 3 fornece uma análise detalhada da distribuição de áreas como o verde natural (mato), áreas agropecuárias, e zonas húmidas, com os dados normalizados em hectares. A normalização garante uma interpretação precisa da área ocupada por cada tipo de uso do solo, facilitando a identificação das áreas que mais impactam a sustentabilidade ambiental da cidade.

Tabela 3 – Satisfação do Domínio Ambiental, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
A	Ambiental							
1	Qualidade do ar	I ₁	Índice de qualidade do ar na vizinhança	1.89	46.5	44	6.54	0.73
2	Espaços verdes	I ₂	Índice de acessibilidade e satisfação com os áreas verdes e naturais.	16.7	58.4	22	2.62	0.73

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio Autor

A análise do Domínio Ambiental destaca dois aspectos: qualidade do ar e os espaços verdes. A primeira questão investigada foi o índice de qualidade do ar na vizinhança, um indicador essencial para avaliar o impacto das condições ambientais na saúde e no bem-estar da população urbana. Os resultados revelaram que a maior parte dos entrevistados (46.5%) classificou a qualidade do ar como "pouco" satisfatória, indicando uma percepção de poluição ou deterioração das condições atmosféricas, mas sem atingir níveis alarmantes. Para 44% dos participantes, a qualidade do ar foi avaliada como "moderadamente" satisfatória, o que reflecte uma sensação de que a situação poderia ser melhorada, mas não é considerada crítica. Apenas 6.54% dos entrevistados demonstraram estar "muito" satisfeitos com a qualidade do ar, e apenas 0.73% indicaram uma satisfação "completa". Esses dados sugerem que, embora a poluição do ar não seja vista como uma questão de saúde pública extrema, ela continua a ser uma preocupação para a maioria dos habitantes da cidade, o que aponta para a necessidade de políticas públicas focadas na melhoria da qualidade do ar, como a implementação de normas mais rigorosas de controle da poluição e a promoção de alternativas de transporte mais limpas.

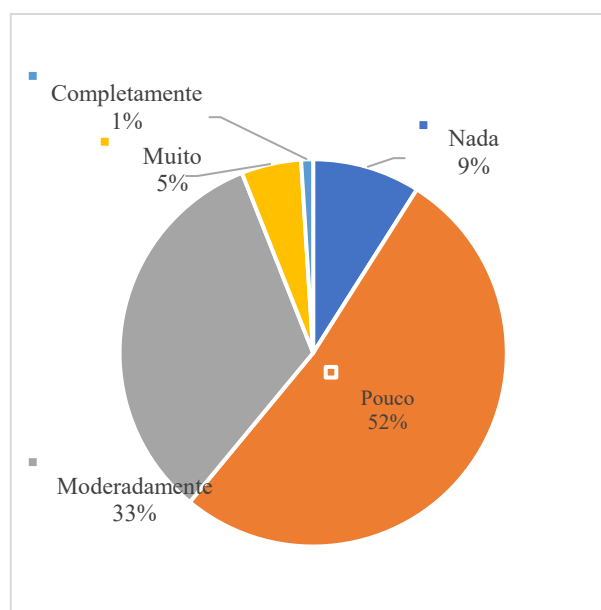
O segundo indicador analisado no contexto ambiental foi a satisfação com os espaços verdes e naturais na cidade. Este indicador reflecte a importância das áreas verdes urbanas na QV dos residentes, considerando sua relevância para o lazer, saúde mental e sustentabilidade ambiental. Os resultados mostraram que 58.4% dos entrevistados classificaram sua satisfação com os espaços verdes como "pouco" satisfatória, o que indica que, embora haja uma presença de áreas verdes, elas não são vistas como suficientemente acessíveis ou de qualidade para a maioria da população. Adicionalmente, 16.7% dos

participantes avaliaram esses espaços como "nada" satisfatórios, evidenciando uma insatisfação significativa com a disponibilidade ou a condição das áreas verdes na cidade. Apenas 22% dos entrevistados demonstraram uma avaliação "moderadamente" satisfatória dos espaços verdes, enquanto uma minoria de 2.62% expressou uma satisfação "muito" satisfatória e 0.73% indicaram estar "completamente" satisfeitos com esses espaços. Estes resultados reflectem a percepção de que, embora Maputo disponha de algumas áreas verdes, elas são insuficientes ou mal distribuídas, o que compromete a QVU dos seus habitantes. A escassez de espaços verdes de qualidade e a dificuldade de acesso a essas áreas são questões que exigem uma atenção mais profunda no planeamento urbano da cidade.

A análise conjunta desses dois indicadores revela que as condições ambientais de Maputo são percebidas de forma insatisfatória pela maioria dos seus habitantes. Embora a qualidade do ar não seja considerada uma emergência, a poluição atmosférica é vista como um problema relevante, que afecta o bem-estar dos residentes. Da mesma forma, a falta de satisfação com os espaços verdes indica que, apesar da existência de algumas áreas naturais, elas não atendem às necessidades da população.

O Gráfico 3 complementa a Tabela 3 apresentada anteriormente, oferecendo uma representação visual da distribuição percentual da satisfação da população em relação ao domínio do Ambiente Ambiental na cidade de Maputo.

Gráfico 3 – Domínio Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio Autor

10.1.2.2. Domínio B: Ambiente Físico

O domínio físico analisa as condições urbanas e infraestruturais que afectam directamente o cotidiano dos habitantes da cidade de Maputo. Este domínio engloba aspectos como condições da habitabilidade, limpeza urbana, estado de conservação das vias públicas e acessibilidade física, além da preservação dos locais históricos e culturais.

Tabela 4 – Satisfação do Domínio de Ambiente Físico, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
B	Ambiente Físico							
3	Condições da habitabilidade	I ₃	Índice de satisfação com a proporção de casas com estrutura física, paredes, coberturas e instalações em bom estado.	2.03	21.9	30	33	13.1
4	Limpeza urbana	I ₄	Índice de satisfação com a limpeza e manutenção das ruas e espaços públicos.	8.72	63.8	23	4.22	0.15
5	Estado de conservação das vias públicas e acessibilidade física	I ₅	Índice de satisfação com as condições das infraestruturas de transporte.	4.51	59.7	33	2.47	0.58
6	Estado de conservação dos locais históricos e culturais	I ₆	Índice de satisfação com o estado de conservação do património histórico e cultural.	40.7	39.5	17	2.62	0

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

A primeira questão analisado foi a satisfação com as condições da habitabilidade, especificamente a proporção de casas com estrutura física, paredes, coberturas e instalações em bom estado. Os resultados mostraram que a maior parte da amostra (33%) classificou as condições habitacionais como "muito" satisfatórias, sugerindo que uma parcela significativa dos residentes considera suas moradias adequadas. No entanto, 30% avaliaram as condições como "moderadamente" satisfatórias, indicando que, embora existam aspectos positivos, ainda há melhorias a serem feitas. Por outro lado, 21.9% declararam estar "pouco" satisfeitos e 2.03% "nada" satisfeitos, refletindo desafios persistentes na qualidade da habitação em algumas áreas. Apenas 13.1% afirmaram estar "completamente" satisfeitos com suas condições habitacionais. Esses resultados demonstram que, apesar de uma percepção relativamente positiva entre parte da população, ainda há uma proporção significativa de cidadãos que considera necessário melhorar a infraestrutura habitacional em Maputo.

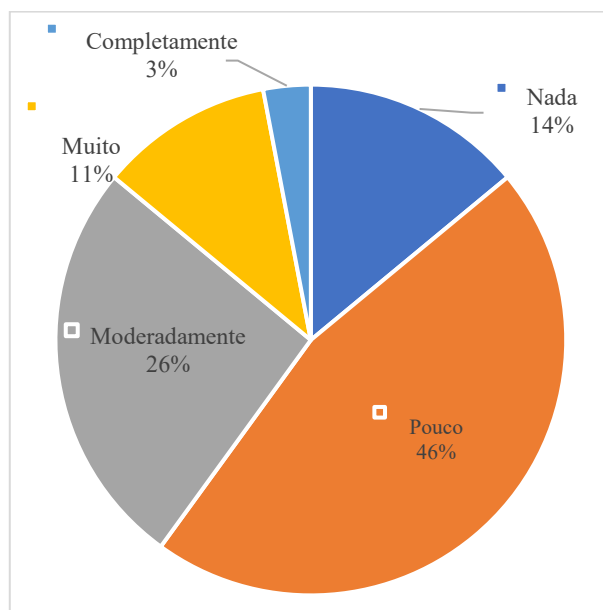
O segundo indicador analisado foi a limpeza urbana, que mede a satisfação da população com a limpeza e manutenção das ruas e espaços públicos. Os dados indicam um elevado nível de insatisfação, com 63.8% dos entrevistados classificando a limpeza como "pouco" satisfatória e 8.72% como "nada" satisfatória, o que evidencia uma percepção negativa generalizada sobre a manutenção da cidade. Além disso, 23% consideraram a limpeza "moderadamente" satisfatória, sugerindo que há áreas onde a manutenção urbana é percebida de forma menos crítica. Apenas 4.22% dos participantes declararam estar "muito" satisfeitos, e um número insignificante (0.15%) afirmou estar "completamente" satisfeito. Esses resultados indicam uma necessidade urgente de investimentos na gestão de resíduos, limpeza urbana e manutenção dos espaços públicos, visando melhorar a QV dos cidadãos e a estética da cidade.

A terceira variável do domínio físico avaliada foi a satisfação com o estado de conservação das vias públicas e a acessibilidade física, isto é, as condições das infraestruturas de transporte. A maioria dos entrevistados (59.7%) considerou as infraestruturas de transporte "pouco" satisfatórias, demonstrando que a população percebe deficiências significativas na mobilidade urbana. Além disso, 33% avaliaram as condições como "moderadamente" satisfatórias, sugerindo que, embora existam problemas, algumas áreas podem apresentar melhor infraestrutura. Apenas 4.51% dos entrevistados classificaram a situação como "nada" satisfatória, enquanto 2.47% indicaram estar "muito" satisfeitos. Apenas 0.58% declararam estar "completamente" satisfeitos com a infraestrutura de transporte. Esses dados indicam que a acessibilidade urbana enfrenta desafios significativos, e melhorias nas estradas, transporte público e mobilidade são essenciais para atender melhor às necessidades da população.

Por fim, a satisfação com o estado de conservação do património histórico e cultural apresentou os índices mais elevados de insatisfação. A maior parte da amostra (40.7%) classificou o estado de conservação como "nada" satisfatório, reflectindo uma percepção crítica sobre a preservação dos espaços históricos da cidade. Outros 39.5% consideraram a conservação "pouco" satisfatória, enquanto 17% avaliaram a situação como "moderadamente" satisfatória, sugerindo que alguns locais podem apresentar um nível aceitável de preservação. Apenas 2.62% dos entrevistados disseram estar "muito" satisfeitos, e nenhum participante (0%) indicou estar "completamente" satisfeito. Esses resultados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a conservação do património histórico e cultural, garantindo a preservação da identidade e memória da cidade de Maputo.

O Gráfico 4 complementa a Tabela 4, oferecendo uma representação visual da distribuição percentual da satisfação da população em relação ao Ambiente Físico.

Gráfico 4 – Domínio de Ambiente Físico



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

10.1.2.3. *Domínio C: Infraestrutura e Mobilidade*

A infraestrutura e mobilidade são fundamentais para garantir o acesso da população aos serviços essenciais e para promover a conectividade urbana. Este domínio analisa o fornecimento de água, a acessibilidade ao transporte público, mercados alimentares e outros serviços urbanos críticos, com o objectivo de avaliar a funcionalidade e a eficácia dos sistemas urbanos em Maputo.

Tabela 5 – Satisfação do Domínio de Infraestrutura e Mobilidade, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
C	Infraestrutura e Mobilidade							
7	Transporte público	I ₇	Índice de satisfação com a qualidade e disponibilidade de serviços de transporte público.	6.4	63.5	27	2.91	0.15
8	Infraestrutura básica	I ₈	Índice de satisfação com a qualidade e disponibilidade dos serviços básicos (abastecimento de água, saneamento e electricidade)	1.16	28.6	41	25.7	3.05
9	Congestionamento de tráfego	I ₉	Índice de satisfação com a fluidez do tráfego.	4.8	62.5	27	5.67	0.15

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O primeiro indicador analisado foi a satisfação com a qualidade e disponibilidade dos serviços de transporte público. A pesquisa revelou que 63.5% dos entrevistados consideraram o transporte público "pouco" satisfatório, o que aponta para uma percepção negativa em relação à adequação dos serviços de transporte oferecidos na cidade. A grande maioria dos residentes expressou insatisfação, reflectindo uma crítica significativa à qualidade do transporte público, que provavelmente se relaciona com questões como a frequência, a pontualidade e o conforto dos meios de transporte. Além disso, 6.4% dos entrevistados indicaram uma avaliação "nada" satisfatória, evidenciando a insatisfação com os serviços. Apenas 27% da amostra avaliou o transporte público como "moderadamente" satisfatório, indicando que, embora existam aspectos positivos, as condições gerais são vistas como insuficientes para atender às necessidades da população. A avaliação "muito" satisfatória foi dada por 2.91% dos participantes, enquanto apenas 0.15% indicaram estar "completamente" satisfeitos com o serviço de transporte público. Esses dados revelam a urgente necessidade de melhorias na qualidade e na disponibilidade do transporte público em Maputo, de modo a tornar o sistema mais eficiente e acessível para a população.

O segundo indicador refere-se à satisfação com a qualidade e disponibilidade dos serviços básicos, como abastecimento de água, saneamento e electricidade. Neste caso, 41% dos entrevistados classificaram os serviços básicos como "moderadamente" satisfatórios,

reflectindo que, embora haja uma percepção geral de que esses serviços estão disponíveis, ainda existem desafios relacionados à qualidade e à cobertura desses serviços em algumas áreas. Por outro lado, 28.6% dos participantes consideraram os serviços básicos "pouco" satisfatórios, sugerindo que há deficiências importantes na prestação desses serviços essenciais. Um número menor, 25.7%, expressou uma avaliação "muito" satisfatória, indicando que uma parte da população reconhece a adequação desses serviços em suas áreas. Além disso, 1.16% dos entrevistados indicaram estar "nada" satisfeitos com os serviços básicos, e 3.05% indicaram estar "completamente" satisfeitos. Estes dados indicam que, embora a maioria da população tenha acesso aos serviços básicos, existem lacunas significativas em termos de qualidade, acessibilidade e consistência, especialmente em áreas periféricas ou de maior vulnerabilidade socioeconómica.

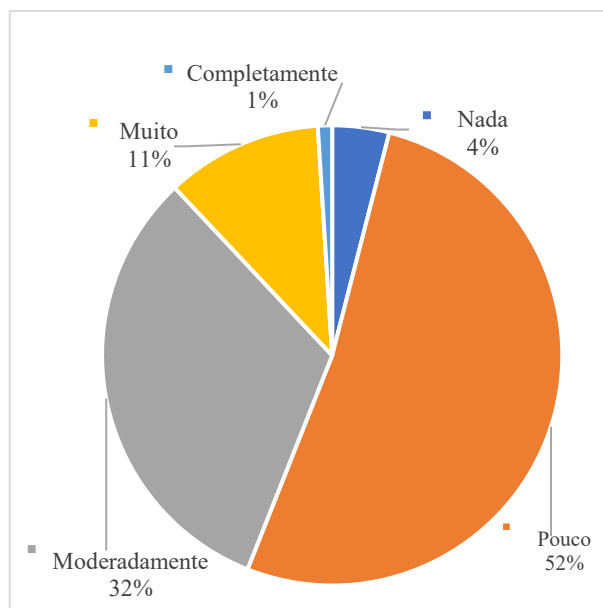
O último indicador relacionado ao Domínio C diz respeito à satisfação com a fluidez do tráfego, ou seja, a percepção dos residentes sobre o congestionamento nas vias da cidade. Uma parcela significativa da população (62.5%) considerou o congestionamento de tráfego "pouco" satisfatório, o que reflecte a crescente preocupação com a mobilidade urbana em Maputo, uma cidade que, devido ao aumento populacional e ao crescimento da frota de veículos, enfrenta desafios sérios relacionados ao tráfego e à falta de alternativas de transporte eficientes. Além disso, 4.8% dos entrevistados indicaram que estavam "nada" satisfeitos com a fluidez do tráfego, o que reforça a ideia de que o congestionamento é um problema crítico para muitos residentes. Apenas 27% da amostra classificou o tráfego como "moderadamente" satisfatório, e uma minoria de 5.67% indicou estar "muito" satisfeita com a situação do tráfego na cidade. Somente 0.15% dos entrevistados estavam "completamente" satisfeitos com a fluidez do tráfego, evidenciando a percepção predominante de que o congestionamento é um problema persistente que impacta negativamente a mobilidade urbana.

Esses resultados demonstram a complexidade dos desafios enfrentados pela cidade de Maputo em termos de infraestrutura e mobilidade urbana. A insatisfação generalizada com o transporte público, a infraestrutura básica e o congestionamento de tráfego sublinha a necessidade de investimentos substanciais e de planeamento estratégico para melhorar esses aspectos.

O aumento da eficiência do transporte público, a ampliação e a melhoria da qualidade dos serviços básicos, bem como a implementação de soluções para a descongestionamento do tráfego, são fundamentais para garantir uma melhoria significativa na QV dos residentes da cidade. As políticas públicas devem, portanto, se concentrar na criação de soluções sustentáveis e integradas que atendam às necessidades da população e promovam uma maior equidade no acesso a esses serviços essenciais.

O Gráfico 5 complementa a Tabela 5 apresentada anteriormente, oferecendo uma representação visual da distribuição percentual da satisfação da população em relação ao domínio do Ambiente Físico na cidade de Maputo.

Gráfico 5 – Domínio de Infraestrutura e Mobilidade



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

10.1.2.4. Domínio D: Social

A Tabela 6 a seguir apresenta o grau de satisfação de amostra de pesquisa em relação ao Domínio Social da QV na cidade de Maputo, um componente fundamental para a avaliação das condições de bem-estar da população.

O Domínio Social é um componente essencial para a avaliação da QV, abrangendo factores determinantes que influenciam directamente o bem-estar dos cidadãos. Entre esses factores, destacam-se as condições de saúde, que incluem o acesso e a qualidade dos serviços médicos; a educação, que contempla desde a disponibilidade de instituições de ensino até a adequação dos currículos às necessidades da população; e os recursos culturais e de lazer, essenciais para o desenvolvimento humano e a coesão social.

Além disso, o grau de inclusão social, a qualidade das relações interpessoais, a acessibilidade à moradia digna e a segurança pública são dimensões que impactam directamente o bem-estar colectivo e individual.

Esses aspectos não apenas determinam as oportunidades e limitações que os cidadãos enfrentam em seu cotidiano, mas também afectam sua percepção sobre a cidade como um ambiente seguro, justo e promissor.

Dessa forma, a análise dos dados apresentados na Tabela 6 visa aprofundar a compreensão sobre a interligação entre esses factores e a QV em Maputo, permitindo identificar padrões, desafios e possíveis estratégias de intervenção.

A avaliação desses indicadores sociais é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, promovendo uma cidade mais inclusiva e com melhores condições de vida para seus habitantes.

Tabela 6 – Satisfação do Domínio Social, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
D	Social							
10	Saúde	I ₁₀	Índice de satisfação com a disponibilidade de unidades sanitárias.	1.74	39.7	56	2.33	0.44
		I ₁₁	Índice de satisfação com a qualidade dos serviços de saúde.	2.47	44.8	50	2.33	0.58
		I ₁₂	Índice de satisfação com a disponibilidade de profissionais de saúde.	3.05	46.4	46	3.49	0.73
11	Educação	I ₁₃	Índice de satisfação com a disponibilidade de unidades escolares.	1.31	37.5	55	5.23	0.87
		I ₁₄	Índice de satisfação com a qualidade do ensino nas escolas locais.	2.18	41.6	52	3.49	0.58
		I ₁₅	Índice de satisfação com a disponibilidade de profissionais de educação.	1.31	42.9	51	3.78	0.58
12	Cultura e lazer	I ₁₆	Índice de satisfação com a acesso a espaços públicos para actividades recreativas.	7.41	64.5	25	2.76	0.44
		I ₁₇	Índice de satisfação com a disponibilidade de eventos culturais e artísticos na cidade.	18.8	64	15	2.62	0
		I ₁₈	Índice de satisfação com a diversidade de opções de lazer.	18	61.6	18	2.03	0
13	Inclusão social	I ₁₉	Índice de satisfação com a disponibilidade e qualidade dos serviços de assistência social.	9.3	54.2	33	3.05	0.29
14	Relações sociais	I ₂₀	Índice de satisfação com as relações interpessoais.	2.76	43.5	45	9.01	0.15
15	Participação social	I ₂₁	Índice satisfação com a participação comunitária	4.8	45.3	42	7.99	0.29
16	Rede de apoio social	I ₂₂	Índice de satisfação com a disponibilidade de redes de apoio.	14.4	50.4	30	5.09	0.15
17	Acessibilidade à moradia	I ₂₃	Índice de satisfação com a disponibilidade e acessibilidade de moradias para aluguel ou compra em relação à demanda.	4.65	38.1	42	14.4	0.73
18	Segurança pública	I ₂₄	Índice de percepção de segurança pessoal.	4.65	43.2	43	8.58	0.44
		I ₂₅	Índice de percepção de segurança patrimonial.	6.25	42.9	43	7.99	0.29

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

No que diz respeito à saúde, a satisfação com a disponibilidade das unidades sanitárias apresentou uma avaliação predominantemente negativa, com 39.7% dos entrevistados considerando a situação "pouco" satisfatória. Somado a isso, 1.74% indicaram uma insatisfação total com a disponibilidade de unidades sanitárias. Apenas 56% dos participantes relataram uma satisfação "moderada", com 2.33% avaliando como "muito" satisfatório e 0.44% "completamente" satisfeitos. Esses resultados indicam que, embora as unidades de saúde estejam amplamente disponíveis, há desafios significativos na sua distribuição e acesso, afectando a qualidade percebida pelos cidadãos. Em relação à qualidade dos serviços de saúde, os dados revelam um quadro similar, com 44.8% dos

respondentes considerando os serviços "pouco" satisfatórios e 2.47% classificando-os como "nada" satisfatórios. A satisfação "moderada" foi indicada por 50% da amostra, enquanto as avaliações "muito" e "completamente" satisfatórias foram mínimas, com 2.33% e 0.58%, respectivamente. Este padrão de insatisfação sugere que a qualidade dos serviços de saúde precisa de melhorias significativas. A satisfação com a disponibilidade de profissionais de saúde também foi predominante na faixa "pouco" satisfatória (46.4%), com 3.05% da amostra reportando uma avaliação "Nada" satisfatória. Esses dados indicam uma sobrecarga nos serviços de saúde, com uma oferta de profissionais insuficiente para atender às demandas da população.

No que tange à educação, os resultados foram semelhantes, reflectindo a insatisfação com a disponibilidade e qualidade das unidades escolares. A satisfação com a disponibilidade de escolas obteve 37.5% de respostas "pouco" satisfatórias, e 1.31% de insatisfação total, com 55% dos entrevistados classificando a situação como "moderadamente" satisfatória. Quando questionados sobre a qualidade do ensino nas escolas locais, 41.6% indicaram "pouco" satisfatório, e 52% uma satisfação "moderada". Apenas 3,49% consideraram a qualidade do ensino como "muito" satisfatória, o que destaca a necessidade de melhorias nos padrões educacionais da cidade. A disponibilidade de profissionais de educação obteve uma avaliação semelhante, com 42.9% dos entrevistados indicando uma satisfação "pouco" satisfatória, e 51% uma satisfação "moderada".

A satisfação com a oferta de actividades culturais e de lazer também revelou áreas críticas de insatisfação. Com relação ao acesso a espaços públicos para actividades recreativas, 64.5% dos entrevistados classificaram como "pouco" satisfatório, e 7.41% como "nada" satisfatório, reflectindo uma percepção de que a infraestrutura para lazer e recreação é inadequada. Da mesma forma, a satisfação com a disponibilidade de eventos culturais e artísticos foi predominantemente "pouco" satisfatória, com 64% dos participantes, e 18,8% indicaram uma insatisfação total. A diversidade de opções de lazer também foi considerada insatisfatória por 61.6% dos respondentes, com uma mínima satisfação "muito" (2.03%) e "completamente" (0%) satisfatória. Esses dados sugerem uma oferta cultural e de lazer insuficiente e mal distribuída, prejudicando a QV dos cidadãos.

A inclusão social foi avaliada de maneira negativa, com a maioria dos entrevistados (54.2%) indicando uma satisfação "pouco" satisfatória com os serviços de assistência social. Apenas 9.3% consideraram os serviços "nada" satisfatórios, e 3.05% classificaram a assistência social como "muito" satisfatória, reflectindo uma falta de eficácia nos programas voltados para a inclusão social.

Quanto às relações sociais, a satisfação foi moderada, com 43.5% dos entrevistados indicando uma avaliação "pouco" satisfatória e 45% classificando as relações interpessoais como "moderadamente" satisfatórias. Apenas 9.1% indicaram estar "muito" satisfeitos com suas relações sociais. A participação comunitária recebeu avaliações negativas, com 45.3% dos respondentes indicando uma satisfação "pouco" satisfatória, enquanto 7.99% classificaram a participação comunitária como "muito" satisfatória. Esses dados sugerem uma certa apatia ou dificuldades para engajamento social e comunitário.

A rede de apoio social obteve uma avaliação predominantemente negativa, com 50.4% dos entrevistados considerando a disponibilidade de redes de apoio como "pouco" satisfatória. Além disso, 14.4% indicaram estar "nada" satisfeitos, e apenas 5.09% indicaram

estar "muito" satisfeitos com a oferta de redes de apoio social. Esses resultados indicam uma lacuna significativa no acesso a mecanismos de apoio social efectivos.

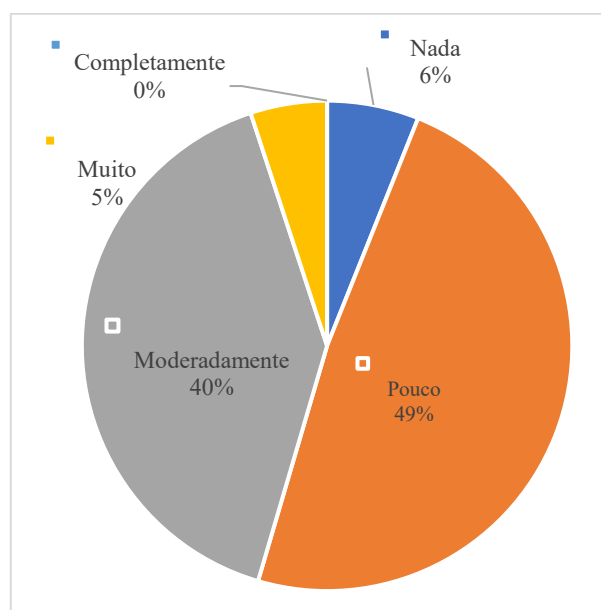
A acessibilidade à moradia foi uma preocupação significativa para a população, com 38.1% dos respondentes classificando a situação como "pouco" satisfatória. Apenas 14.4% indicaram que estavam "muito" satisfeitos com a disponibilidade e acessibilidade de moradias. Isso reflecte a alta demanda por moradias, especialmente no contexto do crescimento populacional e das dificuldades económicas.

Por fim, a percepção de segurança pública foi avaliada de forma negativa, com 43.2% dos entrevistados indicando uma satisfação "pouco" satisfatória com a segurança pessoal e 43% com a segurança patrimonial. Apenas 8.58% indicaram estar "muito" satisfeitos com a percepção de segurança, enquanto as avaliações "completamente" satisfeitas foram mínimas (0.44% para segurança pessoal e 0.29% para segurança patrimonial). Esses dados destacam a percepção de insegurança como um dos desafios mais críticos para os residentes da cidade.

Esses resultados revelam um panorama de insatisfação em várias áreas sociais, reflectindo a necessidade urgente de reformas e melhorias na oferta de serviços de saúde, educação, cultura, inclusão social, segurança e moradia, de modo a atender às necessidades da população de Maputo e promover uma maior QV.

O Gráfico 6 complementa a Tabela 6 apresentada anteriormente, oferecendo uma representação visual da distribuição percentual da satisfação da população em relação ao domínio do Ambiente Social na cidade de Maputo.

Gráfico 6 – Domínio Social



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

10.1.2.5. *Domínio E: Psicológico*

No Domínio E, que trata dos aspectos psicológicos relacionados à QV na cidade de Maputo, a Tabela 7 revela percepções variáveis dos residentes sobre seu bem-estar emocional, especificamente em relação à satisfação com a vida na cidade e na vizinhança.

Tabela 7 – Satisfação do Domínio Psicológico, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
E	Psicológico							
19	Bem-estar emocional	I ₂₆	Índice de satisfação com a vida na cidade e na vizinhança.	4.22	43.9	35	15.3	2.03

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

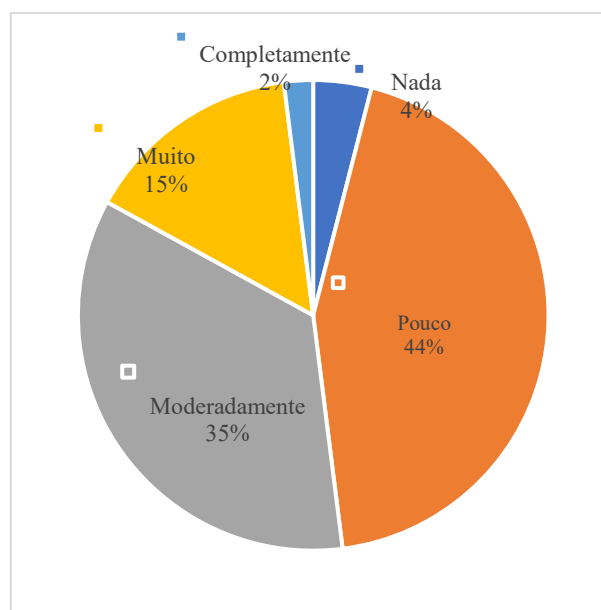
O índice de satisfação apresenta uma distribuição predominante em torno da avaliação "pouco" satisfatória, com 43.9% dos entrevistados indicarem que a satisfação com a vida na cidade é "pouca". Além disso, 4.22% dos participantes declararam estar "nada" satisfeitos, o que sinaliza uma insatisfação significativa com o ambiente urbano e social de Maputo.

Por outro lado, 35% dos entrevistados expressaram uma avaliação "moderada", indicando que, embora reconheçam certos aspectos positivos, ainda há muitos pontos negativos que impactam seu bem-estar emocional. Apenas 15.3% dos residentes indicaram estar "muito" satisfeitos com a vida na cidade e vizinhança, e uma pequena percentagem de 2.03% classificou sua satisfação como "completamente" positiva. Esses resultados sugerem que, embora muitos moradores de Maputo possam perceber algumas qualidades no ambiente urbano, como o conforto e a convivência social, há uma avaliação geral de insatisfação e desafios emocionais associados ao seu cotidiano.

No âmbito psicológico, os cidadãos de Maputo enfrentam dificuldades relacionadas à sua QV, e esses aspectos precisam ser considerados nas políticas urbanas que visam melhorar o bem-estar emocional e mental da população.

O Gráfico 7 desempenha um papel fundamental na análise dos dados ao oferecer uma representação visual clara e objectiva das percepções predominantes sobre o bem-estar emocional dos entrevistados. Através da sua estrutura gráfica, torna-se possível identificar padrões, tendências e disparidades na maneira como os indivíduos avaliam seu estado emocional no contexto urbano de Maputo.

Gráfico 7 – Domínio Psicológico



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

10.1.2.6. Domínio F: Económico

No Domínio F, que aborda os aspectos económicos relacionados à QV na cidade de Maputo, a Tabela 8 fornece uma análise das percepções dos residentes sobre questões financeiras e de emprego.

Tabela 8 –Satisfação do Domínio Económico, cidade de Maputo 2024

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	Pontuação (%)				
				Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
F	Económico							
20	Renda e riqueza	I ₂₇	Índice de estabilidade financeira.	4.94	54.4	35	5.52	0.15
		I ₂₈	Índice de adequação salarial	5.67	57.3	31	5.67	0
21	Emprego	I ₂₉	Índice de oportunidades de emprego.	8.43	54.4	33	4.22	0.44

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O indicador referente à estabilidade financeira, classificado sob "Renda e riqueza", mostra que 54.4% dos entrevistados avaliam sua situação financeira como "pouco" estável. Além disso, 4.94% indicaram uma total insatisfação com a sua estabilidade financeira, revelando dificuldades significativas na gestão das finanças pessoais. Apenas 35% dos moradores afirmaram ter uma situação "moderada", o que sugere que, embora existam desafios financeiros, alguns conseguem manter um equilíbrio relativo. As respostas em categorias de satisfação "muito" e "completamente" foram mínimas, com 5.52% e 0.15%,

respectivamente, reflectindo uma escassez de indivíduos plenamente satisfeitos com sua estabilidade financeira na cidade.

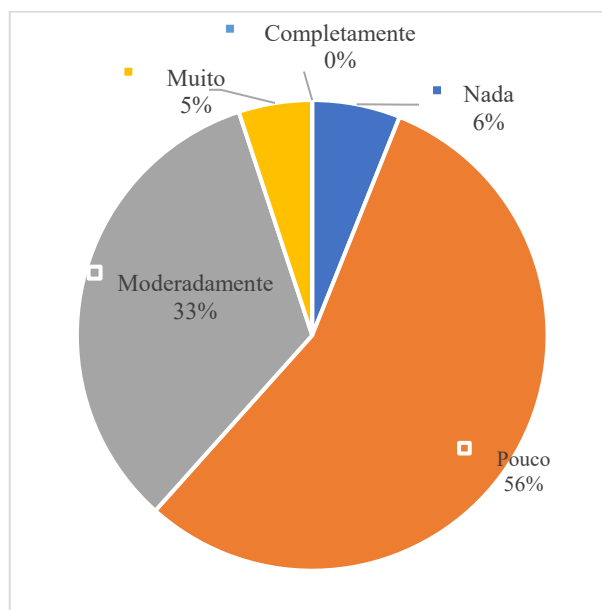
Em relação ao "Índice de adequação salarial", a avaliação é igualmente desafiadora. A maioria dos participantes (57.3%) considerou os salários inadequados para suas necessidades, classificando a adequação salarial como "pouco". A categoria "nada" satisfeita obteve 5.67%, reflectindo uma insatisfação relevante com a remuneração recebida. Em termos de adequação, 31% acharam a situação "moderada", sugerindo que uma parcela significativa dos moradores percebe uma disparidade entre os salários e as exigências económicas da vida cotidiana.

O índice de oportunidades de emprego revelou também uma insatisfação substancial. Cerca de 54.4% dos entrevistados consideraram as oportunidades de emprego "poucas", enquanto 8,43% indicaram nenhuma disponibilidade de emprego, evidenciando um mercado de trabalho restrito e desafiador. A classificação "moderada" foi atribuída por 33% dos residentes, enquanto a satisfação "muito" e "completamente" foi de 4.22% e 0.44%, respectivamente, evidenciando que poucas pessoas consideram a situação de emprego satisfatória.

Esses resultados indicam uma situação económica difícil para muitos cidadãos de Maputo, com uma percepção negativa sobre a estabilidade financeira, a adequação salarial e as oportunidades de emprego. Isso implica que, no domínio económico, há uma necessidade urgente de reformas para melhorar a situação financeira da população, promover salários mais adequados e criar condições favoráveis para o aumento das oportunidades de emprego na cidade.

O Gráfico 8 complementa a Tabela 8 apresentada anteriormente, oferecendo uma representação visual da distribuição percentual da satisfação da população em relação ao domínio do Ambiente Económico na cidade de Maputo.

Gráfico 8 – Domínio Económico



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

10.1.3. Índice Final na Abordagem Subjectiva

A análise do IQV na cidade de Maputo revela um panorama diversificado de percepções subjectivas dos cidadãos sobre diversos domínios que influenciam directamente o seu bem-estar. O estudo, que abrange sete distritos municipais, mostra um perfil de QV que se caracteriza principalmente por uma avaliação insatisfatória e modesta por parte da população. O índice médio, que varia entre 0.22 e 0.56, posiciona a cidade na faixa de QV "baixa" a "moderada", conforme as categorias de interpretação estabelecidas. Embora algumas áreas apresentem indicadores positivos, a análise revela áreas significativas que demandam uma revisão profunda nas políticas públicas, com foco nas desigualdades e necessidades mais urgentes da população.

Tabela 9 – Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva, 2024

Designação	Distrito Municipal	Domínios						IQVs
		A	B	C	D	E	F	
DM1	KaMpfumo	0.455	0.475	0.538	0.458	0.475	0.476	0.479
DM2	KaNlhamankulu	0.309	0.299	0.313	0.333	0.355	0.290	0.316
DM3	KaMaxaquene	0.253	0.369	0.377	0.353	0.299	0.286	0.323
DM4	KaMavota	0.320	0.339	0.361	0.368	0.412	0.314	0.352
DM5	KaMubukwana	0.366	0.361	0.397	0.352	0.564	0.372	0.402
DM6	KaTembe	0.295	0.286	0.265	0.315	0.323	0.267	0.292
DM7	KaNyaka	0.223	0.271	0.308	0.259	0.326	0.303	0.282
Média		0.317	0.343	0.366	0.348	0.393	0.330	0.349

Legenda: A - Ambiental | B -Ambiente Físico | C -Infraestrutura e Mobilidade | D - Social | E - Psicológico | F - Económico

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Os domínios ambientais e do ambiente físico, fundamentais para a QV nas cidades, mostram-se especialmente desafiadores. O valor médio de 0.32 no domínio ambiental e 0.34 no ambiente físico coloca esses aspectos na categoria de "baixa" QV. O que pode ser interpretado como uma insatisfação considerável com a gestão e preservação do ambiente urbano, além das condições de habitabilidade, como as infraestruturas urbanas, que em grande parte não são percebidas como adequadas para proporcionar um ambiente urbano saudável e funcional. Em especial, distritos como KaNyaka e KaTembe, com as menores pontuações nesses domínios, reflectem um contexto de carência de serviços essenciais como a limpeza urbana, a infraestrutura de transporte e a sustentabilidade ambiental. Por outro lado, o distrito de KaMpfumo, com um índice de 0.45 no domínio ambiental, é uma excepção, mas mesmo este valor se mantém dentro da faixa "baixa", o que sugere que as melhorias precisam ser abrangentes e estruturais para atender de forma satisfatória as necessidades da população.

No que tange à infraestrutura e mobilidade, o valor médio de 0.37 coloca este domínio em uma faixa moderada, reflectindo uma avaliação mais favorável, mas ainda longe de ser ideal. A infraestrutura e os sistemas de transporte urbano, embora com algumas melhorias, ainda são um ponto de frustração para a maioria dos moradores. A ausência de acessibilidade e eficiência em muitas áreas, especialmente em distritos periféricos como

KaTembe, prejudica a mobilidade urbana e, consequentemente, a QV. A necessidade de intervenção é clara, com foco na ampliação e modernização do sistema de transporte público, além de uma melhoria geral na infraestrutura urbana.

O domínio social, que engloba áreas cruciais como saúde, educação, segurança e inclusão social, apresenta índices predominantemente baixos. O valor médio de 0.35 indica que a população, em geral, não está plenamente satisfeita com o acesso e a qualidade dos serviços sociais, incluindo saúde, educação e segurança. Os indicadores relativos à disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e educação são particularmente preocupantes, com muitas áreas da cidade apresentando um alto grau de insatisfação. Distritos como KaNyaka, com um índice de 0.28, indicam uma carência significativa de recursos e infraestrutura, o que impacta directamente a QV de seus residentes. A necessidade de políticas públicas voltadas para a ampliação e melhoria desses serviços é, portanto, urgente, com foco em garantir acesso universal e de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua localização na cidade.

O domínio psicológico, com um índice médio de 0.39, sugere que, embora haja uma percepção ligeiramente mais positiva sobre o bem-estar emocional dos residentes, as condições gerais ainda não são satisfatórias. O sentimento de insatisfação em relação à QV na cidade e nas vizinhanças, expresso em distritos como KaNyaka e KaMaxaquene, é um reflexo de uma urbanização que, muitas vezes, não consegue proporcionar um ambiente psicológico equilibrado. A qualidade do espaço urbano, a convivência social e as condições de vida influenciam directamente o estado emocional dos moradores, e as baixas pontuações nesse domínio indicam que a cidade não oferece, de maneira geral, um ambiente psicológico que contribua para o pleno bem-estar dos seus habitantes.

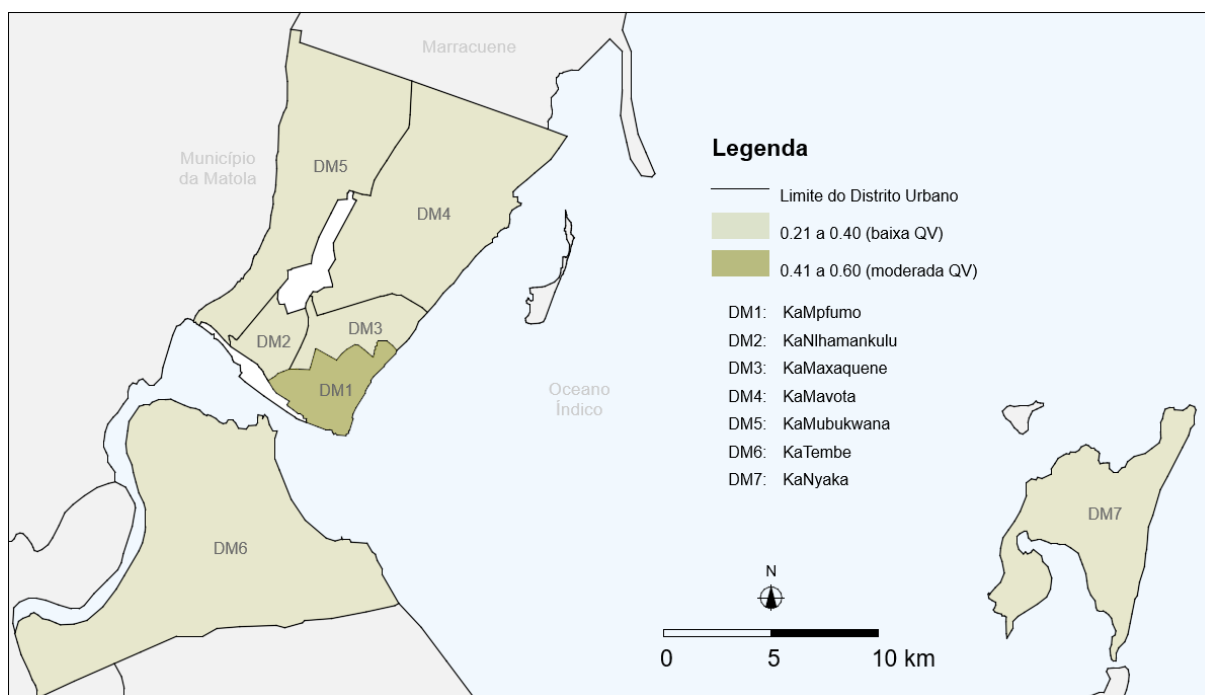
O domínio económico, que aborda questões fundamentais como a estabilidade financeira e as oportunidades de emprego, apresenta a avaliação mais crítica. Com um índice médio de 0.33, o domínio económico se situa na faixa de "baixa" QV, revelando que a grande maioria da população enfrenta dificuldades significativas no acesso a uma renda estável e a oportunidades de emprego. Distritos como KaNyaka, com um índice de 0.28, e KaTembe, com 0.30, estão entre os mais prejudicados, indicando uma elevada insatisfação com as condições económicas locais. A falta de uma rede de apoio económico e a escassez de empregos adequados são factores preponderantes nesse cenário, e políticas que busquem impulsionar a criação de emprego, bem como promover a estabilidade financeira dos cidadãos, são essenciais para a melhoria geral da QV na cidade.

A avaliação geral da QV em Maputo revela, portanto, que a cidade enfrenta desafios significativos em vários domínios essenciais, o que reflecte uma necessidade urgente de intervenções coordenadas nas áreas de infraestrutura, serviços públicos, saúde, educação e desenvolvimento económico. A disparidade entre os diferentes distritos municipais é notável, com áreas mais periféricas apresentando resultados particularmente baixos, enquanto bairros mais centrais demonstram uma ligeira melhoria nas condições de vida. O resultado médio do IQV, que varia entre 0.22 e 0.56, aponta para uma QV que ainda precisa de grandes avanços para atingir um nível mais satisfatório e equitativo para todos os habitantes da cidade. A implementação de políticas públicas eficazes, que visem reduzir essas desigualdades e melhorem as condições urbanas de maneira abrangente, é fundamental

para transformar Maputo em uma cidade mais justa, acessível e de qualidade para seus cidadãos.

A análise dos padrões do IQV por DM em Maputo, também é evidenciada na Figura 18, revelando uma disparidade significativa na percepção da QV entre os diferentes distritos. A identificação de "*hotspots*" e "*coldspots*" é essencial para compreender as áreas prioritárias que necessitam de intervenções específicas para melhorar a QV dos residentes. Esta representação visual facilita a identificação de áreas com diferentes níveis de QV, ajudando a destacar tanto os pontos de atenção quanto as áreas de desempenho relativamente melhor.

Figura 9 – Síntese Territorial da Avaliação do Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Subjectiva por Distritos Municipal de Maputo, 2024

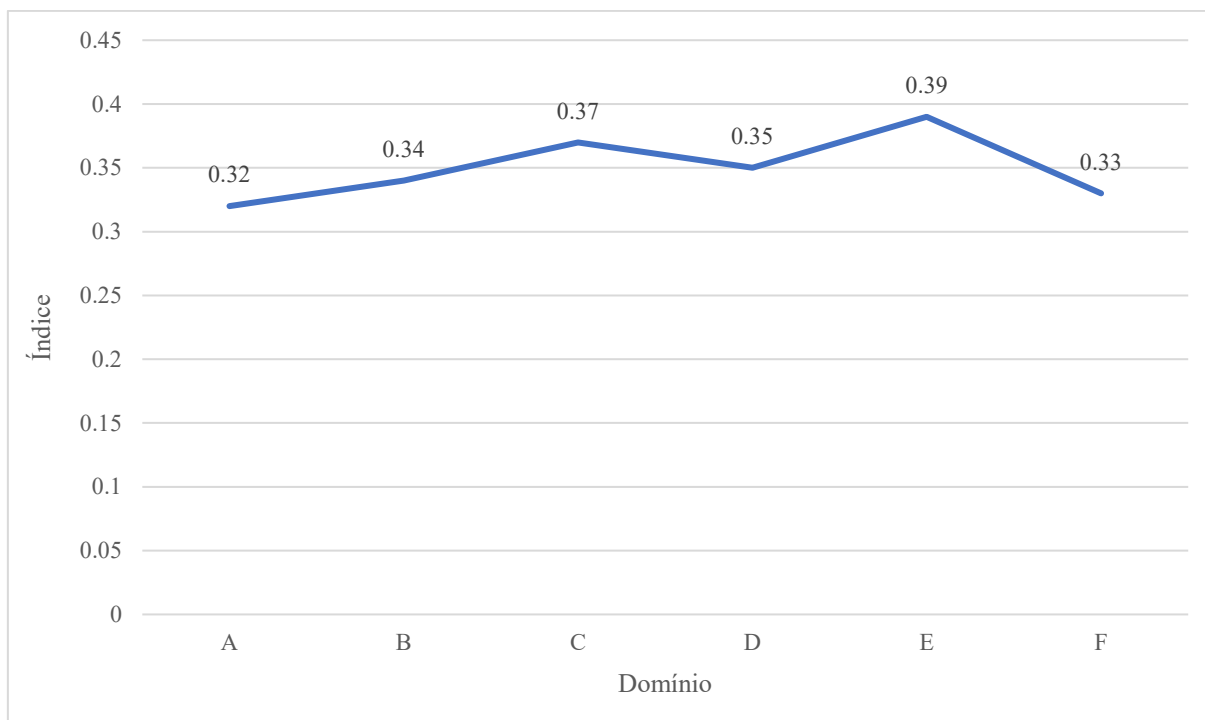


Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O Gráfico 9 apresenta os escores médios dos domínios da QV em Maputo, revelando um panorama detalhado das percepções da população sobre diversos aspectos da vida urbana na cidade. O gráfico é uma linha contínua que traça a média dos IQV em cada um dos seis domínios avaliados: Ambiental (A), Físico (B), Infraestrutura e Mobilidade (C), Social (D), Psicológico (E) e Económico (F).

Os domínios que contribuem mais positivamente para o IQV da cidade de Maputo na abordagem subjectiva, podem ser identificados observando os escores mais altos. Por outro lado, os domínios com escores mais baixos indicam áreas críticas de QV na cidade de Maputo.

Gráfico 9 – Abordagem Subjectiva: Índice de Qualidade de Vida por Domínios na Cidade de Maputo



Interpretação: 0.00-0.20 (muito baixo), 0.21-0.40 (baixo), 0.41-0.60 (moderado), 0.61-0.80 (alto), e 0.81-1.00 (muito alto)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O gráfico revela que, embora existam variações nos níveis de satisfação entre os diferentes domínios, nenhum deles atinge uma pontuação que indique uma percepção de alta QV. Todos os domínios apresentam índices que reflectem uma QV baixa, indicando áreas críticas que necessitam de atenção e melhoria. Esses resultados sublinham a importância de políticas públicas e acções focadas em melhorar os aspectos ambientais, físicos, de infraestrutura, sociais, psicológicos e económicos para proporcionar uma melhor QV aos residentes de Maputo.

O mapa detalhado da cidade de Maputo da Figura 19, segmentado por bairros, apresenta uma análise aprofundada do IQV e revela um panorama variado de condições de vida em diferentes áreas urbanas. Através de uma codificação de cores que varia de tons claros a escuros, o mapa destaca as áreas com baixa QV (0.21 a 0.40), QV moderada (0.41 a 0.60) e alta QV (0.61 a 0.80), permitindo uma identificação clara de *hotspots* e *coldspots* na cidade.

O mapa de IQV de Maputo não só proporciona uma visão clara e detalhada das disparidades de QV entre os bairros, como também serve como um guia valioso para a formulação de políticas públicas e a alocação de recursos, visando uma cidade mais equitativa e com melhores condições de vida para todos os seus habitantes.

Figura 10 – Identificação de Padrões Espaciais em Relação ao Índice de Qualidade de Vida por Bairros na Cidade de Maputo, 2024



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O mapa utiliza uma codificação cromática que varia de tons claros a escuros, indicando diferentes níveis de QV. As áreas com baixa QV são predominantemente representadas por tons mais claros e estão espalhadas por quase todos os DM, com destaque para KaLhamankulu, KaNyaka e KaTembe.

Nos distritos de KaMaxaquene, KaMavota e KaMubukwana, apenas os bairros de Maxaquene B e C, Costa do Sol, e Jardim, respectivamente, apresentam um IQV moderado, diferenciando-se dos demais bairros nesses distritos que possuem uma QV inferior.

O DM de Kampfumo sobressai-se com a melhor QV percebida, com a maioria dos bairros apresentando um IQV moderado. Entretanto, há exceções notáveis: o bairro Central B destaca-se negativamente como o de pior QV percebida em Kampfumo, enquanto o bairro “Alto Maé A” emerge como o melhor em termos de IQV, não apenas dentro do distrito, mas também em toda a cidade de Maputo.

10.1.4. Confiabilidade

No contexto da pesquisa em planeamento urbano, a confiabilidade refere-se à capacidade do instrumento de produzir resultados consistentes e estáveis ao longo do tempo e em diferentes situações.

A confiabilidade dos questionários subjectivos são cruciais para garantir a qualidade dos dados colectados. Para efeito, primeiramente determinou-se a variância¹² total, por meio da Equação 9 e, na sequência, foi determinado o Coeficiente de Alfa de Cronbach (α)¹³, por meio da Equação 10, de modo a efectuar análises de Consistência Interna (CI)¹⁴ das respostas considerando os diferentes graus satisfatórios de confiabilidade segundo Bland e Altman (1997, p.572), que variam de muito baixa, baixa, moderada, alta e muito alta, com as pontuações $\alpha \leq 0.30$; $0.30 < \alpha \leq 0.60$; $0.60 < \alpha < 0.75$; $0.75 < \alpha \leq 0.90$; $\alpha > 0.90$, respectivamente.

Equação 9 – Variância Amostral

$$S^2 = \frac{1}{n-1} \sum (x - \bar{x})^2$$

Onde: Variância amostral (S^2) | Número de observações (n) | Valores dos escores (x) | média dos escores ($\bar{x}$)

Fonte: Reis (2016)

A determinação do α de Cronbach se dá pela equação 9 a seguir:

Equação 10 – Alfa (α) de Cronbach

$$\alpha = \frac{K}{K-1} \left(1 - \frac{\sum V_i^2}{V_t^2} \right)$$

Onde: Tamanho de itens/quantidade de dimensões (K) | Variância dos itens/variância amostral de cada dimensão (V_i) | Variância das pessoas/variância total dos resultados (V_t)

Fonte: Bland e Altman (1997, p.572)

¹² A variância é uma medida da dispersão dos valores, indicando o quão diferentes os escores por domínio estão em relação à média. Quanto maior a variância, maior a dispersão dos valores em relação à média.

¹³ Refere-se à metodologia para a quantificação da qualidade e confiabilidade do instrumento de avaliação (no caso da presente pesquisa é o questionário aplicado aos cidadãos da Cidade de Maputo).

¹⁴ Refere-se à homogeneidade das pontuações entre a amostra para os itens da pesquisa.

Os resultados da análise foram apresentados na Tabela 10, que inclui valores de variância amostral e o coeficiente Alfa de Cronbach para cada DM e para o valor total.

Tabela 10 – Variância Amostral e Coeficiente Alfa de Cronbach

Designação	Distrito Municipal	Variância Amostral	Alfa (α) de Cronbach
DM1	KaMpfumo	6.79	0.88
DM2	KaNlhamankulu	3.76	0.90
DM3	KaMaxaquene	3.46	0.84
DM4	KaMavota	7.89	0.92
DM5	KaMubukwana	5.13	0.85
DM6	KaTembe	8.18	0.96
DM7	KaNyaka	1.72	0.90
Média			0.89

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

A média do coeficiente de Alfa de Cronbach para todos os distritos é de 0.89, o que indica uma alta consistência interna geral dos questionários utilizados na pesquisa. Isso sugere que os instrumentos de colecta de dados são, em geral, muito confiáveis e proporcionam resultados consistentes e estáveis em diferentes contextos e ao longo do tempo. A variância amostral, que varia entre os distritos, reflecte a diversidade nas respostas, mas não compromete a consistência geral dos dados colectados. Esses resultados asseguram que os dados obtidos são robustos e podem ser utilizados com confiança para avaliar a QVU na cidade de Maputo, oferecendo uma base sólida para a formulação de políticas públicas e intervenções urbanas que visem melhorar o bem-estar dos cidadãos.

No DM1, observou-se uma variância amostral de 6.79, indicando uma certa dispersão nas respostas dos participantes. O coeficiente de Alfa de Cronbach de 0.88 sugere uma alta consistência interna, o que significa que as respostas são bastante consistentes entre os diferentes domínios avaliados, garantindo uma confiabilidade robusta dos dados colectados.

Em DM2, a variância amostral foi de 3.76, evidenciando uma menor variação nas respostas comparado a KaMpfumo. O coeficiente de Alfa de Cronbach de 0.90 posiciona este distrito na faixa de alta confiabilidade, quase alcançando a categoria de muito alta. Isso indica que os itens do questionário estão fortemente correlacionados, assegurando que as respostas sejam estáveis e consistentes.

O DM3 apresentou uma variância amostral de 3.46, semelhante à de KaNlhamankulu, sugerindo uma dispersão relativamente baixa nas respostas. Com um Alfa de Cronbach de 0.84, o distrito também demonstra uma alta consistência interna, reforçando a confiança na precisão e na confiabilidade dos dados colectados.

Para DM4, a variância amostral foi significativamente maior, atingindo 7.89. Apesar dessa maior dispersão nas respostas, o coeficiente de Alfa de Cronbach de 0.92 indica uma consistência interna muito alta, o que demonstra que, mesmo com a variabilidade nas respostas, o questionário é extremamente confiável e os resultados são muito consistentes.

O DM5 registrou uma variância amostral de 5.13, sinalizando uma variação moderada nas respostas dos participantes. O Alfa de Cronbach de 0.85 evidencia uma alta consistência interna, confirmando que os itens do questionário são confiáveis e que as respostas são estáveis em diferentes situações, garantindo a confiabilidade dos dados.

No DM6, a variância amostral alcançou o valor mais alto de 8.18, indicando uma grande dispersão nas respostas. Contudo, o Alfa de Cronbach excepcionalmente alto de 0.96 classifica a confiabilidade como muito alta, demonstrando que, apesar da variabilidade nas respostas, o questionário é extremamente consistente e confiável.

O DM7 apresentou a menor variância amostral, de apenas 1.72, sugerindo uma dispersão muito baixa nas respostas dos participantes. O coeficiente de Alfa de Cronbach de 0.90 posiciona este distrito na faixa de alta confiabilidade, quase muito alta, indicando que o questionário fornece resultados muito confiáveis e consistentes, reflectindo uma grande estabilidade nas percepções dos cidadãos.

10.2. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Objectiva

A análise dos resultados da pesquisa sobre o IQV nesta abordagem revela uma visão abrangente e articulada sobre os diferentes domínios e dimensões que compõem as condições de vida urbana. A avaliação foi estruturada com base em quatro tabelas representando os quatro domínios principais de análise: ambiental, físico, infraestrutura e mobilidade, e social. A abordagem adoptada permitiu uma leitura detalhada e integrada dos indicadores, respeitando as particularidades de cada dimensão e a complexidade inerente às interacções entre elas.

Os valores observados para cada indicador foram submetidos a um processo de normalização, assegurando comparabilidade e consistência analítica. O total dos valores normalizados foi de 19.09, valor que desempenha um papel central na determinação dos pesos de cada dimensão, conforme descrito na metodologia. Esses pesos foram calculados pela divisão do valor total normalizado pelo somatório dos valores individuais das dimensões, garantindo que cada indicador contribuisse proporcionalmente à sua relevância dentro do contexto do IQV.

A atribuição de pesos proporcionais às dimensões foi seguida pelo cálculo da média dimensional, a qual foi posteriormente multiplicada pelo respectivo peso. Esse procedimento resultou no índice individual de cada dimensão, consolidando uma métrica que reflecte a sua importância relativa dentro do domínio correspondente. O somatório dos índices dimensionais, por sua vez, resultou no índice de cada domínio, possibilitando uma visão integrada e comparativa entre eles. Por fim, a soma dos índices dos quatro domínios produziu o índice final de QV da cidade, conforme os procedimentos delineados na metodologia.

Os resultados obtidos evidenciam a contribuição diferenciada de cada dimensão para o IQV. A integração dos índices dimensionais dentro dos respectivos domínios e, posteriormente, entre todos os domínios, proporcionou uma visão abrangente do desempenho da cidade em termos de QV. Essa abordagem permitiu identificar áreas prioritárias para intervenção e forneceu subsídios valiosos para o planeamento urbano orientado para a melhoria das condições de vida.

Cabe ressaltar que os dados utilizados na pesquisa, provenientes do INE e do PEUMM, são limitados à sua última actualização, o que implica uma potencial defasagem em relação à realidade actual. Embora as limitações de disponibilidade de dados mais recentes possam introduzir lacunas na análise, os resultados obtidos permanecem relevantes como uma base sólida para a formulação de políticas públicas e intervenções estratégicas.

O tratamento e a apresentação dos dados (dos indicadores) de forma equitativa em percentagem ou em proporção a densidade populacional, garantem uma abordagem sistemática, promovendo a transparência e a precisão nos resultados obtidos. Esse enfoque é crucial para políticas públicas que visem melhorar a QVU.

10.2.1. Análise dos Domínios

A análise das tabelas apresentadas tem como objectivo oferecer uma avaliação abrangente da QVU na cidade de Maputo, com base em uma série de indicadores representativos de diversos domínios fundamentais para o bem-estar da população. O IQV, utilizado para essa avaliação, é uma ferramenta que permite mensurar e comparar o desempenho da cidade em diferentes áreas, facilitando a identificação das zonas de maior necessidade de intervenção e aprimoramento.

10.2.1.1. Domínio A: Ambiental

A Tabela 11 concentra-se no domínio ambiental, abordando indicadores que reflectem a sustentabilidade e a qualidade do ambiente urbano de Maputo, cujos dados foram obtidos no PEUMM (2008) e distribuídos igualmente por hectare, com o intuito de reflectir a ocupação do solo e o uso das diferentes categorias ambientais na cidade de Maputo. Essa distribuição em hectares permite que os valores sejam interpretados directamente como a "área ocupada por categoria em hectares", fornecendo uma visão clara da extensão de cada tipo de uso do solo e sua influência sobre o ambiente urbano.

Os valores apresentados dessa forma são essenciais para a avaliação da distribuição espacial dos recursos naturais e da infraestrutura ambiental, o que, por sua vez, impacta directamente na QV da população. A interpretação dos dados em termos de "área ocupada" facilita a identificação das regiões com maior ou menor pressão sobre o meio ambiente, permitindo a implementação de estratégias para mitigar impactos negativos e promover a sustentabilidade no uso do solo urbano.

Tabela 11 – Domínio Ambiental

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	X	X'	P	M _d	Índice Final
A	Ambiental							
1	Gestão e Preservação Ambiental	I ₁	Área de verde natural (mato) - (%)	14.22	0.63	0.093	0.296	0.028
		I ₂	Área agropecuária (%)	22.22	1.00			
		I ₃	Área húmida e inundável (mangais) - (%)	1.70	0.04			
		I ₄	Área alagável susceptível a inundações (%)	2.19	0.07			
		I ₅	Área de verde urbano de parques e jardins (%)	0.74	0.00			
		I ₆	Área de verde urbano de protecção (%)	1.58	0.04			

Legenda: Valor Observado (X) | Valor Normalizado (X') | Peso Atribuído (P) | Média Dimensional (M_d)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Ao considerar os valores normalizados e os pesos atribuídos aos diferentes indicadores dentro do domínio ambiental, podemos perceber um panorama claro das áreas mais e menos impactadas por questões ambientais na cidade de Maputo. Por exemplo, o indicador I_2 (Área agropecuária - 22.22%) apresenta um valor normalizado de 1.00, reflectindo um peso completo (100%) em sua contribuição para a QV no contexto ambiental. Este valor revela que a área agropecuária é um dos maiores componentes do uso do solo, sugerindo uma maior disponibilidade de recursos naturais para actividades agrícolas e alimentícias, o que pode ter um impacto positivo na sustentabilidade local.

Por outro lado, indicadores como I_5 (Área de verde urbano de parques e jardins - 0.74%) e I_6 (Área de verde urbano de protecção - 1.58%) apresentam valores consideravelmente baixos (0.00 e 0.04, respectivamente). Isso reflecte uma escassez de espaços verdes urbanos que são essenciais para a QV, bem-estar e saúde da população urbana. A falta de áreas destinadas a parques e jardins indica uma pressão significativa sobre os espaços urbanos e pode resultar em um ambiente menos saudável, com menos oportunidades para o lazer e o contacto com a natureza, o que prejudica directamente a QV.

Além disso, a área de verde natural (mato), que possui um valor normalizado de 0.63, aponta para uma média relativamente positiva, mas que também pode ser interpretada com uma necessidade de maior preservação e expansão dessas áreas para equilibrar a pressão do desenvolvimento urbano. Com um valor médio dimensional de 0.296, o indicador denota uma área que ainda pode ser mais explorada de forma sustentável, criando um ponto de intervenção para políticas ambientais que promovam a protecção e expansão desses espaços.

A média ponderada dos indicadores ambientais e seu índice final podem ser compreendidos como representações dos impactos agregados de cada área. No caso do domínio ambiental, as altas contribuições de indicadores como I_2 (Área agropecuária) e a baixa pontuação de indicadores como I_5 e I_6 resultam numa média ponderada que reflecte a disparidade entre a abundância de algumas áreas de uso do solo e a carência de outras. O índice final para o domínio ambiental, portanto, pode ser interpretado como um reflexo das áreas que mais influenciam o equilíbrio ecológico de Maputo, sendo essencial uma revisão das práticas de ocupação do solo e dos recursos naturais.

Ao examinar os dados, destaca-se uma discrepância entre as áreas de uso agropecuário e os espaços urbanos verdes. A grande contribuição da área agropecuária no índice é positiva do ponto de vista da produção agrícola, mas ela não compensa a falta de áreas urbanas dedicadas a parques e jardins. Esse contraste sugere um uso desigual do solo, com áreas rurais ou periurbanas sendo mais bem providas de espaços verdes, enquanto as áreas centrais e urbanas enfrentam uma carência desses recursos vitais. A falta de áreas de protecção e parques urbanos, com baixíssimos valores normalizados, indica que as áreas urbanas de Maputo ainda carecem de estratégias efectivas de planeamento urbano sustentável, que integrem mais espaços para o lazer e para a preservação ambiental no coração da cidade.

Os resultados obtidos e os padrões observados evidenciam a necessidade de uma abordagem mais equilibrada no planeamento urbano de Maputo, especialmente no que tange à distribuição e conservação de áreas verdes. O domínio ambiental tem um impacto directo sobre a QV, influenciando não só a saúde e o bem-estar da população, mas também a

sustentabilidade a longo prazo. A carência de espaços verdes urbanos e a pressão do uso agrícola podem comprometer a habitabilidade e o apelo ambiental da cidade.

10.2.1.2. *Domínio B: Ambiente Físico*

Ao examinar o Domínio “Ambiente Físico”, é possível identificar como os diferentes materiais utilizados nas habitações de Maputo influenciam a QV, a sustentabilidade e a segurança estrutural dos moradores. Os dados relativos a este domínio específico foram obtidos a partir do relatório do INE (2021a, p.64), e foram distribuídos igualmente em percentagem, de modo a permitir uma análise equilibrada e comparativa dos diferentes aspectos que compõem este domínio. A Tabela 12 reflecte a distribuição percentual desses materiais, permitindo uma comparação directa entre as diferentes formas de construção nas habitações de Maputo.

Tabela 12 – Domínio Físico

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	X	X'	P	M _d	Índice Final
B	Ambiente Físico							
2	Materiais das Paredes das Habitações	I ₇	Adobe (%)	0.10	0.00	0.057	0.216	0.012
		I ₈	Bloco de cimento (%)	91.40	1.00			
		I ₉	Bloco de tijolo (%)	4.70	0.05			
		I ₁₀	Pau a pique (%)	0.20	0.00			
		I ₁₁	Madeira/zinco (%)	2.70	0.03			
		I ₁₂	Bambu/caniço/palmeiras/paus (%)	0.80	0.01			
		I ₁₃	Lata/cartão/papel/saco (%)	0.20	0.00			
		I ₁₄	Outro material (%)	0.00	0.00			
3	Materiais das Coberturas das Habitações	I ₁₅	Laje de betão (%)	11.00	0.13	0.060	0.191	0.011
		I ₁₆	Telha (%)	0.30	0.00			
		I ₁₇	Chapas de lusalite (%)	1.30	0.01			
		I ₁₈	Chapas de zinco (%)	87.30	1.00			
		I ₁₉	Capim/colmo/palmeira (%)	0.00	0.00			
		I ₂₀	Outro material (%)	0.00	0.00			
4	Materiais das Pisos das Habitações	I ₂₁	Material de construção do piso: madeira/parquet (%)	5.50	0.07	0.070	0.190	0.013
		I ₂₂	Material de construção do piso: mármore/granito (%)	0.40	0.01			
		I ₂₃	Material de construção do piso: cimento (%)	75.00	1.00			
		I ₂₄	Material de construção do piso: mosaico/tijoleira (%)	17.70	0.24			
		I ₂₅	Material de construção do piso: adobe (terra batida) (%)	0.20	0.00			
		I ₂₆	Material de construção do piso: sem nada (%)	1.20	0.02			
		I ₂₇	Material de construção do piso: outro (%)	0.00	0.00			
Somatório dos Índices								0.037

Legenda: Valor Observado (X) | Valor Normalizado (X') | Peso Atribuído (P) | Média Dimensional (M_d)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

O domínio Ambiente Físico trata dos materiais de construção utilizados nas habitações, distribuindo os indicadores entre os materiais das paredes, coberturas e pisos. Em termos gerais, a análise dos materiais revela uma grande predominância de materiais convencionais como o bloco de cimento para as paredes (91.40%) e chapas de zinco para as coberturas (87.30%). Estes materiais têm valores normalizados próximos de 1.00, reflectindo sua alta utilização na cidade de Maputo e um impacto significativo no índice final do domínio.

Por outro lado, materiais menos comuns, como o adobe para as paredes (0.10%), ou capim/colmo/palmeira para as coberturas (0%), apresentam valores extremamente baixos, com alguns indicadores, como pau a pique (0.20%) e bambu/caniço/palmeiras/paus (0.80%), também com contribuições mínimas. A predominância do bloco de cimento e das chapas de zinco pode ser interpretada como um reflexo do desenvolvimento urbano e da preferência por materiais mais duráveis e acessíveis, mas que também podem ter implicações para a sustentabilidade e o conforto térmico das habitações.

No que se refere aos pisos, o cimento (75%) e o mosaico/tijoleira (17.70%) são os materiais mais utilizados, com valores normalizados de 1.00 e 0.24, respectivamente. Esses materiais são frequentemente escolhidos por sua durabilidade e facilidade de manutenção, mas também podem ser associados a desafios em termos de conforto térmico, especialmente em climas quentes como o de Maputo.

Ao calcular a média ponderada para o domínio Ambiente Físico, observamos que os materiais mais utilizados têm um peso significativo na composição do índice final, com destaque para o bloco de cimento e as chapas de zinco. O valor final de 0.037 indica que, apesar da predominância desses materiais mais duráveis, a qualidade dos materiais de construção e sua diversidade apresentam uma média inferior, sugerindo que há um grande número de habitações em Maputo com construções menos robustas ou feitas com materiais que oferecem menor resistência ou conforto, como o pau a pique e o adobe.

A análise revela uma clara discrepância entre a utilização de materiais duráveis e os de baixo custo ou menos resistentes. A alta prevalência de blocos de cimento e chapas de zinco sugere um desenvolvimento urbano em áreas mais centralizadas e de maior acesso a esses materiais, enquanto os materiais como adobe e pau a pique são mais comuns em áreas periféricas ou em habitações mais informais. Este padrão pode reflectir desigualdades na infraestrutura urbana e nas condições de vida entre os diferentes grupos populacionais de Maputo.

Outro ponto relevante é a utilização limitada de materiais ecológicos ou sustentáveis, como o bambu e o capim. A quase inexistência de materiais naturais nas coberturas e pisos das habitações sugere uma falta de estratégias sustentáveis e uma ênfase em materiais industrializados, que, embora duráveis, podem não ser ideais do ponto de vista ambiental e de conforto térmico.

O impacto dos materiais de construção na QV em Maputo é significativo. A predominância de materiais como bloco de cimento e chapas de zinco reflecte, de certa forma, um crescimento urbano acelerado e uma busca por durabilidade e eficiência nas construções. No entanto, a baixa utilização de materiais naturais ou ecológicos implica uma oportunidade perdida para melhorar a sustentabilidade ambiental das construções.

Além disso, a utilização de materiais como pau a pique e adobe sugere que uma parcela da população ainda vive em condições precárias, com uma infraestrutura que pode comprometer a segurança e o conforto das habitações. Esses dados indicam a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a melhoria das condições de moradia, incentivando o uso de materiais de construção mais duráveis e sustentáveis, além de garantir o acesso a habitações mais seguras e confortáveis para as populações mais vulneráveis.

A baixa média ponderada do índice final para o domínio Ambiente Físico aponta para a necessidade de um planeamento urbano que equilibre as opções de materiais, favorecendo soluções mais sustentáveis e acessíveis para a população de Maputo, com foco na melhoria da QV, conforto térmico e segurança estrutural. O aumento da utilização de materiais ecológicos e acessíveis pode representar um avanço importante nesse sentido, promovendo um ambiente urbano mais saudável e sustentável.

10.2.1.3. Domínio C: Infraestrutura e Mobilidade

O domínio de infraestrutura e mobilidade abrange um conjunto de indicadores fundamentais para a avaliação da qualidade dos serviços urbanos e das condições ambientais na cidade de Maputo. Esses indicadores permitem compreender a eficiência e a equidade na distribuição dos recursos urbanos, além de fornecerem uma base sólida para a formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e resiliência da cidade.

A análise deste domínio baseia-se em dados extraídos do relatório do INE (2021a, p.69 e 71), que oferecem uma visão abrangente sobre diversos aspectos estruturais e funcionais da cidade. Entre os factores analisados, destacam-se a disponibilidade e a qualidade dos serviços essenciais, como o fornecimento de água e saneamento, além de a mercados alimentares e transporte público. A acessibilidade a esses serviços influencia directamente a QV da população, tornando-se um elemento crucial na avaliação do desenvolvimento urbano.

Para assegurar uma análise justa e comparativa entre as diferentes dimensões da infraestrutura e do ambiente urbano, os dados foram distribuídos proporcionalmente em percentagens. Essa metodologia visa garantir que cada categoria receba uma ponderação equitativa, possibilitando a interpretação clara dos resultados e permitindo comparações precisas entre os diversos aspectos da infraestrutura da cidade.

Essa abordagem facilita a identificação de deficiências estruturais e contribui para a formulação de estratégias eficazes voltadas à melhoria das condições urbanas e à promoção da QV dos habitantes de Maputo

Tabela 13 – Domínio de Infraestrutura e Mobilidade

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	X	X'	P	M _d	Índice Final
C	Infraestrutura e Mobilidade							
5	Qualidade da Fonte de Água	I ₂₈	Fonte Segura (%)	99.80	1.00	0.052	0.500	0.026
		I ₂₉	Fonte não Segura (%)	0.20	0.00			
6	Tipos de Acesso à Água	I ₃₀	Canalizada dentro de casa (%)	10.40	0.14	0.072	0.105	0.008
		I ₃₁	Canalizada fora de casa/quintal (%)	72.80	1.00			
		I ₃₂	Canalizada na casa do vizinho (%)	10.90	0.15			
		I ₃₃	Fontanário/torneira pública (%)	1.00	0.01			
		I ₃₄	Furo/poço com bomba manual (%)	0.20	0.00			
		I ₃₅	Poço protegido sem bomba manual (%)	0.30	0.00			
		I ₃₆	Poço não protegido (%)	0.00	0.00			
		I ₃₇	Nascente (%)	0.00	0.00			
		I ₃₈	Superfície (do rio, lago, lagoa) (%)	0.00	0.00			
		I ₃₉	Chuva (%)	0.00	0.00			
		I ₄₀	Cisterna (ou tanque móvel ou camião) (%)	0.00	0.00			
		I ₄₁	Mineral/Engarrafada (%)	4.20	0.06			
		I ₄₂	Outro tipo de fonte de água (%)	0.00	0.00			
7	Qualidade do Saneamento Básico	I ₄₃	Fonte Segura (%)	92.00	1.00	0.052	0.500	0.026
		I ₄₄	Fonte não Segura (%)	8.000	0.00			
8	Acessibilidade a Fontes de Água	I ₄₅	Até 30 minutos a pé (%)	100.00	1.00	0.052	0.333	0.017
		I ₄₆	De 31 à 59 minutos a pé (%)	0.00	0.00			
		I ₄₇	De 60 minutos e mais minutos a pé (%)	0.00	0.00			
9	Acessibilidade a Mercados Alimentares	I ₄₈	Até 30 minutos a pé (%)	95.50	1.00	0.053	0.337	0.018
		I ₄₉	De 31 à 59 minutos a pé (%)	2.80	0.01			
		I ₅₀	De 60 minutos e mais (%)	1.70	0.00			
10	Acessibilidade ao Transporte Público	I ₅₁	Até 30 minutos a pé (%)	98.40	1.00	0.053	0.335	0.018
		I ₅₂	De 31 à 59 minutos a pé (%)	1.00	0.00			
		I ₅₃	De 60 minutos e mais a pé (%)	0.60	0.00			
Somatório dos Índices								0.113

Legenda: Valor Observado (X) | Valor Normalizado (X') | Peso Atribuído (P) | Média Dimensional (M_d)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Em relação à qualidade da fonte de água, o acesso à água potável segura na cidade de Maputo é amplamente satisfatório, com 99.80% da população tendo acesso a fontes seguras, o que é um indicativo de um sistema eficiente de abastecimento de água. Esse dado, ao ser normalizado, atinge o valor máximo de 1.00, evidenciando a alta confiabilidade desse serviço. Por outro lado, as fontes de água não seguras representam uma pequena fracção, com 0.20% da população dependente delas. Embora esse número seja marginal, ele sugere que ainda existem áreas ou grupos vulneráveis que necessitam de mais atenção para garantir a universalização do acesso à água segura.

A qualidade do acesso à água, medida pela categoria de tipos de acesso, mostra que, embora a maioria da população tenha acesso à água canalizada fora de casa ou no quintal

(com 72.80% de cobertura), uma parte significativa ainda depende de fontes de água menos convenientes. A percentagem de pessoas com água canalizada dentro de casa é de 10.40%, o que, embora representando um número considerável, revela que a infraestrutura interna de abastecimento de água ainda não é amplamente disponível. Essa realidade reflecte uma disparidade no acesso a serviços mais modernos, com um número menor de pessoas beneficiadas por sistemas de água mais eficientes e próximos do padrão de conforto. Além disso, fontes de água alternativas, como fontanários públicos, furos com bomba manual e poços não protegidos, continuam a ser uma presença marginal, representando uma fracção mínima da população, mas ainda assim sugerem que há segmentos da população que dependem de soluções mais tradicionais e menos confiáveis para o abastecimento de água.

O indicador relacionado ao saneamento básico revela que 92% da população tem acesso a fontes seguras de saneamento, com esse dado também atingindo o valor máximo de normalização, o que indica que grande parte da população de Maputo vive em condições sanitárias adequadas. Entretanto, 8% da população ainda está dependente de fontes não seguras de saneamento, o que reflecte uma lacuna no alcance universal de sistemas sanitários adequados, especialmente em áreas periféricas e mais carentes. Este dado reforça a necessidade de melhorias no planeamento e na expansão do sistema de saneamento, com especial atenção às zonas mais distantes e vulneráveis.

No que tange à acessibilidade a fontes de água, o cenário é amplamente positivo, com 100% da população tendo acesso à água em até 30 minutos a pé. Este dado evidencia uma distribuição geograficamente equitativa dos recursos hídricos, o que é um reflexo de um planeamento urbano eficaz em termos de abastecimento de água. Em termos de acessibilidade a mercados alimentares, a situação também é favorável, com 95.50% da população conseguindo acessar um mercado dentro de 30 minutos a pé, o que implica em uma boa distribuição de infraestrutura comercial na cidade, facilitando o acesso a alimentos de forma conveniente e acessível.

Em relação ao transporte público, 98.40% da população tem acesso a transporte em até 30 minutos a pé, o que revela uma boa cobertura e infraestrutura de mobilidade urbana. A cidade de Maputo, portanto, apresenta um sistema de transporte eficiente, garantindo que a maioria de seus habitantes tenha acesso rápido aos principais meios de transporte, o que contribui directamente para a mobilidade urbana e para a QV da população.

No entanto, ao analisar o índice final para o domínio de Infraestrutura e Mobilidade, que resultou em 0.113, podemos observar que, embora a cidade tenha um bom nível de acesso e qualidade nos serviços essenciais, ainda há desafios a serem enfrentados. A disparidade no acesso à água canalizada dentro de casa e a necessidade de expandir o sistema de saneamento seguro para todas as áreas da cidade são aspectos que indicam que, apesar das melhorias, o trabalho de planeamento urbano e de expansão da infraestrutura ainda é necessário. Esse índice reflecte um panorama em que as necessidades da população são em grande parte atendidas, mas com espaço para melhorias na universalização e na modernização dos serviços essenciais, garantindo que todas as camadas sociais e as áreas periféricas também possam usufruir de condições adequadas de vida.

Portanto, a análise do domínio de Infraestrutura e Mobilidade revela que, apesar dos avanços notáveis em Maputo, principalmente no acesso à água potável, saneamento básico e transporte público, ainda existe uma lacuna a ser preenchida em relação ao acesso a água

canalizada dentro das residências e à universalização de soluções de saneamento adequadas e seguras. A expansão e a melhoria dessas infraestruturas são fundamentais para garantir que a cidade se torne mais inclusiva, sustentável e resiliente, atendendo melhor as necessidades de todos os seus habitantes, especialmente nas zonas mais carentes.

10.2.1.4. Domínio D: Social

O Domínio Social representa um dos pilares fundamentais para a avaliação da QV na cidade de Maputo, abrangendo dimensões essenciais como saúde, educação, renda e riqueza, emprego e segurança pública. Os indicadores analisados fornecem um panorama detalhado das condições sociais da população, permitindo identificar desafios estruturais e potencialidades que influenciam diretamente o bem-estar da sociedade.

No que tange à dimensão de saúde, Maputo conta com 35 unidades sanitárias, conforme reportado pelo INE (2021b, p.31). Este valor foi recalculado para a métrica de "unidades sanitárias por 1000 habitantes", visando garantir a comparabilidade entre as unidades de saúde na cidade e a densidade populacional. A densidade de unidades sanitárias é um indicador importante para avaliar o acesso da população aos serviços de saúde e, consequentemente, a eficácia do sistema de saúde local. Além disso, foram considerados outros indicadores da saúde, como a esperança de vida ao nascer, a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade infantil e o crescimento demográfico, todos extraídos de uma fonte oficial (INE, 2021b, p.6). Estes indicadores proporcionam uma visão mais ampla das condições de vida da população e da capacidade do sistema de saúde em atender às suas necessidades.

A dimensão de educação foi igualmente fundamental para a construção do IQV da cidade de Maputo. Para esta dimensão, foram utilizados dados sobre a densidade de escolas públicas e privadas, tanto de ensino primário quanto secundário, e de ensino técnico-profissional, com base nas informações do INE (2021b, p.24). Estes dados foram expressos como a densidade de escolas por 1000 habitantes, refletindo a distribuição da oferta educacional na cidade e o acesso da população aos diferentes níveis de ensino. Além disso, foram considerados dados sobre as unidades de alfabetização e educação de adultos, um indicador essencial para medir a inclusão educacional e as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida na cidade. A análise destes dados permite uma avaliação da equidade no acesso à educação e da capacidade do sistema educacional em atender às necessidades.

Quanto à renda e riqueza, utilizaram-se as receitas mensais per capita e por agregado familiar (INE, 2021a, p.46-47), permitindo avaliar desigualdades e o poder de compra da população. A dimensão de emprego foi composta por indicadores sobre a taxa de emprego, taxa de desemprego, taxa de subemprego e a população economicamente activa (PEA) e não economicamente activa (PNEA), com dados extraídos do INE (2021a, p.53; 2021b, p.6). A análise desses indicadores proporciona uma avaliação detalhada do mercado de trabalho da cidade, permitindo identificar as condições de emprego e os desafios enfrentados pela população na busca por trabalho. A taxa de emprego e desemprego reflectem a capacidade do mercado de trabalho em gerar oportunidades para a população, enquanto a taxa de subemprego oferece uma visão mais ampla das condições de trabalho não formalizadas ou de baixa qualidade. A análise da PEA e PNEA é crucial para entender o perfil económico da cidade e os factores que contribuem para a sua dinâmica laboral.

Por fim, a segurança pública foi medida pelos crimes reportados ajustados por 1000 habitantes, reflectindo sua influência no bem-estar e percepção de segurança na cidade.

Tabela 14 – Domínio Social

Designação	Domínio / Dimensões	Designação	Indicador	X	X'	P	M _d	Índice Final
D	Social							
11	Saúde	I ₅₄	Unidades sanitárias por 1000 habitantes	0.03	0.00	0.112	0.428	0.048
		I ₅₅	Esperança de Vida ao Nascer	62.90	1.00			
		I ₅₆	Taxa Bruta de Natalidade por 1000 nascimentos	23.50	0.37			
		I ₅₇	Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 nascidos vivos	46.20	0.73			
		I ₅₈	Taxa de Crescimento Demográfico para cada 1.000 habitantes.	2.00	0.03			
12	Educação	I ₅₉	Taxa de analfabetismo para cada 1.000 habitantes	67.00	1.00	0.053	0.143	0.008
		I ₆₀	Densidade de escolas públicas de ensino primário por 1000 habitantes	0.14	0.00			
		I ₆₁	Densidade de escolas públicas de ensino secundário por 1.000 habitantes	0.04	0.00			
		I ₆₂	Densidade de escolas de ensino técnico profissional por 1.000 habitantes	0.03	0.00			
		I ₆₃	Densidade de escolas privadas de ensino primário por 1.000 habitantes	0.09	0.00			
		I ₆₄	Densidade de escolas privadas de ensino secundário por 1.000 habitantes	0.06	0.00			
		I ₆₅	Unidades de alfabetização e educação de adultos por 1.000 adultos	0.07	0.00			
13	Renda e Riqueza	I ₆₆	Receitas mensais per capita (MZN)	5,043.00	0.00	0.052	0.500	0.026
		I ₆₇	Receitas mensais por agregado familiar (MZN)	21,420.00	1.00			
14	Emprego	I ₆₈	Taxa de Emprego (População de 15 anos ou mais) - (%)	49.50	0.59	0.116	0.442	0.051
		I ₆₉	Taxa de Desemprego (%)	37.10	0.41			
		I ₇₀	Taxa de Subemprego (%)	9.30	0.00			
		I ₇₁	População Economicamente Activa (PEA) - (%)	76.90	1.00			
		I ₇₂	População Não Economicamente Activa (PNEA) - (%)	23.10	0.20			
15	Segurança pública	I ₇₃	Taxa de crimes por cada 1000 habitantes	9.07	1.00	0.052	1.000	0.052
Somatório dos Índices								0.185

Legenda: Valor Observado (X) | Valor Normalizado (X') | Peso Atribuído (P) | Média Dimensional (M_d)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Na dimensão da saúde, a análise dos indicadores revela uma situação mista. A esperança de vida ao nascer, de 62.9 anos, apresenta um valor normalizado de 1.00, indicando que esse indicador atinge um dos melhores desempenhos no contexto urbano de Maputo. No entanto, a taxa bruta de natalidade, de 23.5 por mil habitantes, e a taxa de mortalidade infantil, de 46.2 por mil nascidos vivos, mostram desempenhos intermediários, com valores normalizados de 0.37 e 0.73, respectivamente. A taxa de crescimento demográfico, de 2.00 por mil habitantes, possui um valor normalizado baixo (0.03), refletindo um crescimento populacional moderado. Um dos pontos críticos nessa dimensão é a densidade de unidades sanitárias por mil habitantes, que, com um valor observado de 0.03, apresenta um índice normalizado de 0.00, indicando uma insuficiência de infraestruturas de saúde para atender a população de forma adequada. Essa carência de unidades sanitárias pode comprometer o acesso a serviços médicos, afetando diretamente a qualidade da assistência à saúde.

No campo da educação, o panorama também apresenta contrastes significativos. A taxa de analfabetismo, de 67 por mil habitantes, é um dos indicadores mais preocupantes, mas, paradoxalmente, apresenta um valor normalizado de 1.00, refletindo que, dentro da metodologia utilizada, esse indicador possui uma relevância acentuada na caracterização do domínio social. Em contraponto, a densidade de escolas públicas de ensino primário, secundário e técnico-profissional por mil habitantes apresenta valores extremamente baixos, todos normalizados em 0.00, evidenciando um déficit na infraestrutura educacional pública. O mesmo padrão é observado para as escolas privadas de ensino primário e secundário, bem como para as unidades de alfabetização e educação de adultos, sugerindo que a cobertura escolar, tanto pública quanto privada, ainda é limitada para atender plenamente a demanda populacional.

Na dimensão de renda e riqueza, os dados revelam uma realidade econômica caracterizada por grandes desigualdades. A receita mensal per capita, de 5,043.00 MZN, apresenta um valor normalizado de 0.00, demonstrando um nível relativamente baixo de rendimento individual. No entanto, quando analisada a receita mensal por agregado familiar, que é de 21,420.00 MZN, observa-se um valor normalizado de 1.00, indicando uma grande disparidade entre os rendimentos individuais e os familiares. Esse contraste sugere que, embora algumas famílias tenham rendimentos agregados relativamente elevados, a distribuição da renda per capita ainda é desigual, o que pode impactar negativamente a capacidade de consumo e o acesso a bens e serviços essenciais.

A dimensão do emprego reflete desafios estruturais no mercado de trabalho de Maputo. A taxa de emprego, de 49.5%, apresenta um valor normalizado de 0.59, evidenciando um nível de ocupação abaixo do ideal. Por outro lado, a PEA, com 76.9%, possui um valor normalizado de 1.00, indicando que a maior parte da população em idade produtiva está disponível para o mercado de trabalho. No entanto, a taxa de desemprego, de 37.1%, e a taxa de subemprego, de 9.3%, refletem dificuldades significativas no acesso ao emprego formal e sustentável. A PNEA, que representa 23.1%, possui um valor normalizado de 0.20, indicando que uma parcela significativa da população não participa da força de trabalho, seja por razões educacionais, familiares ou estruturais do mercado de trabalho.

No que concerne à segurança pública, a taxa de crimes por mil habitantes, de 9.07, apresenta um valor normalizado de 1.00, indicando que esse é um dos aspectos mais críticos

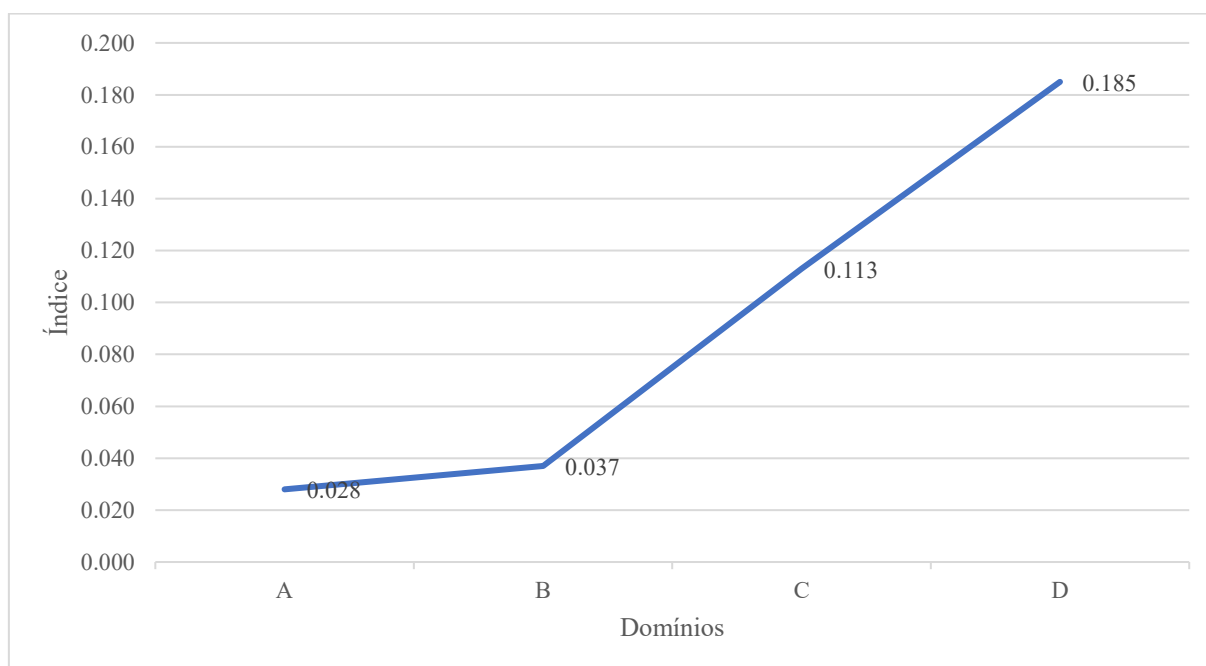
dentro do domínio social. Esse dado sugere que a incidência de crimes na cidade é elevada, o que pode impactar diretamente na percepção de segurança da população e na QVU.

O somatório dos índices no Domínio Social resulta em um valor de 0.185, refletindo um desempenho moderado em relação à QV na cidade de Maputo. A análise dos indicadores evidencia que, embora haja avanços em alguns aspectos, como a esperança de vida ao nascer e a taxa de participação econômica da população, desafios estruturais ainda persistem, especialmente na disponibilidade de infraestrutura de saúde e educação, na distribuição de renda e na segurança pública. Esses factores demonstram a necessidade de políticas públicas mais eficazes voltadas para a redução das desigualdades e para a promoção de um desenvolvimento social mais inclusivo e sustentável.

10.2.2. Índice Final na Abordagem Objectiva

A análise dos IQV da cidade de Maputo, na abordagem objetiva por domínio, revela um desempenho global insatisfatório, situando-se na faixa baixa da escala, com um valor agregado de 0.363 em uma escala de 0 a 1. Esse resultado reflete a persistência de desafios estruturais que comprometem significativamente as condições de vida da população, indicando fragilidades em diversos aspectos do ambiente urbano. A desagregação dos índices por domínio permite uma avaliação mais precisa das dimensões que contribuem para esse cenário, evidenciando disparidades entre diferentes setores da cidade.

Gráfico 10 – Abordagem Objectiva: Índice de Qualidade de Vida por Domínios na Cidade de Maputo



Legenda: A - Ambiental | B - Ambiente Físico | C - Infraestrutura e Mobilidade | D - Social

Interpretação: 0.00-0.20 (muito baixo), 0.21-0.40 (baixo), 0.41-0.60 (moderado), 0.61-0.80 (alto), e 0.81-1.00 (muito alto)

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Domínio Ambiental, com um índice de 0.028, apresenta o pior desempenho dentre os quatro domínios analisados, situando-se na categoria muito baixa. Esse resultado sugere graves deficiências estruturais que podem estar associadas a factores ambientais críticos, degradação de recursos naturais, condições inadequadas de saneamento ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental. A precariedade dessa dimensão indica que aspectos fundamentais da QV, como a disponibilidade de áreas verdes, qualidade do ar e gestão de resíduos sólidos, permanecem em um estado alarmante de fragilidade, comprometendo o bem-estar da população.

O Domínio Ambiente Físico, com um valor de 0.037, mantém-se igualmente na categoria muito baixa, revelando desafios estruturais semelhantes aos do Domínio A. A proximidade dos índices desses dois primeiros domínios sugere que ambos refletem deficiências sistêmicas interligadas, que podem abranger desde infraestrutura habitacional inadequada até a precariedade dos serviços urbanos essenciais. A ausência de avanços significativos nesse domínio reforça a hipótese de um déficit acumulado de investimentos e políticas públicas voltadas para a melhoria das condições físicas e espaciais da cidade, impactando diretamente a QV dos seus habitantes.

O Domínio de Infraestrutura e Mobilidade, com um índice de 0.113, apresenta um leve avanço em relação aos anteriores, embora ainda permaneça dentro da classificação baixa. Esse valor sugere que, apesar da existência de alguns progressos em infraestrutura e mobilidade urbana, as condições gerais continuam abaixo dos padrões desejáveis para garantir acessibilidade e eficiência na distribuição de serviços. A presença de deficiências em transporte público, pavimentação viária e conectividade entre diferentes áreas da cidade pode ser um factor determinante para o desempenho modesto dessa dimensão, evidenciando a necessidade de políticas urbanas mais eficazes para mitigar as desigualdades espaciais e melhorar a mobilidade urbana.

O Domínio Social, com um índice de 0.185, destaca-se como o de melhor desempenho entre os quatro domínios analisados, ainda que permaneça na faixa de baixa QV. Esse resultado indica que, dentro da abordagem objetiva, esse domínio apresenta uma estrutura relativamente mais consolidada, possivelmente devido à maior presença de equipamentos públicos essenciais, como unidades de saúde, instituições educacionais e serviços de segurança pública. No entanto, o facto de essa dimensão ainda se encontrar em um patamar insatisfatório sugere que, embora existam serviços disponíveis, sua qualidade, acessibilidade e cobertura podem ser insuficientes para atender plenamente às necessidades da população.

A análise global dos índices revela um padrão de desigualdade estrutural, em que dois domínios se encontram na faixa muito baixa (A e B) e dois na faixa baixa (C e D), resultando em um IQV agregado que reforça a precariedade das condições urbanas em Maputo. A distribuição desigual dos índices entre os domínios sugere que determinados setores urbanos são mais vulneráveis do que outros, o que demanda uma abordagem mais equilibrada e integrada no planeamento e gestão da cidade.

O índice total de 0.363 evidencia que a QV na cidade de Maputo, sob a perspectiva objetiva, permanece abaixo dos níveis desejáveis para garantir um ambiente urbano sustentável e inclusivo. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de intervenções estratégicas que envolvam investimentos em infraestrutura, melhoria dos serviços públicos

e fortalecimento das políticas ambientais e sociais. A promoção de um desenvolvimento urbano equitativo requer não apenas a ampliação da cobertura dos serviços essenciais, mas também a garantia de que esses serviços sejam distribuídos de maneira justa e acessível, permitindo a construção de uma cidade mais resiliente e sustentável.

10.3. Índice de Qualidade de Vida na Abordagem Composta

O IQV_C foi determinado a partir da articulação entre as dimensões objectiva e subjectiva, configurando uma abordagem composta, que permite uma avaliação mais abrangente das condições de vida na cidade de Maputo.

O cálculo desse indicador baseou-se na média aritmética dos escores obtidos para cada uma das esferas analisadas: 0.350 na dimensão subjectiva e 0.363 na dimensão objectiva, resultando em um valor final de 0.356. Esse valor final reflecte um equilíbrio entre a realidade objectiva da cidade e a percepção da população sobre seu bem-estar.

De acordo com a metodologia de interpretação adoptada, esse resultado insere-se na categoria de "Baixa QV" (0.21 a 0.40). Essa classificação revela que, embora determinados aspectos urbanos apresentem um desempenho relativamente positivo, as condições gerais de vida da população permanecem aquém do ideal. O índice evidencia desafios estruturais expressivos em sectores fundamentais, como infraestrutura, acesso a serviços essenciais, condições habitacionais, renda, saúde e segurança pública.

Diante desse panorama, os resultados apontam para a necessidade de intervenções estratégicas voltadas à melhoria das condições de vida urbana, com ênfase na redução das desigualdades socioeconómicas e na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. A formulação e implementação de políticas públicas eficazes, aliadas a um planeamento urbano integrado, tornam-se imperativas para a reversão desse cenário e para a elevação dos padrões de QV na cidade de Maputo.

11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os resultados desta pesquisa contribuem significativamente para o entendimento das condições de vida em Maputo e oferecem uma base sólida para a formulação de políticas públicas eficazes. O estudo teve como objectivo primordial determinar o IQV da cidade de Maputo, analisando os factores que influenciam as condições de vida urbana e como podem ser otimizados para melhorias mensuráveis.

A investigação examinou a inter-relação entre os indicadores de QV e o desenvolvimento urbano, testando a hipótese de que estratégias de planeamento urbano integradas podem promover melhorias substanciais na QV da população.

Para a concretização desse objectivo, foram empregadas três abordagens distintas de avaliação: objectiva, subjectiva e composta. A análise dos dados revelou uma correlação estatisticamente significativa entre os indicadores de QV e o desenvolvimento urbano em Maputo. Foram identificados diversos factores estruturais que exercem influência sobre essa relação, tais como densidade populacional, distribuição de recursos e infraestrutura urbana. Verificou-se que a alta densidade demográfica e a distribuição desigual de recursos impactam negativamente a QV, ao passo que a infraestrutura adequada exerce um papel determinante na sua melhoria.

Os resultados da abordagem objectiva revelaram um IQV de 0.363, classificado como baixo, evidenciando deficiências significativas em aspectos ambientais, habitacionais, infraestruturais e sociais da cidade. O Domínio Ambiental apresentou o desempenho mais crítico (0.028), destacando a carência de áreas verdes e a pressão ambiental resultante da ocupação inadequada do solo. O Domínio Físico (0.037) expôs desigualdades habitacionais e desafios na segurança estrutural das moradias. O Domínio de Infraestrutura e Mobilidade (0.113) apontou progressos no acesso a serviços essenciais, mas também revelou disparidades na distribuição da água canalizada e do saneamento. Por fim, o Domínio Social (0.185) evidenciou avanços na esperança de vida ao nascer e na acessibilidade aos serviços urbanos, mas também revelou desafios relacionados à educação, segurança e mercado de trabalho.

Com base nesses resultados, destaca-se a necessidade premente de preservar e expandir as áreas verdes urbanas como prioridade na gestão ambiental da cidade. A criação de novos parques, jardins e espaços de lazer não apenas promoveria a melhoria da qualidade ambiental, mas também teria impactos positivos sobre o bem-estar populacional. Ademais, torna-se imperativo o fortalecimento de práticas de gestão ambiental sustentáveis para mitigar os efeitos deletérios da urbanização acelerada e fomentar um ambiente urbano mais equilibrado.

Outrossim, a melhoria do sistema de abastecimento de água e a ampliação do sistema de saneamento seguro devem ser prioridades na formulação de políticas públicas. A implementação de soluções inclusivas e acessíveis para saneamento, bem como o aprimoramento das condições habitacionais nas periferias, contribuirá para maior equidade no acesso aos serviços urbanos essenciais. É igualmente fundamental a manutenção e ampliação da infraestrutura de transporte público e mercados alimentares, garantindo condições de vida mais adequadas e sustentáveis para toda a população.

A análise da QV também revelou a necessidade de um reforço substancial no acesso aos serviços de saúde e educação, além da implementação de acções para a redução das desigualdades sociais. A segurança pública deve ser fortalecida para proporcionar um ambiente mais seguro e protegido para os cidadãos. Ademais, iniciativas que promovam a inclusão económica, ampliando o acesso ao emprego formal e gerando oportunidades de renda, são essenciais para a construção de uma cidade mais equitativa e resiliente.

A abordagem subjectiva apresentou um IQV significativamente menor (0.349), reflectindo a percepção dos moradores sobre suas condições de vida. A divergência entre os valores da abordagem objectiva e subjectiva sugere que, embora os dados quantitativos indiquem melhorias em alguns aspectos, a população ainda percebe sua QV como insatisfatória, sobretudo devido à desigualdade no acesso aos serviços e às dificuldades socioeconómicas persistentes.

A percepção geral negativa das condições de vida na abordagem subjectiva evidencia a urgência de políticas públicas direccionadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento dos sectores mais vulneráveis. Para reverter esse cenário, é imprescindível que o planeamento urbano priorize não apenas a expansão da infraestrutura, mas também a acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos. A promoção de um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável requer a implementação de estratégias abrangentes que incluam a melhoria das condições ambientais, físicas e dos serviços urbanos.

Por sua vez, a abordagem composta, que integra as metodologias objectiva e subjectiva, resultou em um IQV de 0.356, enquadrando-se na categoria de "Baixa QV". Este valor, embora ligeiramente superior ao da abordagem subjectiva isolada, reflecte a realidade de uma cidade onde, apesar de alguns avanços, os desafios estruturais são preponderantes e impactam de maneira significativa a QV dos seus habitantes. A combinação dessas duas abordagens permite uma visão mais equilibrada e realista, que leva em consideração tanto os aspectos objectivos da infraestrutura urbana quanto a percepção subjectiva dos residentes sobre as condições de vida.

Os resultados desta pesquisa confirmam a relação significativa entre os indicadores QV e o desenvolvimento urbano na cidade de Maputo. Os dados empíricos demonstraram que uma abordagem integrada no desenvolvimento urbano pode gerar avanços substanciais. Factores como a infraestrutura urbana, o acesso a serviços essenciais e a distribuição equitativa de recursos mostraram que a implementação de políticas públicas bem estruturadas pode resultar em impactos directos na melhoria das condições de vida. Isso implica em elaborar políticas públicas que contemplem aspectos como a densidade populacional, distribuição de recursos e infraestrutura urbana de forma coordenada e interligada, visando não apenas o crescimento económico, mas também a equidade social e a preservação ambiental.

Embora desafios como a desigualdade no acesso aos serviços urbanos e a escassez de áreas verdes ainda existam, a pesquisa evidenciou que o planeamento urbano integrado é capaz de mitigar esses problemas, criando um ambiente urbano mais sustentável e resiliente. Assim, a hipótese de que os indicadores de QV poderiam ser otimizados por meio de um planeamento urbano eficiente, foi substantiada pelos dados obtidos.

A participação activa da comunidade nos processos de planeamento urbano é essencial para garantir que as políticas públicas reflectam as reais necessidades e aspirações

dos moradores. É necessário fomentar a inclusão da população nas etapas de diagnóstico, elaboração, implementação e monitoramento das políticas urbanas, criando mecanismos efectivos de consulta e participação. Isso não só legitima as acções governamentais, como também enriquece o processo de planeamento com a diversidade de perspectivas e experiências dos cidadãos.

Implementar um sistema de monitoramento contínuo dos indicadores de QV é vital para avaliar o impacto das políticas urbanas e ajustar as estratégias conforme necessário. Esse sistema deve ser baseado em dados confiáveis e actualizados, sendo acessível e transparente para a população. A identificação de indicadores específicos para Maputo, alinhados com as particularidades e desafios da cidade, permitirá um acompanhamento preciso e uma avaliação constante das condições de vida, possibilitando intervenções mais rápidas e eficazes.

É importante reconhecer que os métodos de avaliação de QV são diversos e que diferentes abordagens podem resultar em interpretações variadas dos dados. Existem vários instrumentos de avaliação de QV reconhecidos internacionalmente, cada um com suas especificidades e contextos de aplicação. Portanto, os resultados apresentados devem ser interpretados com cautela, considerando as limitações inerentes a qualquer estudo científico.

Essas recomendações são delineadas não apenas para alcançar melhorias imediatas nas condições de vida em Maputo, mas também para estabelecer um caminho sustentável e inclusivo para o desenvolvimento urbano a longo prazo. A implementação dessas estratégias requer um compromisso contínuo e uma abordagem flexível por parte do governo, da sociedade civil e de todos os *stakeholders* envolvidos, que possa se adaptar às mudanças e às novas demandas da população, de modo a promover uma cidade mais justa, equitativa e resiliente.

Este estudo estabelece uma base sólida para futuras pesquisas sobre QVU e planeamento urbano em contextos semelhantes. Recomenda-se que futuras investigações aprofundem a análise de cada indicador, explorem novas metodologias de avaliação subjectiva e objectivem entender as dinâmicas entre diferentes grupos demográficos. Políticas públicas devem focar em reduzir as disparidades identificadas, melhorar o acesso a serviços essenciais e promover uma maior inclusão social e bem-estar emocional dos residentes.

Para futuros estudos, sugere-se a realização de pesquisas longitudinais para acompanhar a evolução da QV em Maputo ao longo do tempo, bem como ampliar a pesquisa para incluir comparações com outras cidades, tanto dentro de Moçambique quanto em outros países, para identificar melhores práticas e soluções eficazes. Além disso, explorar o uso de tecnologias avançadas, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e análise de *big data*, pode melhorar significativamente a colecta e análise de dados sobre a QVU. Outro ponto importante a se considerar é o uso de amostras mais representativas da população para melhorar a validade dos resultados.

Em síntese, a pesquisa reafirma a importância de considerar tanto os aspectos objectivos quanto subjectivos na avaliação da QV e destaca a necessidade de estratégias de planeamento urbano que sejam inclusivas e sustentáveis. Ao promover um ambiente urbano mais equilibrado e atender às expectativas dos residentes, é possível construir uma cidade de Maputo com uma QV superior para todos os seus habitantes.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

12.1. Trabalhos Acadêmicos e Científicos

- ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G.; MARQUES, L. (2012). *Qualidade de Vida. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP*. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de http://www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2019/01/qualidade_vida.pdf
- AL-QAWASMI, J. (2020). *Measuring Quality of Life in Urban Areas: Toward an Integrated Approach. International Journal of Environmental Sciences & Natural Resources*. Juniper Publishers Inc., vol. 25(2), pages 67-74, July. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de DOI: 10.19080/IJESNR.2020.25.556158
- AL-QAWASMI, J. et al. (2021). *Assessing Urban Quality of Life: Developing the Criteria for Saudi Cities*. *Frontiers in Built Environment*, 7, 682391. Recuperado em 3 de Janeiro de 2024, de <https://doi.org/10.3389/fbuil.2021.682391>
- ARAÚJO, M. (2003). *Os Espaços Urbanos em Moçambique*. GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo N ° 14, pp. 165- 182. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/123846/120016/233320>
- BARBETTA, P. A. (2002). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais, Cap. 3*. Ed. UFSC, 5ª Edição, 2002. Recuperado em 13 de Julho de 2024, de https://www.academia.edu/32231809/BARBERETA_Estatistica_Aplicada_As_Ciencias_Sociais
- BARRETO, C. M.; HEIM, B. B. (2013). *Teoria E Prática Do Ordenamento Urbano: Uma Análise No Bairro Prainha Em Paulo Afonso-Ba*. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE. ano 7 n. 7. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2013/7/teoria_e_pratica_do_ordenamento_urbano.pdf
- BELBUTE, J; et al. (2008). *Qualidade de Vida: Uma análise à escala local*. Actas 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional 4 a 6 de Julho de 2008. Recuperado em 13 de Fevereiro de 2023, de https://www.researchgate.net/publication/46456631_Qualidade_de_Vida_Uma_analise_a_escala_local
- BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G. *Statistics notes: Cronbach's alpha*. *Bmj*, 314(7080), 572. 1997. Recuperado em 16 de Junho de 2024, de Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.314.7080.572>
- BUENO, J. (2018). *Métodos Quantitativos, Qualitativos e Mistos de Pesquisa*. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Departamento de Biblioteconomia. Universidade Aberta de Brasil. Rio de Janeiro. Brasília, DF. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/718711/5/Metodos-Quanti-Quali-e-Mistos-de-Pesquisa-GRAFICA-Texto.pdf>
- CAMPETTI, P. (2020). *Uma abordagem historiográfica e econômica sobre a ideia de progresso e sua relação com o bem-estar*. Espaço E Economia, 19. Recuperado em 04 de Março de 2024, de <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.17272>
- CARRASCO, R. (2012). *The who quality of life (WHOQOL) questionnaire: Spanish development and validation studies*. *Quality of Life Research: An International*

- Journal of Quality of Life Aspects of Treatment, Care & Rehabilitation, 21(1), 161–165. Recuperado em 12 de Janeiro de 2024, de <https://doi.org/10.1007/s11136-011-9926-3>
- DAVIS, M. (2006). *Planet of Slums*. Verso Books. Recuperado em 03 de Janeiro de 2024, de https://euroclassworks.com/wp-content/uploads/2015/03/download-mike-davis-planet_of_slums.pdf
- ESPON. (2020). *ESPON QoL – Quality of Life: Measurements and methodology (Annex 1 to the final report)*. ESPON EGTC. Recuperado em 04 de Janeiro de 2024, de <https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/ESPON%20QoL%20Final%20Report%20-%20Annex%201%20-%20Review%20of%20existing%20QoL%20measurement%20efforts-01292021.pdf>
- FANON, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2012/06/os-condenados-da-terra-frantz-fanon.pdf>
- FERNANDES, M.; MENDES, R. (2012). *A dicotomia urbana em Moçambique: a cidade de cimento vs cidade de caniço*. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Recuperado em 13 de Julho de 2024, de https://www.academia.edu/8190961/A_dicotomia_urbana_em_Mo%C3%A7ambique_a_cidade_de_cimento_vs_cidade_de_cani%C3%A7o
- FERRÃO, J.; GUERRA, J. (2004). *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Relatório Final, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa 67pp. Recuperado em 03 de Março de 2023, de <https://observa.ics.ulisboa.pt/projeto/municipios-sustentabilidade-e-qualidade-de-vida/>
- GHENO, P. (2009). *Indicador de Desempenho Urbano: Metodologia e Perspectiva de Integração*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Arquitetura. Programa em de Pós-Graduação em Planeamento Urbano e Regional, Porto Alegre. Recuperado 03 de Janeiro de 2024, de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18675/000731449.pdf>
- GIVE, A. (2016). *Os Desafios Da Expansão Urbana Nos Países Em Vias De Desenvolvimento - O Caso de Estudo De Maputo-KaTembe*. Lisboa, 2016. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997256765/>
- GRAHAM, D.; et al. (1991). *Resultados da pesquisa peri-urbana básica: Maputo, Moçambique*. Relatório Final para Missão USAID Maputo, Moçambique. Universidade do Estado de Ohio. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Francisco5/publication/317268148_RESULTADOS_DA_PESQUISA_PERI-URBANA_BASICA_MAPUTO_MOCAMBIQUE_Relatorio_Final_para_Missao_USAID_Maputo_Mocambique/links/592f4dd60f7e9bee75f1f04/RESULTADOS-

DA-PESQUISA-PERI-URBANA-BASICA-MAPUTO-MOCAMBIQUE-
Relatorio-Final-para-Missao-USAID-Maputo-Mocambique.pdf

- GUEVANE, L. (2020). *Expansão Urbana: Refletindo Em Torno da Tipologia da Cidade de Maputo*. DOI:10.12957/tamoios.2020.46204 Recuperado em 11 de Maio de 2024, de https://www.academia.edu/47273694/Expans%C3%A3o_Urbana_Refletindo_Em_Torno_Da_Tipologia_Da_Cidade_De_Maputo
- JENKIS, P. (2000) *Urban management, urban poverty and urban governance: planning and land management in Maputo*. Environment and Urbanization, 12(1), 137-152. Recuperado em 12 de Janeiro de 2024, de <http://eau.sagepub.com/content/12/1/137>
- LOTFI, S. (2011). *A Study of Urban Quality of Life In A Developing Country*. Journal of Social Sciences, 7(2), 232-240. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://doi.org/10.3844/jssp.2011.232.240>
- MACUCULE, D. (2010). *Metropolização e reestruturação urbana: o território do grande Maputo*. Wwww.academia.edu. Recuperado em 11 de Maio de 2024, de https://www.academia.edu/87764993/Metropoliza%C3%A7%C3%A3o_e_reestrutura%C3%A7%C3%A3o_urbana_o_territ%C3%B3rio_do_grande_Maputo
- MALOA, J. (2016a). *A Urbanização Moçambicana: Uma Proposta de Interpretação* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082016-155420/publico/2016_JoaquimMirandaMaloa_VCorr.pdf
- MALOA, J. (2019b). *A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio*. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180101. DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20180101. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://www.scielo.br/j/urbe/a/qFxbYwrrWsPFh6Vq8SbvZ3j/?format=pdf&lang=pt>
- MALOA, J.; NASCIMENTO, L. (2018). *A Dispersão Urbana Em Moçambique: Uma Contribuição Ao Estudo da Produção do Espaço Urbano Em Maputo*. Curitiba. Recuperado em 17 de Maio de 2023, de <https://doi.org/10.5380/raega.v45i1.50743>
- MANDICH, M. J. (2019). *Ancient city, universal growth? Exploring Urban Expansion and economic development on Rome's Eastern Periphery*. International Society for Archaeology, Art and Architecture of Rome (ISAR), Rome, Italy. Recuperado em 23 de Maio, de <https://doi.org/10.3389/fdigh.2019.00018>
- MARTINS, A. (2015). *John Locke e a liberdade como fundamento da propriedade*. Griot: Revista de Filosofia, 11(1), 315–324. Recuperado 04 de Março de 2024, de: <https://www.redalyc.org/journal/5766/576664618022/html/>
- MORICONI-EBRARD, F.; HARRE, D.; HEINRIGS, P. (2016). *L'urbanisation des pays de l'Afrique del'Ouest 1950-2010: Africapolis I, mise à jour 2015*, Cahiers de l'Afrique de l'Ouest, Éditions OCDE, Paris. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de https://www.oecd.org/content/dam/oecd/fr/publications/reports/2016/03/urbanisation-dynamics-in-west-africa-1950-2010_g1g6535a/9789264252257-fr.pdf
- NARDO, M. et al. (2005). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. OECD Statistics Working Papers, 2005/3, OECD Publishing. Recuperado em 02 de Janeiro de 2024, de <https://doi.org/10.1787/533411815016>

- NHACHUNGUE, E.; SAMPER, A. (2015). *Directrizes e Recomendações Nacionais e Internacionais, e Diagnóstico do Pacote Legislativo de Ordenamento Territorial de Moçambique. Relatório 3 (Final)*. Moçambique. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://www.pdul.gov.mz/content/download/494/2675/file/Relatorio%20Final%20do%20Diagnostico1.pdf>
- PARNELL, S., & ROBINSON, J. (2012). “(Re)theorizing Cities from the Global South: Looking Beyond Neoliberalism.” *Urban Geography*, 33(4), 593-617 Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <http://dx.doi.org/10.2747/0272-3638.33.2.1>
- PEREIRA, E., Teixeira, C., Santos, A. (2012). *Qualidade de Vida: Abordagens, Conceitos e Avaliação*. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 26(2), 241-50. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/4jdhpVLrvjx7hwshPf8FWPC/?format=pdf&lang=pt>
- PIMENTEL, P. (2013). *Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo*. Mestrado Arquitetura Paisagista. Escola de Ciências e Tecnologia. Universidade de Évora. Recuperado em 12 de Fevereiro de 2023, de https://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/16198/1/JPimentel_Anexos.pdf
- RAGAB, M.; EL-BADRAWY, A.; ELSAYYAD, N. (2023). *A Methodology to Measure Urban Quality of Life in New Cities in Egypt (New Damietta Case Study)*. *Civil Engineering and Architecture*, 11(5), 2543-2558. Recuperado em 04 de Janeiro de 2024, de <https://doi.org/10.13189/cea.2023.110522>
- REIS, C. A. (2010). *Vontade geral e decisão coletiva em Rousseau*. *Trans/Form/Ação*, 33(2), 11–34. Recuperado 04 de Março de 2024, de: <https://doi.org/10.1590/s0101-31732010000200003>
- REIS, F. Dos (2016). *Tópicos em Matemática - Variância e Desvio-Padrão - Estatística*. Recuperado em 16 de Junho de 2024, de Disponível em: <http://www.bosontreinamentos.com.br/matematica/topicos-em-matematica-variancia-e-desvio-padrao-estatistica/>
- RIBEIRO, E. T. N. (2019). *Processo de Urbanização em Moçambique – África*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT; Departamento de Pós - Graduação em Geografia. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <http://www.eng2018.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzVZPIjtzOjQ6IjZzODYiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiYzZjODdjODFhZjQ3MWI3NWM4MTg5ZjJiM2RjOThkNjgiO30%3D>
- ROSA, M. (2014). *O Processo de Urbanização e a Qualidade de Vida: Observações sobre o Espaço Urbano de Brasília*. Centro Universitário de Brasília. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7835/1/51302834.pdf>
- SANTOS, L.; MARTINS, I. (2002). *A Qualidade de Vida Urbana: o Caso da Cidade do Porto*. Universidade do Porto; Faculdade de Economia. Investigação - Trabalhos em Curso - nº 116. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://wps.fep.up.pt/wps/wp116.pdf>

- STACCIARINI, J.; CHAVEIRO, E. (2022). *Maputo, a cidade dividida: fragmentação e (re)qualificação*. DOI: 10.14393/SN-v35-2023-65951. Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.35 | e65951 | 2023 | ISSN 1982-4513. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/download/65951/35100/302005>
- TAQI, O.; FARID, M.; RADWAN, A. (2021). *The Importance of Quality of Urban Life Indicators in Developing New Urban Communities in Cairo*. Mansoura University Faculty of Engineering. Mansoura Engineering Journal, (MEJ), 46(2). Ser. No. BFEMU-2103-1109 Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://doi.org/10.21608/bfemu.2021.184361>
- TUROK, I. (2016). *Getting urbanization to work in Africa: The role of the urban land-infrastructure-finance nexus*. Area Development and Policy, 1(1), 30-47 Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <http://dx.doi.org/10.1080/23792949.2016.1166444>
- YADAV, J.; GUPTA, N. (2021). *Urban Quality of Life: Domains, Dimensions and Indicators for Indian Cities*. IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science, 796, 012032. Recuperado em 03 de Janeiro de 2024, de <https://doi.org/10.1088/1755-1315/796/1/012032>

12.2. Instituições do Estado e Internacionais

- CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (CMM, 2021). *Projecto de Transformação Urbana de Maputo (PTUM P171449)*. Componente 2: Revitalização do Centro da Cidade de Maputo. DIAGNÓSTICO INTEGRADO. Maputo. Recuperado em 16 Janeiro 2024, de http://ptum.cmmmaputo.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/Diagnostico-Integrado-Componente-2_V01_12_2021.pdf
- ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO (ESESP, 2019). *Elaboração e Análise de Indicadores*. Eixo: Monitoramento. Governo do Estado do Espírito Santo. Recuperado em 17 de Janeiro de 2025, de <https://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/APOSTILA%20ELABORA%C3%87%C3%83O%20E%20AN%C3%81LISE%20DE%20INDICADORES%20-%20SEJUS.pdf>
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2025). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE)*. Versão Aprovada Pelo Conselho de Ministros (18ª Sessão Ordinária). Ministério da Economia e Finanças. Maputo-Moçambique. Recuperado em 30 de Janeiro de 2025 em <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/estrategias/2184-estrategia-nacional-de-desenvolvimento-2025-2024/file>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE, 2010). *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, dos Distritos da Cidade de Maputo: 2007 – 2040*. Maputo. Recuperado em 19 de Junho de 2024, de <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/11981/95720/version/2/file/Projecoes+2007-2040+Maputo+-+Cidade.pdf>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE, 2021a). *Inquérito Sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20: Relatório Final*. Moçambique, Setembro de 2021.

Recuperado em 13 de Julho de 2024, de https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwig3fP1puv_AhVOQ0EAHYEASIQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.open.ac.uk%2Ftechnology%2Fmozambique%2Fsites%2Fwww.open.ac.uk.technology.mozambique%2Ffiles%2Ffiles%2FIOF%2520201920%2520Final%252022_09_2021.pdf&usg=AOvVaw2Z30qi3cUMz1KhYjK-zSbM&opi=89978449

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE, 2021b). *Anuário Estatísticos, 2021 – Maputo Cidade*. Maputo. 2021. Disponível no INE – Departamento de difusão do DICRE, e em formato digital no website do INE. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://www.ine.gov.mz/documents/20119/195740/Anuario%20Estatistico%20Maputo%20Cidade.pdf/5ba0e425-44a7-dcd0-365f-9f113abe34f2?version=1.1&t=1694239382553&download=true>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE, 2023a). *Estatísticas dos Distritos da Cidade de Maputo, 2017-2021*. Delegação Provincial da Cidade de Maputo. Moçambique. Recuperado de 20 de Abril de 2023 de <https://www.scribd.com/document/676342686/Estatisticas-dos-Distritos-da-Cidade-de-Maputo-2017-2021>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE, 2023b). *Migração e Urbanização em Moçambique*. UNFPA. Moçambique. Recuperado em 18 de Janeiro de 2024, de https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracao_-_mario-20-07-23_0.pdf

HABITAT III (2016). *Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas*. Habitat III. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

UN-Habitat. (2020). *World Cities Report: The Value of Sustainable Urbanization*. United Nations Human Settlements Programme. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf

12.3. Legislação

CARTA MUNDIAL DE DIREITO À CIDADE de 03 de Setembro de 2007, actualizada em 06 de Novembro de 2009. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (CRM) de 2004, Lei nº 1-2018, de 12 de Junho. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de https://www.imahanjane.co.mz/wp-content/uploads/2021/03/Lei_1.2018_Revisao_pontual_Constituicao_Republica_Mocambique_2018.pdf

LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (LOT), lei nº 19/2007 de 18 de Julho. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de

- <https://www.crpnt.gov.mz/por/content/download/6089/43495/version/1/file/Lei192007+Ordenamento+territorial.pdf>
- LEI DE TERRAS, Lei nº 9/97 de 1 de Outubro. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de https://sheltercluster.s3.eu-central-1.amazonaws.com/public/docs/lei_terras_mocambique.pdf
- PLANO DE ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO (PEUMM, 2008). IV Regulamento do PEUMM: III – Relatório de Fundamentação das Opções do Peumm. Maputo. Recuperado em 10 de Abril de 2024, de <https://www.scribd.com/document/311024735/Regulamentovdo-PEUMM-30-09-08>
- POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS (PNT), aprovada pela Resolução nº 10/95, de 17 de Outubro, do Conselho de Ministros. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/Politica%20Nacional%20Terras.pdf>
- POLÍTICA NACIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, aprovada pela Resolução nº 18/2007, de 30 de Maio, do Conselho de Ministros. Recuperado em 23 de Maio de 2024.
- REGULAMENTO DA LEI DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (RLOT), aprovada pelo Conselho de Ministros no Decreto nº 23/2008 de 1 de Julho. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de <https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz111709.pdf>
- REGULAMENTO DO SOLO URBANO (RSU), aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Outubro de 2006 no Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro. Recuperado em 23 de Maio de 2024, de https://www.dlapiperafrica.com/export/sites/africa/mozambique/insights/legislation-series/land/downloads/Decreto-n_60.2006.pdf_2063068952.pdf

12.4. Websites

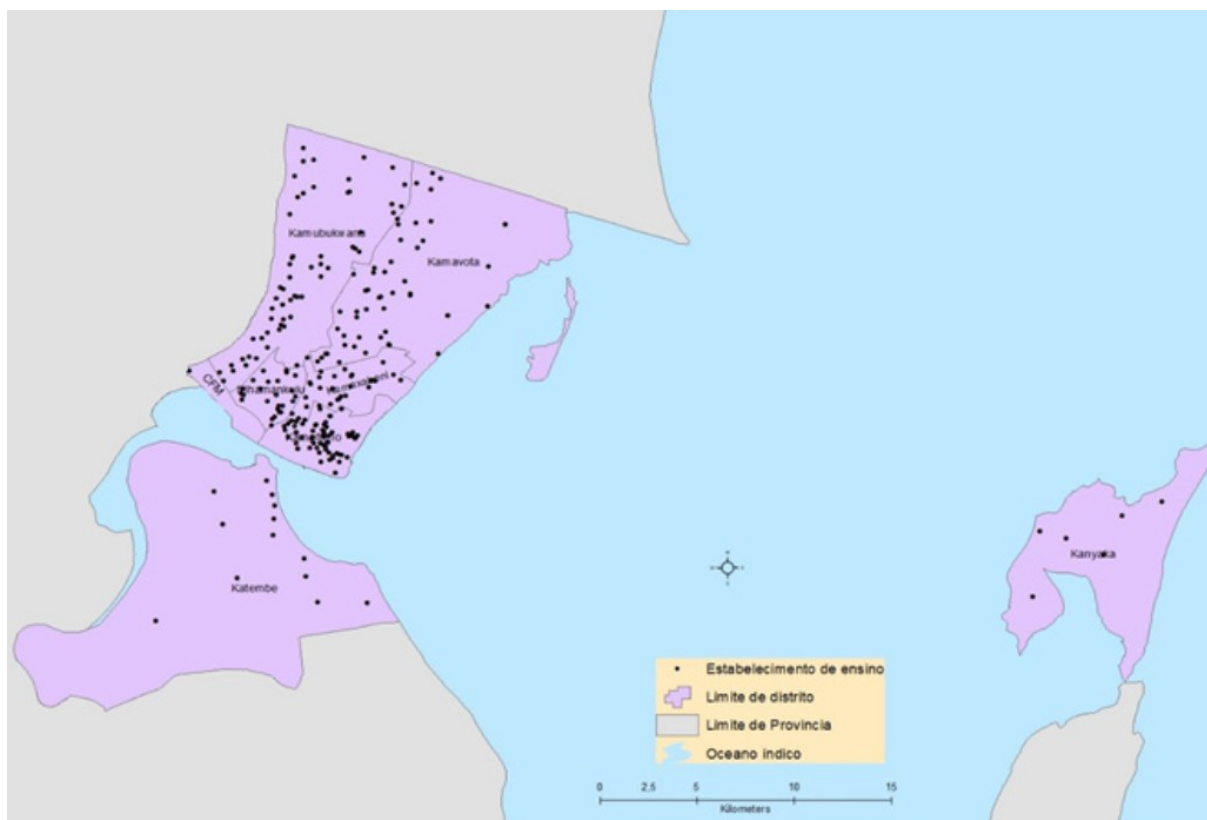
- CHAPPELOW, J. (2020). *Human Development Index - HDI*. Investopedia. Recuperado em 04 de Março de 2024, de <https://www.investopedia.com/terms/h/human-development-index-hdi.asp>
- DANA, S. (2017). “*Pai do IDH*”, *Amartya Sen defendeu desenvolvimento além do PIB*. Recuperado em 03 de Janeiro de 2024, de <https://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/pai-do-idh-amartya-sen-defendeu-desenvolvimento-alem-do-pib.html>
- FERNANDES, J. (2021). *Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição*. H.P.I.P – Património de Influência Portuguesa. Fundação Calouste Gulbenkian. Recuperado em 13 de Julho de 2023, de <https://hpip.org/pt/heritage/details/2140>
- GROSS DOMESTIC PRODUCT (GDP, 2022). Wikipedia. Recuperado em 03 de Março de 2023, de https://en.wikipedia.org/wiki/Gross_domestic_product#:~:text=The%20modern%20concept%20of%20GDP
- NHAPULO, L. (2023). *Fortaleza de Maputo - Jornal da Comunidade*. Jornal da Comunidade. <https://jornal.uem.mz/fortaleza-de-maputo/>

- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM, 2018). UNFPA Brazil. Recuperado em 03 de Março de 2024, de <https://brazil.unfpa.org/pt-br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>
- OTT, M. (2018). *National Income Accounts - Econlib. Econlib*. Recuperado em 04 de Março de 2024, de <https://www.econlib.org/library/Enc/NationalIncomeAccounts.html>
- ROSA, N. (2023). *Humanismo: o que é, origem e suas principais características*. Blog Da Mettzer. Recuperado em 04 de Março de 2024, de <https://blog.mettzer.com/humanismo/#:~:text=Durante%20a%20%C3%A9poca%20do%20renascentismo>
- UNITED NATIONS (2018). *United Nations sustainable development agenda*. United Nations Sustainable Development; United Nations. Recuperado em 04 de Março de 2024, de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda-retired/>

ANEXO

Anexo I: Estabelecimentos de Ensino da Cidade de Maputo, 2021

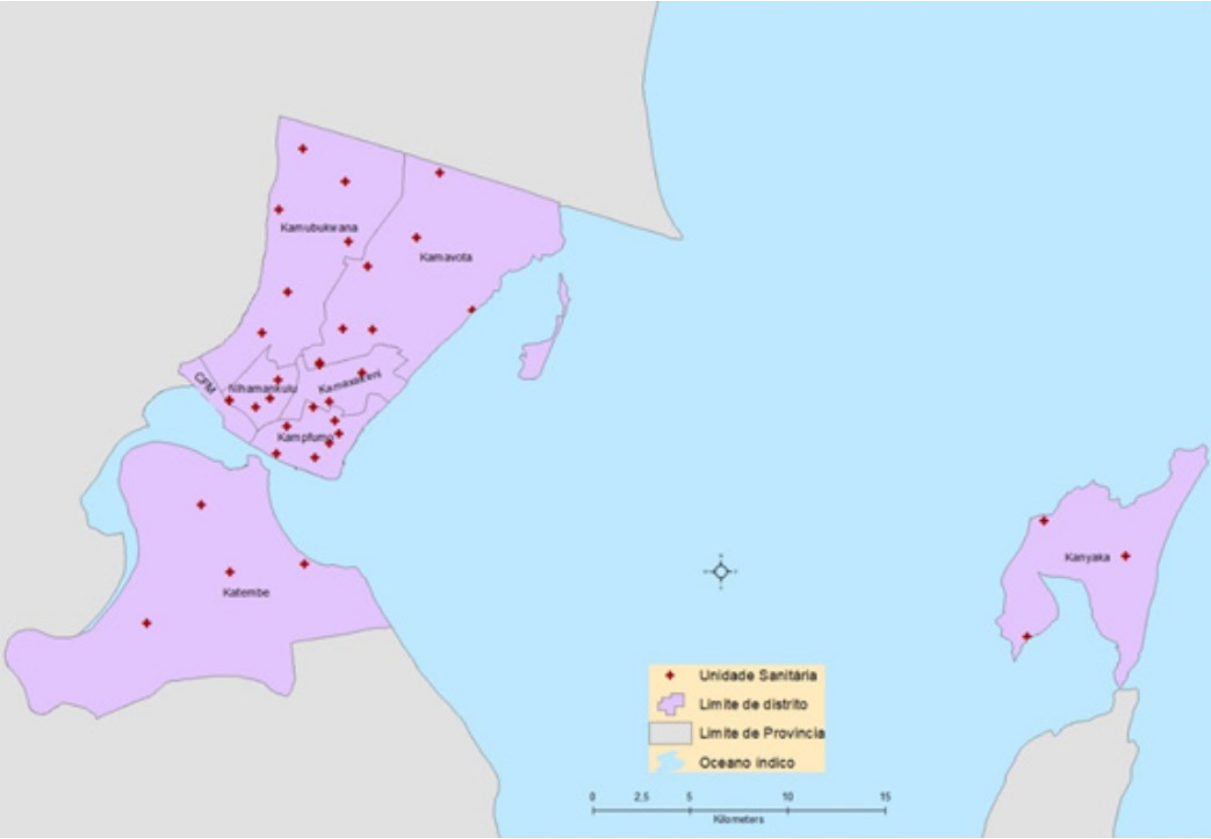
Figura A 1 – Estabelecimentos de Ensino da Cidade de Maputo, 2021



Fonte: INE (2023a, p.5)

Anexo II: Estabelecimentos de Saúde da Cidade de Maputo, 2021

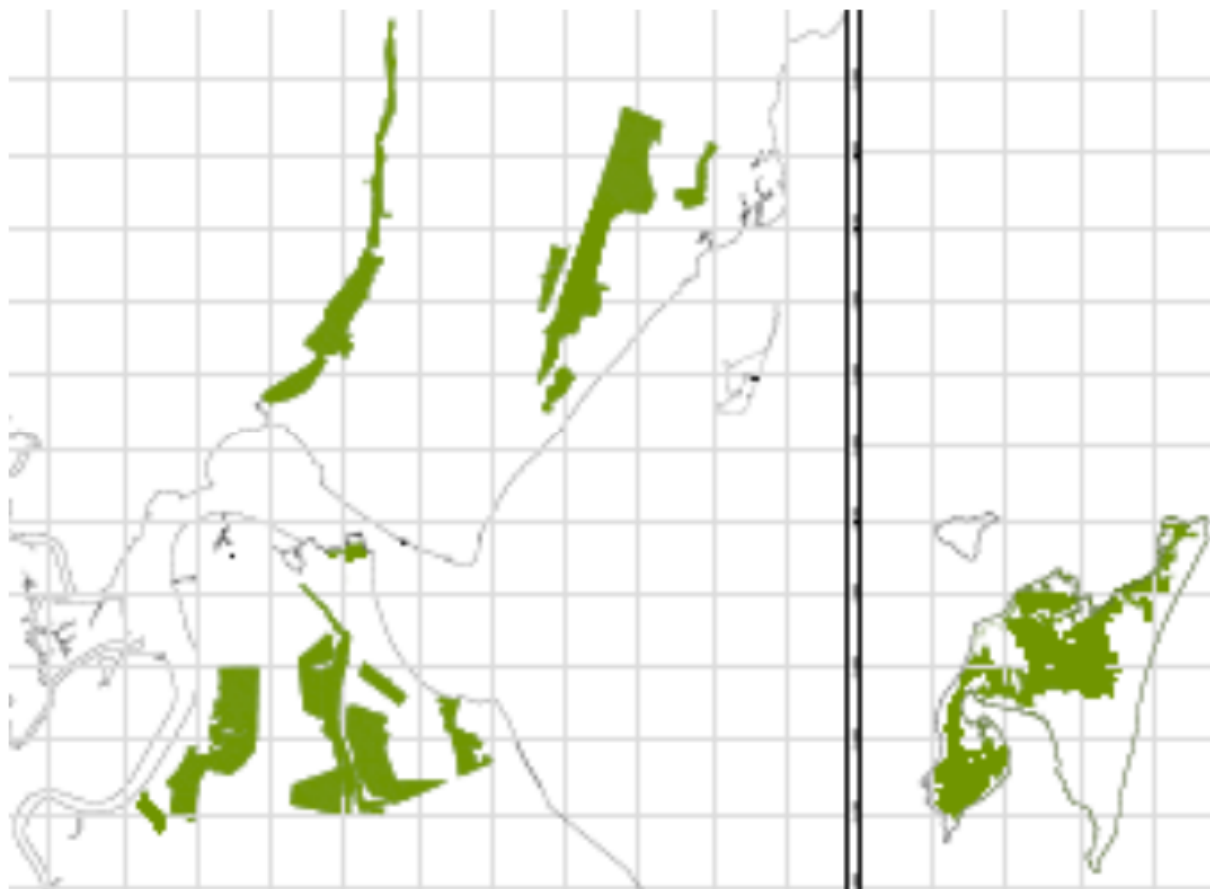
Figura A 2 – Estabelecimentos de Saúde da Cidade de Maputo, 2021



Fonte: INE (2023a, p.10)

Anexo III: Espaço para actividade agrícola no Município de Maputo

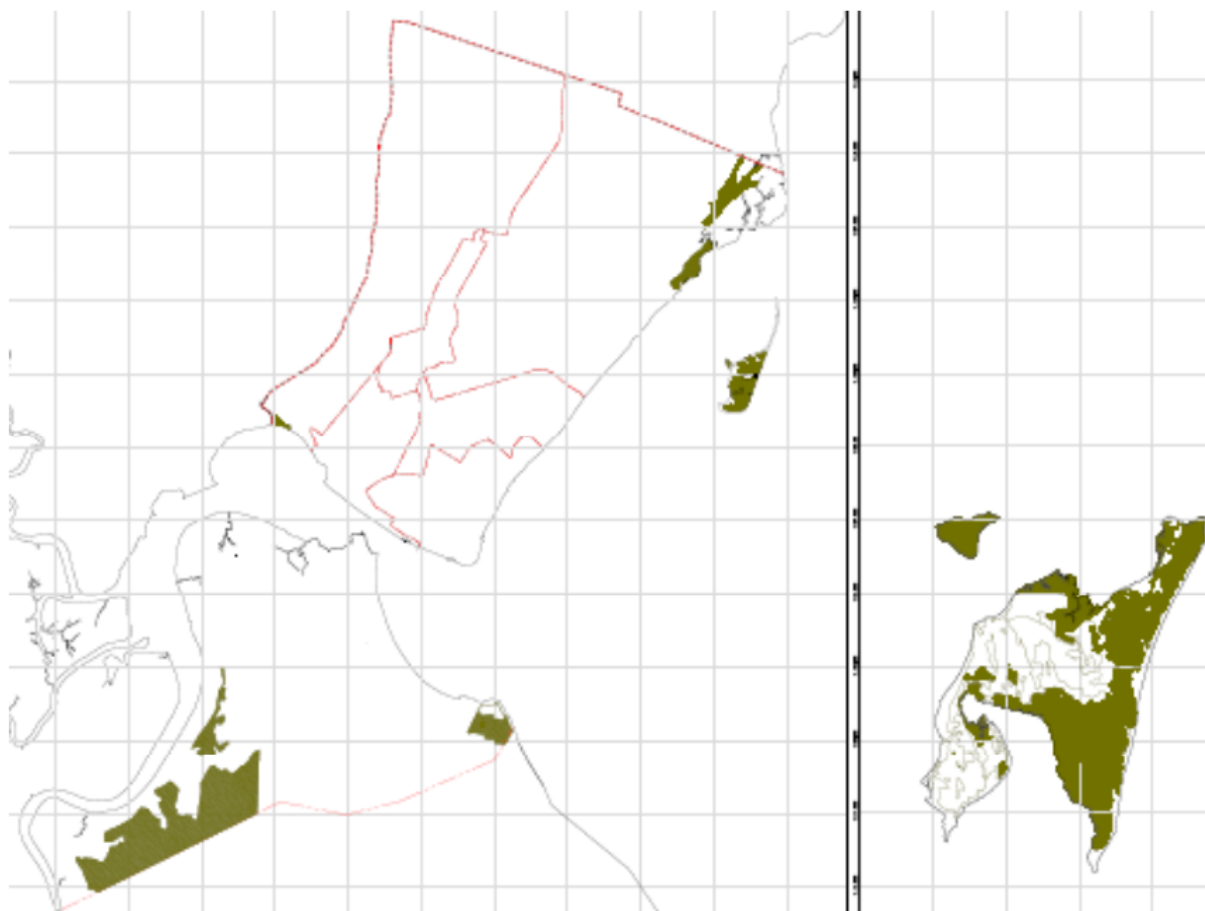
Figura A 3 – Espaço para actividade agrícola no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.185)

Anexo IV: Área de Verde Arborizado Natural no Município de Maputo

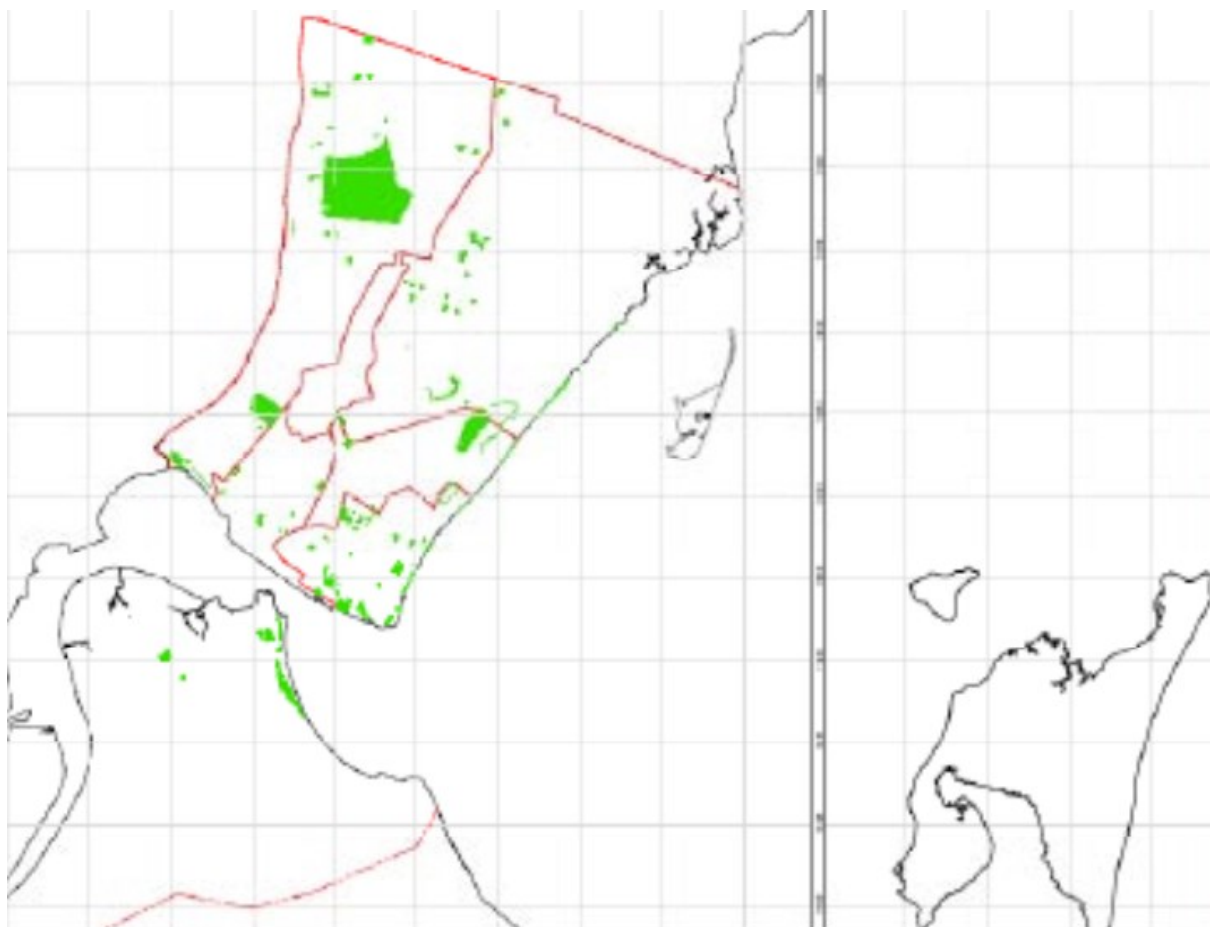
Figura A 4 – Área de Verde Arborizado Natural no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.179)

Anexo VIII: Verde Urbano de Parques e Jardins no Município de Maputo

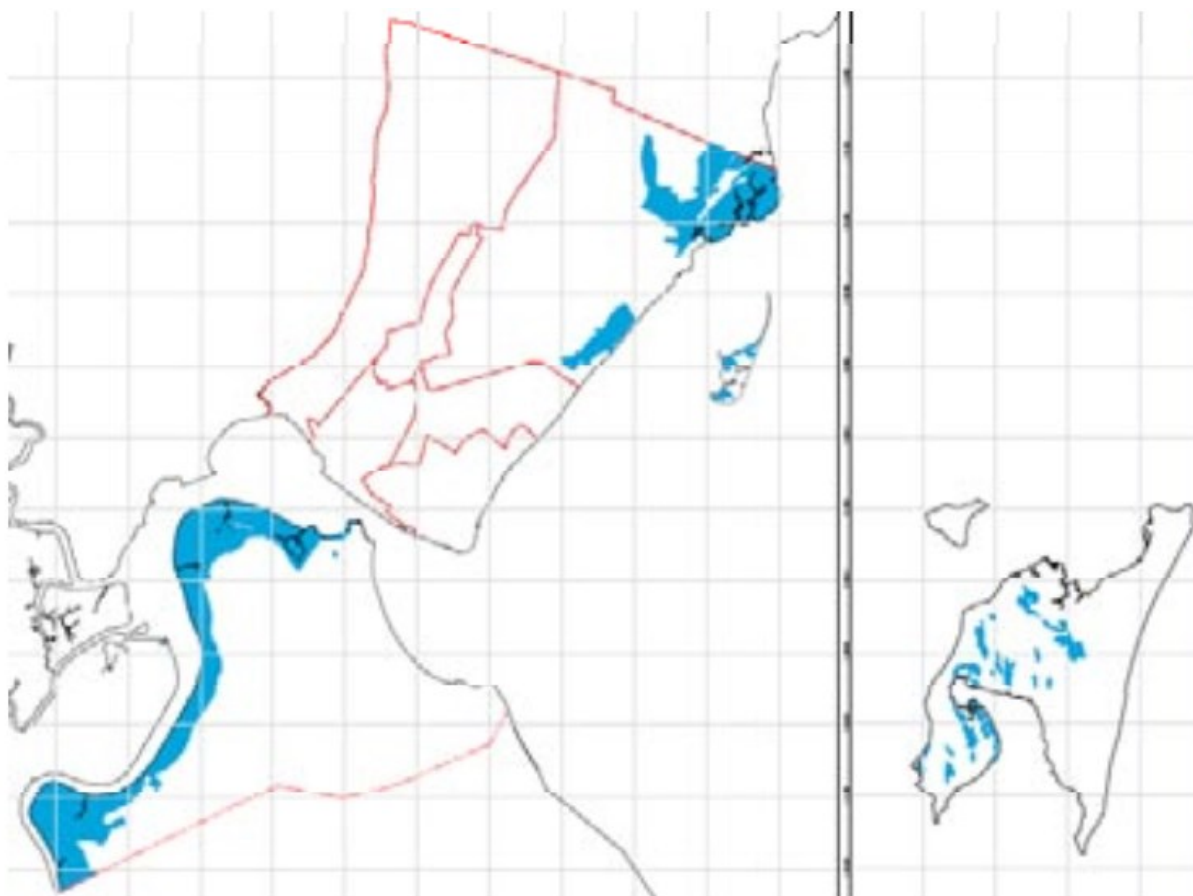
Figura A 5 – Verde Urbano de Parques e Jardins no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.189)

Anexo V: Área Húmida e inundável (Mangais) no Município de Maputo

Figura A 6 – Área Húmida e inundável (Mangais) no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.187)

Anexo VI: Área Alagável Susceptível a Inundações no Município de Maputo

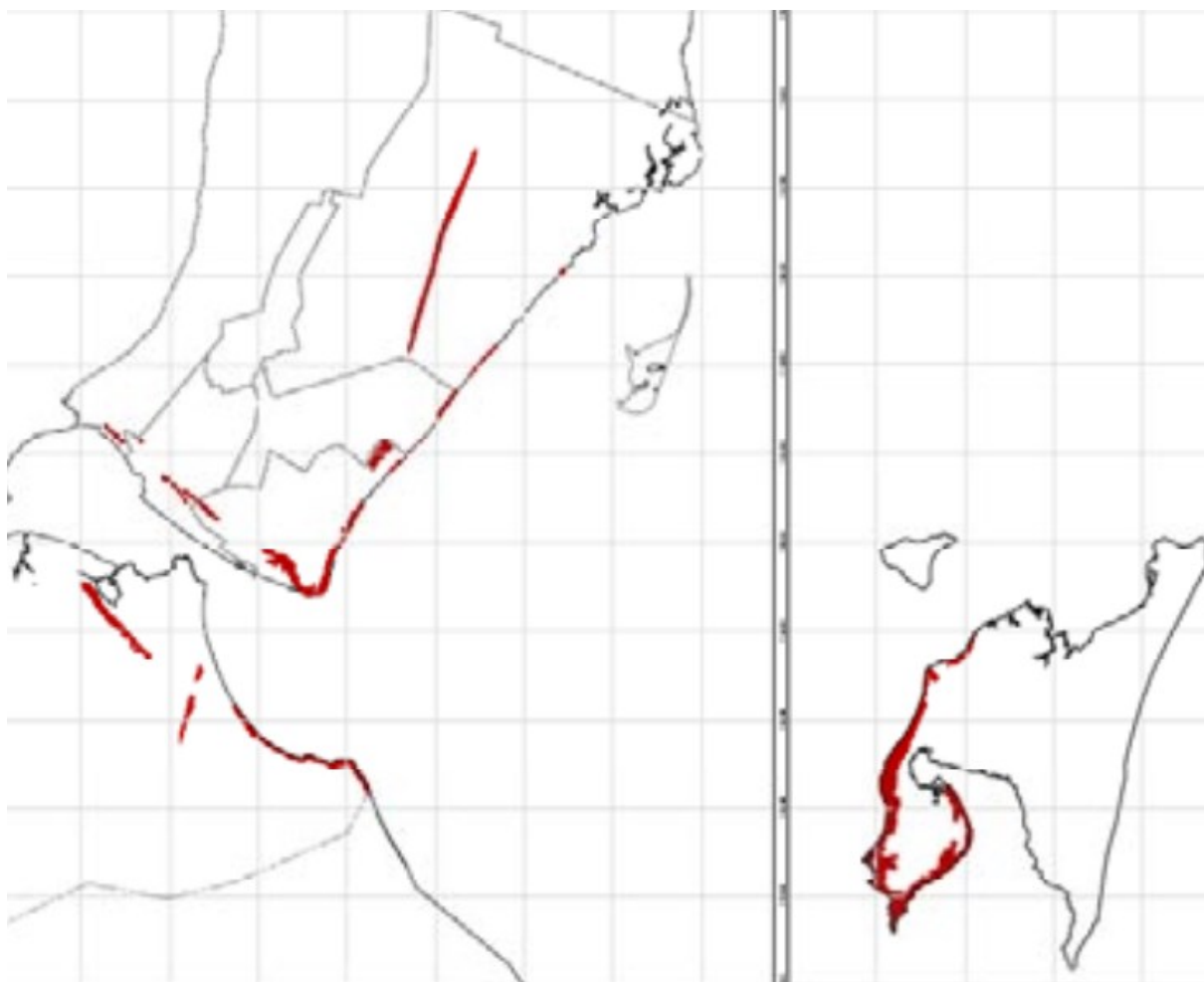
Figura A 7 – Área Alagável Susceptível a Inundações no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.187)

Anexo VII: Verde Urbano de Protecção no Município de Maputo

Figura A 8 – Verde Urbano de Protecção no Município de Maputo



Fonte: PEUMM (2008, apud PIMENTEL, p.190)

APÊNDICE

Apêndice I: Questionário de Avaliação de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo

Bem vindo ao questionário de Avaliação de Qualidade de Vida na cidade de Maputo! Por favor, assinale com ☐ as respostas correspondentes as seguintes secções:

Secção 1: Informações Demográficas

- | | | | |
|--|---|--|--|
| 1. Sexo:
• Masculino ☐
• Feminino ☐
• Outro ☐ | 2. Faixa etária:
• Menos de 18 anos ☐
• 18-25 anos ☐
• 26-35 anos ☐
• 36-45 anos ☐
• 46-55 anos ☐
• Acima de 55 anos ☐ | 3. Estado civil:
• Solteiro(a) ☐
• Casado(a) ☐
• Divorciado(a) ☐
• Viúvo(a) ☐
• Outro ☐ | 4. Nível de educação alcançado:
• Ensino Fundamental ☐
• Ensino Médio ☐
• Graduação ☐
• Pós-graduação ☐ |
|--|---|--|--|

5. Bairro

KaMpfumo

- Central A ☐
- Central B ☐
- Central C ☐
- Alto Maé A ☐
- Alto Maé B ☐
- Malhangalene A ☐
- Malhangalene B ☐
- Polana Cimento A ☐
- Polana Cimento B ☐
- Coop ☐
- Sommerchild ☐

KaNlhamankulu

- Aeroporto A ☐
- Aeroporto B ☐
- Xipamanine ☐
- Minkadjuine ☐
- Unidade 7 ☐
- Chamanculo A ☐
- Chamanculo B ☐
- Chamanculo C ☐
- Chamanculo D ☐
- Malanga ☐
- Munhuana ☐

KaMaxaquene

- Mafalala ☐
- Maxaquene A ☐
- Maxaquene B ☐
- Maxaquene C ☐
- Maxaquene D ☐
- Polana Caniço A ☐
- Polana Caniço B ☐
- Urbanização ☐

KaMavota

- Mavalane A ☐
- Mavalane B ☐
- FPLM ☐
- Hulene A ☐
- Hulene B ☐
- Ferroviário ☐
- Laulane ☐
- 3 de Fevereiro ☐
- Mahotas ☐
- Albazine ☐
- Costa do Sol ☐

KaMubukwana

- Bagamoyo ☐
- George Dimitrov (Benfica) ☐
- Inhagoia A ☐
- Inhagoia B ☐
- Jardim ☐
- Luís Cabral ☐
- Magoanine ☐
- Malhazine ☐
- Nsalene ☐
- 25 de Junho A ☐
- 25 de Junho B ☐
- Zimpeto ☐

KaTembe

- Gwachene ☐
- Chale ☐
- Inguice ☐
- Ncassene ☐
- Xamissava ☐

KaNyaka

- Ingwane ☐
- Ribjene ☐
- Nhaquene ☐

Secção 2: Grau de satisfação em relação aos indicadores subjectivos de Qualidade de Vida

Quadro A 1 – Questionário

Designação	Questionário	Grau de satisfação				
		Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
I ₁	Você sente que o ar que você respira na sua vizinhança é limpo e fresco, sem cheiros desagradáveis ou poluição visível (como fumaça ou poeira)?					
I ₂	Você observa que os parques e outros espaços naturais na sua área são bem conservados, sem sinais de desmatamento, poluição ou degradação ambiental?					
I ₃	Como você avalia o estado geral da sua casa? Isso inclui paredes, cobertura, janelas, portas e estrutura em boas condições.					
I ₄	As ruas e os espaços públicos perto de ti são bem cuidados e livres de lixo?					
I ₅	As estradas, pontes e ciclovias estão em boas condições?					
I ₆	Os monumentos e locais históricos na sua cidade estão bem conservados?					
I ₇	Existe disponibilidade suficiente de serviços de transporte público?					
I ₈	A tua casa tem acesso a água potável disponível de forma contínua e confiável, está conectada a um sistema de esgoto tratado, e tem acesso a electricidade, sem interrupções frequentes?					
I ₉	Como você percebe o nível de fluidez do tráfego?					
I ₁₀	Existem postos de saúde, clínicas ou hospitais próximos a si onde possa receber atendimento médico?					
I ₁₁	O atendimento que você recebe nas unidades de saúde é de boa qualidade?					
I ₁₂	Existem médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde suficientes para atender às suas necessidades?					
I ₁₃	Existem escolas próximas onde você ou seus filhos podem estudar?					
I ₁₄	As escolas e instituições de ensino da sua área oferecem uma boa qualidade de ensino?					
I ₁₅	Existem professores e educadores qualificados suficientes nas escolas da sua área?					
I ₁₆	Existem parques, praças ou áreas de lazer onde você pode praticar actividades recreativas?					
I ₁₇	Existem eventos culturais e artísticos, como shows, exposições e feiras, disponíveis na sua cidade?					
I ₁₈	Você tem acesso a diversas opções de lazer, como cinemas, teatros e parques?					
I ₁₉	Existem serviços disponíveis que ajudam em situações de necessidade, como centros comunitários ou organizações de apoio?					
I ₂₀	Você está satisfeito com seus relacionamentos com familiares, amigos e vizinhos?					
I ₂₁	Você se sente parte integrante da sua comunidade?					
I ₂₂	Você tem acesso a apoio social, como ajuda de amigos, familiares ou grupos comunitários?					

Designação	Questionário	Grau de satisfação				
		Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
I23	Existem opções suficientes de moradias disponíveis para aluguel ou compra na sua vizinhança?					
I24	Você se sente seguro(a) a andar pelas ruas do seu bairro, tanto de dia quanto de noite?					
I25	Sua casa e seus pertences estão protegidos contra roubos e furtos?					
I26	De modo geral, você está satisfeito com a sua vizinhança e com a vida na sua cidade?					
I27	Você sente que sua renda mensal é suficiente para cobrir todas as suas despesas básicas, como alimentação, moradia e transporte, sem precisar se preocupar em faltar dinheiro?					
I28	Você acha que o seu salário é adequado para o tipo de trabalho que você realiza e permite que você tenha uma vida confortável?					
I29	Existem empregos disponíveis na sua cidade que correspondem às suas habilidades e qualificações?					

Fonte: Elaborado pelo autor

Apêndice II: Amostra da Pesquisa

Tabela A 1 – Amostra da Pesquisa

Dados da Amostra																						
Tamanho				Sexo			Faixa Etária						Estado civil					Nível de Educação				
Distrito Municipal	Un.	%	Bairro	Un.	Masculino	Feminino	Outro	Menos de 18 anos	18-25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	Acima de 55 anos	Solteiro(a)	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Outro	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Pós-graduação
DM1 - KaMpfumu	130	19	Malhangalene A	16	12	4		2	3	3	4	1	3	5	7	4				6	10	
			Malhangalene B	10	5	5				2		7	1		6	3	1			2	7	1
			Central A	11	8	3		1	1	3	2	3	1	3	6	2				4	6	1
			Central B	12	5	7		1	3	3	2	1	2	8	2	1	1		1	4	6	1
			Central C	11	8	3		1	1	3	2	2	2	5	2	2	2		1	3	6	1
			Alto Maé A	10	5	5			2	3	3	2		4	6					5	3	2
			Alto Maé B	12	6	6			3	2	2	4	1	3	4	3	2		3	3	5	1
			Sommerchield	13	9	4				4	6	2	1	1	8	2	2				9	4
			Coop	11	8	3			1	3	3	2	2	2	6	2	1				10	1
			Polana Cimento A	12	9	3		1	1	2	4	2	2	4	5	1	2			1	7	4
Polana Cimento B	12	8	4		2	1	3	3	3		8	2	1	1			2	8	2			
DM2 - KaNlhamankulu	122	18	Aeroporto A	9	7	2			2	6		1		6	3					4	3	2
			Aeroporto B	11	7	3	1	2	3	4	1	1		7	2		1	1		8	3	
			Xipamanine	11	6	5			4	4	1	1	1	4	5	1	1		3	4	4	
			Minkadjuíne	11	5	6			2	2	2	3	2	3	4	2	2		3	2		6
			Unidade 7	11	5	5	1		2	6	1	2			6	5			2	6	3	
			Chamanculo A	12	7	4	1		5	4	2	1		7	4	1			2	4	5	1
			Chamanculo B	10	5	4	1		3	4	2	1		6	3	1			2	3	5	
			Chamanculo C	12	10	2		1	1	5		2	3	7	3	1	1			2	10	
			Chamanculo D	11	4	6	1	1	1	4	2	2	1	3	5	2	1		2	4	4	1
			Malanga	13	6	7		1	3	5	3		1	5	5	2	1		4	4	5	
Munhuana	11	5	6		1	1	4	3	2		4	7				2	4	5				
DM3 - KaMaxaquene	87	13	Mafalala	11	5	4	2		3	3	1	3	1	6	2	2	1		2	7	2	
			Maxaquene A	11	6	5		1	4	5	1			5	4	2			4	6	1	
			Maxaquene B	12	10	2		2	3	2	1	3	1	6	3	1	2			2	7	3
			Maxaquene C	10	7	2	1	1	4	1	1	2	1	6	2		2			1	8	1
			Maxaquene D	11	10	1		1	1	3	1	4	1	4	4	2	1			1	6	4
			Polana Caniço A	12	10	2		2	1	4		4	1	6	5		1			4	7	1

Dados da Amostra																						
Tamanho				Sexo			Faixa Etária						Estado civil					Nível de Educação				
Distrito Municipal	Un.	%	Bairro	Un.	Masculino	Feminino	Outro	Menos de 18 anos	18-25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	Acima de 55 anos	Solteiro(a)	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Outro	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Pós-graduação
			Polana Caniço B	9	6	3		1	1	3	2	1	1	4	5					1	7	1
			Urbanização	11	5	6			3	2	2	2	2	3	4	2	2		2	3	5	1
DM4 - KaMavota	128	19	Mavalane A	11	6	5			3	3	2	1	2	4	4	1	2		3	3	4	1
			Mavalane B	15	8	7			5	5	2	2	1	6	7	1	1		2	7	5	1
			FPLM	11	5	6		1	1	5	3	1		5	5	1			3	6	2	
			Hulene A	11	9	2		2	1	4		3	1	5	5	1				3	8	
			Hulene B	12	9	3		2	3	1	2	2	2	7	3	1	1			3	5	4
			Ferroviário	12	10	2		1	3	3	1	3	1	8	4					2	10	
			Laulane	11	8	3		3	1	3	2	1	1	9	1	1				4	5	2
			3 de Fevereiro	11	7	4		1	2	1	2	4	1	5	5	1			1	2	7	1
			Mahotas	11	7	4			5	6				11						5	6	
			Albazine	12	8	4			5	7				12						5	7	
			Costa do Sol	11	8	3		1		2	3	4	1	2	7	2				1	7	3
			DM5 - KaMubukwana	133	19	Bagamoyo	11	6	5			2	3	3	3		4	7				6
George Dimitrov (Benfica)	12	7				2	3		2	3	3	3	1	3	7	1	1		6	2	3	1
Inhagoia A	11	4				7			6	2	2		1	4	5	1	1		4	6	1	
Inhagoia B	12	7				5		5	4	1		1	1	6	5		1		8	3	1	
Jardim	12	8				4			2	2	4	2	2	3	6	3			2	3	5	2
Luís Cabral	11	5				4	2		2	4	2	2	1	7	3	1			3	5	3	
Magoanine	13	8				5			2	2	6	3		6	4	2	1		2	6	4	1
Malhazine	10	4				5	1		1	1	3	3	2	3	7					2	7	1
Nsalene	13	7				5	1		5	5	3			7	6					7	6	
25 de Junho A	11	6				3	2		2	1	2	5	1	3	3	4	1			4	6	1
25 de Junho B	6	1				5			1	1	3		1	1	5				2	2	2	
Zimpeto	11	5				3	3		1	2	3	4	1	4	5	1	1		1	2	8	
DM6 -	55	8	Gwachene	11	9	2			1	4	2	2	2	6	1	2		1	7	3		
			Chale	11	8	3			2	5	3	1		5	6				2	3	6	
			Inguice	11	9	2			2	3	3	2		3	6	1	1		3	3	5	
			Ncassene	11	8	3				4	4	3	1	4	7				1	6	4	

Dados da Amostra																						
Tamanho				Sexo			Faixa Etária						Estado civil					Nível de Educação				
Distrito Municipal	Un.	%	Bairro	Un.	Masculino	Feminino	Outro	Menos de 18 anos	18-25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	Acima de 55 anos	Solteiro(a)	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Outro	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Pós-graduação
			Xamissava	11	6	5		2	3	2	2	2	3	5	1	2		3	3	5		
DM7 - KaNyaka	33	5	Ingwane	11	7	4		1	1	2	2	4	1	4	6		1			3	8	
			Ribjene	11	9	2		1	2	1	1	4	2	5	4		2			3	8	
			Nhaquene	11	8	3			1	3	2	3	2	2	7		2			2	8	1
Total	688	100	Total (Un.)	688	426	242	20	40	133	194	127	132	62	288	281	70	48	1	82	215	332	59
	Total (%)		100	62	35	3	6	19	28	19	19	9	42	41	10	7	0	12	31	48	9	

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Apêndice III: Resultados do Questionário de Avaliação do Bem-Estar na Cidade de Maputo

Tabela A 2 – Resultados do Questionário de Avaliação do Bem-Estar na Cidade de Maputo

Designação	Questionário	Grau de satisfação (Pontuação)				
		Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
I ₁	Você sente que o ar que você respira na sua vizinhança é limpo e fresco, sem cheiros desagradáveis ou poluição visível (como fumaça ou poeira)?	13	320	305	45	5
I ₂	Você observa que os parques e outros espaços naturais na sua área são bem conservados, sem sinais de desmatamento, poluição ou degradação ambiental?	115	402	148	18	5
I ₃	Como você avalia o estado geral da sua casa? Isso inclui paredes, cobertura, janelas, portas e estrutura em boas condições.	14	151	206	227	90
I ₄	As ruas e os espaços públicos perto de ti são bem cuidados e livres de lixo?	60	439	159	29	1
I ₅	As estradas, pontes e ciclovias estão em boas condições?	31	411	225	17	4
I ₆	Os monumentos e locais históricos na sua cidade estão bem conservados?	280	272	118	18	0
I ₇	Existe disponibilidade suficiente de serviços de transporte público?	44	437	186	20	1
I ₈	A tua casa tem acesso a água potável disponível de forma contínua e confiável, está conectada a um sistema de esgoto tratado, e tem acesso a electricidade, sem interrupções frequentes?	8	197	285	177	21
I ₉	Como você percebe o nível de fluidez do tráfego?	33	430	185	39	1
I ₁₀	Existem postos de saúde, clínicas ou hospitais próximos a si onde possa receber atendimento médico?	12	273	384	16	3
I ₁₁	O atendimento que você recebe nas unidades de saúde é de boa qualidade?	17	308	343	16	4
I ₁₂	Existem médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde suficientes para atender às suas necessidades?	21	319	319	24	5
I ₁₃	Existem escolas próximas onde você ou seus filhos podem estudar?	9	258	379	36	6
I ₁₄	As escolas e instituições de ensino da sua área oferecem uma boa qualidade de ensino?	15	286	359	24	4
I ₁₅	Existem professores e educadores qualificados suficientes nas escolas da sua área?	9	295	354	26	4
I ₁₆	Existem parques, praças ou áreas de lazer onde você pode praticar actividades recreativas?	51	444	171	19	3
I ₁₇	Existem eventos culturais e artísticos, como shows, exposições e feiras, disponíveis na sua cidade?	129	440	101	18	0
I ₁₈	Você tem acesso a diversas opções de lazer, como cinemas, teatros e parques?	124	424	126	14	0
I ₁₉	Existem serviços disponíveis que ajudam em situações de necessidade, como centros comunitários ou organizações de apoio?	64	373	228	21	2
I ₂₀	Você está satisfeito com seus relacionamentos com familiares, amigos e vizinhos?	19	299	307	62	1
I ₂₁	Você se sente parte integrante da sua comunidade?	33	312	286	55	2

Designação	Questionário	Grau de satisfação (Pontuação)				
		Nada	Pouco	Moderadamente	Muito	Completamente
I22	Você tem acesso a apoio social, como ajuda de amigos, familiares ou grupos comunitários?	99	347	206	35	1
I23	Existem opções suficientes de moradias disponíveis para aluguel ou compra na sua vizinhança?	32	262	290	99	5
I24	Você se sente seguro(a) a andar pelas ruas do seu bairro, tanto de dia quanto de noite?	32	297	297	59	3
I25	Sua casa e seus pertences estão protegidos contra roubos e furtos?	43	295	293	55	2
I26	De modo geral, você está satisfeito com a sua vizinhança e com a vida na sua cidade?	29	302	238	105	14
I27	Você sente que sua renda mensal é suficiente para cobrir todas as suas despesas básicas, como alimentação, moradia e transporte, sem precisar se preocupar em faltar dinheiro?	34	374	241	38	1
I28	Você acha que o seu salário é adequado para o tipo de trabalho que você realiza e permite que você tenha uma vida confortável?	39	394	216	39	0
I29	Existem empregos disponíveis na sua cidade que correspondem às suas habilidades e qualificações?	58	374	224	29	3

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Apêndice IV: Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva

Tabela A 3 – Índice de Qualidade de Vida da Cidade de Maputo na Abordagem Subjectiva

Designação	Distrito Municipal	Bairro	IQV por bairro	IQV por DM
DM1	KaMpfumu	Malhangalene A	0.41	0.48
		Malhangalene B	0.43	
		Central A	0.45	
		Central B	0.40	
		Central C	0.41	
		Alto Maé A	0.63	
		Alto Maé B	0.45	
		Sommerchield	0.57	
		Coop	0.59	
		Polana Cimento A	0.46	
		Polana Cimento B	0.41	
DM2	KaNlhamankulu	Aeroporto A	0.35	0.32
		Aeroporto B	0.32	
		Xipamanine	0.29	
		Minkadjuíne	0.32	
		Unidade 7	0.23	
		Chamanculo A	0.32	
		Chamanculo B	0.32	
		Chamanculo C	0.38	
		Chamanculo D	0.32	
		Malanga	0.32	
		Munhuana	0.34	
DM3	KaMaxaquene	Mafalala	0.27	0.33
		Maxaquene A	0.31	
		Maxaquene B	0.42	
		Maxaquene C	0.41	
		Maxaquene D	0.39	
		Polana Caniço A	0.33	
		Polana Caniço B	0.35	
		Urbanização	0.27	
DM4	KaMavota	Mavalane A	0.31	0.35
		Mavalane B	0.32	
		FPLM	0.32	
		Hulene A	0.35	
		Hulene B	0.33	

Designação	Distrito Municipal	Bairro	IQV por bairro	IQV por DM
		Ferrovário	0.36	
		Laulane	0.35	
		3 de Fevereiro	0.39	
		Mahotas	0.38	
		Albazine	0.36	
		Costa do Sol	0.47	
DM5	KaMubukwana	Bagamoyo	0.36	0.39
		George Dimitrov (Benfica)	0.40	
		Inhagoia A	0.35	
		Inhagoia B	0.40	
		Jardim	0.45	
		Luís Cabral	0.30	
		Magoanine	0.35	
		Malhazine	0.39	
		Nsalene	0.34	
		25 de Junho A	0.38	
		25 de Junho B	0.37	
		Zimpeto	0.34	
DM6	KaTembe	Gwachene	0.31	0.30
		Chale	0.28	
		Inguice	0.31	
		Ncassene	0.34	
		Xamissava	0.26	
DM7	KaNyaka	Ingwane	0.23	0.28
		Ribjene	0.30	
		Nhaquene	0.28	
Total				0.35

0.0 a 0.20 (muito baixa), 0.21 a 0.40 (baixa), 0.41 a 0.60 (moderada), 0.61 a 0.80 (alta), e 0.81 a 1.0 (muito alta).

Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo próprio autor

Apêndice V: Estabelecimentos de Ensino, Saúde, e Crimes Reportados por Distrito Urbano na Cidade de Maputo

Tabela A 4 – Densidade de Estabelecimentos de Ensino, Saúde, e Crimes Reportados por Distrito Urbano na Cidade de Maputo, 2021

Descrição	Estabelecimentos de Ensino									Estabelecimentos de Saúde	Crimes Reportados pela Polícia
	Escolas Públicas de Ensino Primário		Escolas Públicas de Ensino Secundário		Escolas de Ensino Técnico-Profissional	Escolas Primárias de Ensino Privado		Escolas Secundária de Ensino Privado			
	1º Grua	2º Grau	1º Grau	2º Grau	Nível Básico e Médio	1º Grau	2º Grau	1º Ciclo	2º Ciclo		
DM1 - KaMpufumu	13	11	7	4	21	26	23	16	10	7	2567
DM2 - KaNlhamankulu	15	12	4	3	6	4	3	3	2	6	2355
DM3 - KaMaxaquene	13	13	5	1	2	5	7	7	6	2	1814
DM4 - KaMavota	23	23	9	4	1	18	14	12	9	7	1650
DM5 - KaMubukwana	23	23	13	5	10	13	9	11	8	6	1351
DM6 - KaTembe	9	9	1	1	1	3	3	1	0	4	431
DM7 - KaNyaka	5	4	1	1	0	0	0	0	0	3	55
Cidade de Maputo	101	95	40	19	41	69	59	50	35	35	10223
Total	196		59		41	128		85		35	10223

Fonte: Elaborado pelo autor com base em INE (2021b, p.25-35)